



SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E INTERSECCIONALIDADE EM UMA CIDADE-
MERCADÓRIA: MULHERES NEGRAS E A LUTA POR SOBREVIVÊNCIA EM UMA
FAVELA CARIOCA

Jessica Mara Raul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico Raciais

Orientadora: Maria Renilda Nery Barreto
Co-orientadora: Sônia Beatriz dos Santos

Rio de Janeiro
Maio de 2016

SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E INTERSECCIONALIDADE EM UMA CIDADE-
MERCADORIA: MULHERES NEGRAS E A LUTA POR SOBREVIVÊNCIA EM UMA
FAVELA CARIOCA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-
Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca,
CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em
Relações Étnico-Raciais

Jessica Mara Raul

Banca Examinadora:

Presidente, Professora Dra. Maria Renilda Nery Barreto (CEFET/RJ) (Orientadora)

Professora Dra. Sônia Beatriz dos Santos (UERJ) (Co-orientadora)

Professora Dra. Mariana Araújo Lamego (UERJ)

Professor Dr. Mário Luiz de Souza (CEFET/RJ)

SUPLENTE

Professor Dr. José Roberto da Silva Rodrigues (UERJ)

Rio de Janeiro
Maio de 2016

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

R245 Raul, Jessica Mara
Segregação sócio-espacial e interseccionalidade em uma cidade-mercadoria : mulheres negras e a luta por sobrevivência em uma favela carioca / Jessica Mara Raul.—2016.
101f. + anexos : il.color. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2016.

Bibliografia : f. 87-101

Orientadora : Maria Renilda Nery Barreto

Coorientadora : Sônia Beatriz dos Santos

1. Negras. 2. Negras – Segregação – Rio de Janeiro (RJ). 3. Rio de Janeiro (RJ) – Política social. 4. Favelas – Rio de Janeiro (RJ). I. Barreto, Maria Renilda Nery (Orient.). II. Santos, Sônia Beatriz dos (Coorient.). III. Título.

CDD 305.48896

Dedicatória

Ao meu irmão Wesley Raul (*In Memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Sem a colaboração de inúmeras pessoas essa pesquisa não seria possível. Desde o simples até os mais acalorados debates, acabam por nos formar, se incorporando à nossa vida e, por consequência, teoria. Está aqui uma demonstração palpável do que chamamos de trabalho coletivo e, por isso, mesmo as pessoas que deixaram de ser nominalmente citadas devem se sentir parte dessa construção, que não pertence a mim, nem aos orientadores oficiais e não oficiais, mas a todos os que lutam cotidianamente nas diversas frentes por uma sociedade menos desigual.

À Gabriela, filha querida e fonte de motivação e aos meus irmãos Matheus e Esthefani. Ao meu companheiro de vida e luta, Esteban Crescente, pela paciência e apoio, assim como Bárbara e Luciana. À Natalia Urbina e Célia Cristo pelas trocas, obrigada companheiras!

Ao poeta Deley de Acari, *griot* da favela e grande exemplo de dedicação e amor. À Roberta Pitta, irmã/confidente e, em grande parte, formadora da pessoa que sou, juntamente com as/os irmãs/os de curso Aline, Victor, Luara, Paulo, Tatiana, Luana, Viviane, Humberto, Michelle, Alessandra, Patrícia, Aleksandra, Vilma, Eloísa, Vivy, Isabela, Rosana. À Carolyna Barroca, pela solicitude genuína que sempre demonstrou.

Aos professores Fábio Sampaio, Nara Santana, Cristina Giorgi. À professora Mariana Lamego, responsável em grande parte pelos caminhos tomados nesta pesquisa, tanto quanto a orientadora professora Sônia Beatriz dos Santos, que com paciência e profissionalismo me possibilitou chegar até aqui, obrigada! E a orientadora professora Renilda Barreto. Ao professor Mário Luiz e ao professor e amigo José Roberto Rodrigues.

Às mulheres negras das favelas e periferias do Brasil, que de diferentes maneiras e em sua luta pela sobrevivência são as verdadeiras mestras ao nos ensinarem as várias formas da resistência.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante o período de realização deste mestrado e ao PPRER-CEFET/RJ pela possibilidade de formação em um tema tão urgente na sociedade brasileira.

EPIGRAFE

Memória e história andam juntas e são ambas produções singulares e, ao mesmo tempo sociais. A história é tecida por acontecimentos que foram registrados e que, ao serem narrados, são afetados pelo tempo decorrido, e, no tempo presente, oferecem novas possibilidades de compreensão (MERLINO; OJEDA, 2010. p. 27).

RESUMO

O presente trabalho parte do questionamento sobre os efeitos das transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro enfrentadas pelas famílias chefiadas por mulheres negras moradoras do Bairro Carioca de Triagem por consequência de sua remoção do Morro do Turano, procurando caracterizar suas estratégias de enfrentamento no decorrer desse processo. A partir do pensamento de que as remoções contribuem para precarizar as condições de sobrevivência das famílias faveladas com maior prejuízo para as famílias chefiadas por mulheres negras e tendo como parâmetro sua desvantagem histórica proporcionada pela interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe que coloca as mulheres negras em desvantagem histórica na busca pela efetivação da cidadania. Os dados coletados se deram a partir do estudo de caso no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas, realizadas preferencialmente com mulheres negras, para a pesquisa de cunho qualitativo. As entrevistas foram o cerne do trabalho, que se valeu também de pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão.

Palavras-chave: mulheres negras. políticas públicas em favelas. direito à cidade. cidade-mercadoria. interseccionalidade. representação

ABSTRACT

This study poses the question regarding the effects of the changes that occurred in the city of Rio de Janeiro faced by families headed by Black women residents in the *Bairro Carioca de Triagem* due their removal from the *Morro do Turano*, seeking to characterize their confronting strategies during this process. From the idea that removals contributing to precarious the living conditions of families in the slum, with greater damage to families headed by Black women, due to their historical disadvantage produced by the intersectionality of race, gender, and class oppression that puts Black women in a historically disadvantage in the search for effective citizenship. The data collected were collected from the case study in which were carried out semi-structured interviews carried out preferably with Black women for the qualitative research. The interviews were the core of the work, and we also conducted bibliographical research on the subject in question.

Keywords: Black women. shanty towns, right to the city. city-merchandise. intersectionality. representation

SUMÁRIO

Introdução	10
1 Remoção, Risco e Políticas Públicas de habitação: uma nova visão de planejamento urbano?	15
1.1 Favelas, políticas públicas e habitação popular	23
2 Direito à cidade, mulheres negras e movimentos sociais: uma interpretação da luta pela sobrevivência	46
3 Metodologia	58
3.1 O Campo de pesquisa	61
3.1.1 Morro do Turano	61
3.1.2 Bairro Carioca de Triagem	64
3.2 As/os Sujeitas/os	67
4 Alinhamentos discursivos	71
Considerações Finais	83
Referências	86
Anexos	102
1 Roteiro de entrevista	102
2 Termo de consentimento livre e esclarecido	106

Introdução

O questionamento que norteia essa investigação procura identificar os efeitos das transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro (a exemplo do aumento do custo de vida, recrudescimento da repressão policial e as expectativas envolvidas na mudança do local de moradia) enfrentadas pelas famílias chefiadas por mulheres negras moradoras do Bairro Carioca de Triagem, por consequência de sua remoção do Morro do Turano, a partir da narrativa das ações do Estado sobre o território que concentra parte da população pauperizada da cidade, cujas representações – dessa população e seus locais de moradia – construídas garantem uma atuação diferenciada do Estado no processo de remodelagem do espaço urbano, que necessariamente segrega esse contingente populacional.

O desejo de trabalhar a temática proposta nessa pesquisa surgiu ainda no curso de graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na disciplina História do Rio de Janeiro, ao tentar entender a gênese de uma cidade excludente, problematizando seus espaços e as possibilidades de investigação sobre o direito à cidade a partir da segregação socioespacial. A pesquisa bibliográfica para a monografia de final de curso¹ me possibilitou pensar a cidade, não só em suas transformações no desenho espacial, mas principalmente os estigmas e dilemas enfrentados pela população pobre na busca por melhores condições de vida. O resultado do que poderia parecer um emaranhado de informações foi um desejo de trabalhar questões relativas à dinâmica socioespacial com foco principal nos discursos sobre as favelas e a construção de um imaginário sobre esse espaço na cidade.

Em 2012, me matriculei na disciplina Ensino de História da África, cuja abordagem do professor José Roberto Rodrigues (que mais tarde se tornaria meu orientador na graduação) imprimiu uma visão racializada nas minhas análises sociais, discussões que se intensificaram com a minha inclusão no Grupo de pesquisa “Espaços Educativos e Desigualdades”. Neste ano passei também a aprofundar minha militância em um partido comunista, com desdobramentos nas minhas percepções enquanto mulher negra e favelada. Em primeiro lugar, porque enquanto mulher negra e mãe solteira, compondo o movimento estudantil em uma universidade com um contingente expressivo de afrodescendentes, não via nas lutas estabelecidas pelo meu coletivo algo que refletisse a minha realidade. Em segundo lugar, por compor

¹ A favela no imaginário Carioca: Mídia, estereótipos e políticas públicas (RAUL, 2013).

uma comissão estadual de mulheres, cujo nome e inspiração vinha de uma militante comunista alemã e no qual minhas reivindicações e tentativas de imprimir pautas que dialogassem com a minha condição eram frequentemente silenciadas, o que me fez partir para uma busca pessoal de entendimento da realidade e trajetória das mulheres negras em partidos políticos e que teve como resultado a descoberta, um tanto solitária, de que essa era uma realidade das mulheres negras em situação semelhante a minha. Tais fatos me levaram a ter contato com uma bibliografia que justifica a necessidade da existência do movimento de mulheres negras.

Outro ponto, ainda se tratando da minha trajetória nesse partido, foi o fato de um militante do movimento de favelas do Morro do Turano ter sua entrada no partido recusada com a justificativa da necessidade de uma investigação de sua conduta no morro, fato que mais tarde atribuí ao racismo e que foi meu ponto de ruptura com o partido comunista e sua visão colonial de metodologia revolucionária.

Estava colocada aí a minha necessidade de entender as consequências do racismo e o lugar das mulheres negras nos diferentes espaços, isto somado a uma aproximação com os movimentos de favelas e negro, que naquele momento discutiam principalmente os efeitos dos megaeventos para população pobre da cidade. Esta foi a faísca de uma necessidade pessoal de me entender nessa cidade, que me conduziram a uma busca teórica com reflexos na minha produção acadêmica.

No ano de 2013, comecei a especialização em Educação e Relações Raciais, a qual me garantiu um aprofundamento teórico das questões pensadas no ano anterior e me possibilitaram ser aprovada no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ no ano de 2014, neste momento já como militante do Círculo Palmarino-RJ².

O ponto de partida deste estudo são as transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, principalmente a partir de sua escolha para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, contexto que se tornou um produto do mercado mundial de cidades, orientando, a partir de então, as políticas habitacional e de planejamento urbano cariocas. Consideramos que as transformações pelas quais o Rio de Janeiro tem passado para se enquadrar no status de cidade-mercadoria no sistema mundial têm impacto sobre as condições de vida das mulheres negras.

² Uma corrente nacional do movimento negro, criada em março de 2006, na cidade de Vitória (ES) e que tem atuação em cinco estados, dentre eles o Rio de Janeiro. Seu objetivo é combater o racismo e todas as suas manifestações concretas.

Observamos que essas transformações, principalmente a partir da década de 1990³, tiveram como resultado o recrudescimento da especulação imobiliária o que significou também um aumento pela disputa do solo urbano, prejudicando parcelas significativas da população. Nossa hipótese é que as remoções contribuem para precarizar as condições de sobrevivência das famílias faveladas com maior prejuízo para as famílias chefiadas por mulheres negras, na medida em que as obrigam a romper com laços de solidariedade dentro de suas localidades de origem, como o apoio de familiares, amigos e vizinhos no cuidado de seus filhos e de si próprias, proteção social, apoio emocional e financeiro.

Algumas categorias foram centrais para o desenvolvimento desta pesquisa e, nesse sentido, nos fundamentamos em Fernanda Sánchez (2001) e o conceito de cidade-mercadoria e em Kimberlé Crenshaw (2002) e o conceito de interseccionalidade para poder pensar os processos pelos quais passa a cidade do Rio de Janeiro.

Fernanda Sánchez (2001) indica a existência de um mercado mundial de cidades, junto a uma estratégia comum de políticas urbanas, voltada para a venda de cidades. Para a autora, essa transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge um novo patamar em que a existência de um mercado de cidades mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo: a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcançaria cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial, evidencia a produção global do espaço social.

A interseccionalidade das discriminações racial, de gênero e classe coloca estas mulheres em desvantagem social na busca por direitos, inclusive à moradia adequada, um dos direitos sociais tidos como fundamentais. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, as opressões de gênero, e de classe, dentre outros sistemas discriminatórios criam desigualdades

³ Vainer (2011) e Bienenstein (2011), defendem a mesma temporalidade para esses eventos. Bienenstein, que avalia as motivações, discursos e impactos que os Jogos Pan-Americanos de 2007 produziram na cidade do Rio de Janeiro, levanta aspectos relativos à construção da "Cidade Olímpica" vinculada às Olimpíadas de 2016 e à Copa de 2014 e assume a perspectiva de que tal iniciativa se trata de um processo que teve início na década de 1990, durante o primeiro governo Cesar Maia (1993-1998). Para ele, desde então, um novo padrão de gestão e planejamento urbano foi adotado voltado à implementação de projetos hegemônicos de cidade, preenchendo um vazio de projetos (políticos e econômicos) que o Rio de Janeiro vinha enfrentando. Vainer adota a mesma temporalidade e situa a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro enquanto um desenlace da trajetória ao longo da qual uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano se impôs, considerando como momento simbólico desta concepção a elaboração do Plano Estratégico da Cidade levada a cabo em 1993 e 1994.

que estruturam as posições relativas de mulheres, grupos étnico-raciais, classes sociais, dentre outros grupos identitários ou de pertencimento.

A cidade do Rio de Janeiro tem como marca de suas políticas urbanas, reformas que acabam por remover⁴ as classes populares das áreas valorizadas para o mercado imobiliário em que uma nova maneira de desenvolvimento capitalista – que tem a cidade como um de seus produtos – impulsiona as políticas públicas, tornando-as competitivas, com um padrão de urbanização voltado a atender a esse mercado.

Nesse sentido, um dos morros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, o Morro do Turano, passa atualmente por dois processos simultâneos característicos da nova política urbana para as favelas: o processo de parcial remoção, principalmente com a justificativa ambiental, e a militarização, a partir da ocupação do território realizado pela Unidade de Polícia Pacificadora e que também faz parte do projeto de cidade-negócio, ao viabilizar a valorização de áreas degradadas por conta da atuação do tráfico de drogas, mas que acaba por gerar um processo de gentrificação provocado, entre outras coisas, pela entrada dos serviços e o consequente aumento do custo de vida.

Para tentar responder às questões que foram objeto dessa pesquisa, dividimos esta dissertação em quatro partes. Na primeira, iremos problematizar os afrodescendentes nas discussões sobre os rumos da nação brasileira para refletir sobre as principais preocupações das classes dominantes em relação a esse contingente para tentar compreender as disputas entre grupos sociais situando-os de maneira racializada a partir dos estereótipos forjados ao longo do tempo e sua relação com a subalternização de um contingente significativo da população brasileira.

Ao pensarmos o risco, também ligado historicamente aos contingentes negros da cidade, analisaremos como os discursos sobre a favela se constituem enquanto construções e suas implicações no direito à cidade.

No segundo capítulo, partiremos da reflexão sobre o lugar das mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro para demonstrar como as diferenças estabelecidas enquanto ferramentas de hierarquização dos seres humanos provocaram grandes

⁴ A remoção foi pensada como a primeira solução para o “problema favela”, que se daria na tentativa de erradicá-la. Raquel Rolnik, em prefácio à obra de Faulhaber e Azevedo (2015), nos fala – apoiada nos dados apresentados pelos autores – que, se Pereira Passos e Carlos Lacerda ficaram consagrados na memória coletiva como representantes da política de despejos massivos, o número de pessoas removidas na gestão Eduardo Paes supera, e muito, o das anteriores. Para a autora, esses dados alteram nossa compreensão da história, que ganha maior complexidade com novas mediações entre o público e o privado, com a extração sem precedentes de lucros que combina ganhos imobiliários e financeiros. A remoção total se apresenta como a modalidade mais radical, mas existe também a remoção branca – que deriva do processo de gentrificação – e a remoção parcial. No Morro do Turano, por exemplo, está em curso o processo de remoção parcial, podendo ter como motivação desde a urbanização no local (para a abertura e alargamentos de becos e vielas), quanto pelo alegado risco ambiental.

prejuízos à população negra, principalmente às mulheres negras, submetidas à interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe.

No terceiro capítulo discutiremos a metodologia aplicada à pesquisa, que contou com um estudo de caso através de uma abordagem qualitativa. Inicialmente fizemos o resgate da bibliografia para apresentar um histórico das políticas públicas em favelas. Essa investigação apresenta um interesse específico nas famílias negras e objetiva verificar como estas enfrentaram os impactos da remoção do Morro do Turano para o Bairro Carioca de Triagem. Partimos da hipótese de que tal processo contribui para precarizar as condições de sobrevivência das famílias chefiadas por essas mulheres, na medida em que as obrigam a romper com laços de solidariedade dentro de suas localidades de origem. Nesse sentido, a descrição do Morro do Turano e do Bairro Carioca de Triagem nos remete aos seus universos antes e depois da remoção, além do detalhamento de cada sujeita/o entrevistada/o.

No quarto capítulo, verificamos, a partir das falas das/os sujeitas/os, como estes se organizam para o enfrentamento dessa realidade, de acordo com a linha traçada por Santos, M. (2007), que traz questões importantes para entendermos os condicionantes de algumas percepções transmitidas pelos indivíduos, com o objetivo de observar como as práticas sociais se evidenciam nos discursos.

Nas considerações finais apresentamos uma reflexão geral sobre o estudo, agora somado à experiência do trabalho de campo. Ainda, ciente das especificidades de cada favela, não se pretende traçar uma análise com olhar homogeneizador, mas refletir sobre os principais problemas enfrentados contemporaneamente pela população que reside nestas localidades, em menor ou maior grau, sofre os reflexos do das demandas do capital em uma das cidades mais caras do mundo, cujo padrão de urbanização e a segregação socioespacial gerada por ele traz grandes prejuízos para os grupos em desvantagem socioeconômica.

1 - Remoção, Risco e Políticas Públicas de habitação: uma nova visão de planejamento urbano?

Este capítulo tem por objetivo contextualizar as ações do Estado no território favelado, a partir do resgate histórico de suas ações neste espaço. Para tanto irá problematizar os afrodescendentes nas discussões sobre os rumos da nação brasileira para refletir sobre as principais preocupações das classes dominantes em relação a essa parcela da população para tentar compreender as disputas entre grupos sociais situando-os de maneira racializada a partir dos estereótipos forjados ao longo do tempo e sua relação com a subalternização de um contingente significativo da população brasileira.

Desta forma verificamos que as representações, forjadas a partir de bases raciais, terão que se reinventar a cada conjuntura para possibilitar a coesão nacional que, a partir do mito da democracia racial possibilitou a manutenção do *status quo* da elite branca nacional, se tornando um entrave para a ascensão social da população negra do país na medida em que negava o racismo e, por consequência, o seu combate.

Essa reflexão nos permite verificar a associação feita pela elite entre a população negra da nação e a ideia de risco, que tem influência direta na formulação nas políticas públicas. Seja enquanto agentes potenciais da revolta, como risco à higiene ou ambiental, podemos verificar que a população negra e seus locais de moradia estão sempre atrelados a um risco potencial.

O problema da viabilidade do Brasil enquanto nação era questão central e alvo das reflexões da intelectualidade brasileira desde meados do século XIX. Existia a necessidade de pensar uma nação construída sobre as bases de uma sociedade mestiça, não somente em como torná-la civilizada, mas também em como manter as hierarquias construídas historicamente sob a égide racial.

Pela via da subordinação dos diversos grupos sociais foi possível a formação de uma identidade⁵ brasileira em que, através das categorias “branco” e “negro”, vistas

⁵ Para Hall (2001, p. 13) a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia, ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos controlados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar. Castells (1999, p. 23) nos fala que toda e qualquer identidade é construída sendo, para ele, a principal questão como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece. O autor nos diz que a construção de identidades se vale de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em

como sociopolíticas, se tem a íntima relação entre miscigenação, nação e identidade nacional, no qual havia um modelo ideal de brasileiro em detrimento dos diversos atores políticos que construíram a nação.

O Estado brasileiro foi o protagonista nessa empreitada, contando com suas diversas instituições, mas que na medida em que se acirrava a luta política por reconhecimento, teve que ceder e reinventar novas formas de exercício de poder. Nesse sentido, pensar em maneiras de direcionar essas políticas sem, no entanto, realizar mudanças estruturais se torna um desafio de manutenção do *status quo* de uma elite nacional que, no Brasil neoliberal⁶, se realizará principalmente através de reformas.

Partindo do conceito de nação elaborado a partir de Eric Hobsbawm (1990), para quem os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra seriam incompreensíveis sem o entendimento do termo “nação” e do vocabulário que dele deriva, temos nação como “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande, cujos membros considerem-se como membros de uma nação” (HOBBSAWM, 1990, p. 18). O autor também afirma que “O nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, e sim o oposto” (p. 19). Complementarmente, em Benedict Anderson (2008), temos a nação pensada como artefato cultural, uma comunidade imaginada, em que os indivíduos e os grupos étnicos podem ser atraídos a fazer parte desta.

Em Renato Ortiz (1985) encontramos algumas chaves interpretativas úteis para pensar a formação do Brasil enquanto uma nação mestiça possível, em que, ao tratar da identidade nacional, nos fala da necessidade de reconhecermos que toda identidade é uma construção simbólica. O autor completa dizendo que não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construída por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.

função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço. O autor faz importante ponderação ao sustentar que quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem.

⁶ O Neoliberalismo ou Estado Neoliberal são termos empregados para designar uma nova acepção de Estado, cujas premissas se opõem às políticas distributivas de bem-estar social. Nesse sentido, propõe a diminuição da participação financeira do Estado no fornecimento de serviços sociais incluindo educação, saúde, pensões e aposentadorias, transporte público e habitação popular, junto com a redução das tarifas para importações e a desvalorização da moeda nacional, a fim de incentivar a exportação. Estes ajustes estruturais são definidos por um conjunto de políticas públicas recomendadas pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras organizações financeiras internacionais. Os governos neoliberais propõem mercados abertos e tratados de livre comércio, redução do setor público e diminuição do intervencionismo estatal na economia e na regulação do comércio. O Estado para os neoliberais deve permitir que o mercado reine sem ser incomodado e ainda que abdique de certas atribuições reguladoras, pois isso impede que o mercado se desenvolva adequadamente. Entretanto, essa concepção de Estado contempla especialmente as camadas mais elevadas da sociedade, em detrimento dos segmentos mais populares/carentes, refletindo na desigualdade social como marca das sociedades que aderem ao modelo neoliberal e nos países em desenvolvimento a desigualdade social é ainda pior, pois grande parte da renda do país é concentrada na pequena parcela da sociedade.

Concorda com ele, José Carlos Reis (2007) para quem a identidade nacional não é ontologia, mas “histórica”, isto é, “(re)construída em abertura e fechamento aos futuros” (REIS, 2007, P. 18), em que cada brasileiro continua a “reconhecer” em sua diferença a identidade histórica brasileira e, nesse caso, caberia chamá-la de identidades, porque necessárias à multiplicidade que rege a construção da historicidade brasileira, assim como aos sujeitos históricos que as formulam.

Na raça⁷ e no meio estão contidas as explicações para o impedimento de uma nação desenvolvida em que mesmo tendo no evolucionismo uma saída para a formação de um Estado nacional, “na medida em que a realidade brasileira se diferencia da europeia, tem-se um hiato entre teoria e realidade” (ORTIZ, 1985, p. 15-16).

Para entendermos a complexidade que assumiu o tema da miscigenação, nos apoiaremos na ideia de Vainfas (1999, p. 4), para quem até o limiar dos anos 1930 o que se poderia chamar de historiografia brasileira tratava a miscigenação, não como problema de investigação, mas como o “problema moral ou patológico” que cabia resolver para o bem da nação.

À luz de Lilia Moritz Schwarcz (1993) podemos entender os dilemas que rondavam a intelectualidade brasileira a partir de 1870. A autora nos mostra que o país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição, que passando por um processo acelerado de cruzamentos, levariam a supor que o Brasil seria um dia branco. Para Schwarcz, a apropriação das teorias raciais europeias significou uma adequação dessas teorias às necessidades nacionais em que, se antes a mestiçagem existente no Brasil não era só descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação em que o cruzamento das raças era entendido como uma questão central para a compreensão dos destinos dessa nação (SCHWARCZ, 1993, p. 17-18). Ainda, segundo esta mesma autora, a década de 1870 é entendida como um marco nas ideias no Brasil,

⁷ Segundo Quijano (2005), na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas na conquista. Na presente pesquisa, este termo será tomado dentro de sua complexidade e historicidade e, portanto, em cada momento, sua apreensão deverá ser contextualizada e considerada como um significante flutuante (HALL, 1995). Para tanto, façamos uma reflexão desses momentos: enquanto construção discursiva e um significante deslizante, de acordo com Stuart Hall, o comportamento e a diferença racializados devem ser entendidos como fato discursivo e não necessariamente genético ou biológico e, nesse sentido, raça funciona como linguagem no qual os significantes se referem a sistemas de conceitos da classificação de uma cultura, às suas práticas de produção de sentido a partir de suas relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação. Portanto, “raça não possui fundamento biológico e seu uso em ciências sociais é uma construção sociológica que auxilia na análise de um sistema social” (MUNANGA, 2010, p. 192). “Seu uso é imperativo para a explicação do fenômeno do racismo e necessário no sentido de uma construção sociológica e político-ideológica, pois a raça persiste no imaginário coletivo, sendo histórica, política e social” (p. 193, imprescindível para as análises da sociedade brasileiras feitas nesta pesquisa. “Em seu sentido político, o termo raça foi ressignificado na luta política pela superação do racismo e passou a referir-se ao reconhecimento de uma diferença que nos remete a uma ancestralidade negra e africana” (GOMES, 2010, p. 98).

representando um momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental. Sobre a mestiçagem, Kabengele Munanga nos fala:

Seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem dos indivíduos que compõem essas populações e pelos comportamentos supostamente adotados por eles em função dessas ideias. A noção de mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia (MUNANGA, 1999, p. 18).

Os intelectuais do período que vai de 1870 a 1930 têm o desafio de superar o determinismo que fatalmente levaria o Brasil, de acordo com as teorias importadas, à total degeneração. A originalidade da *intelligentsia* brasileira está justamente em conseguir fazer as adaptações necessárias à formação de todo um arcabouço ideológico⁸ que desse cabo às necessidades do Brasil enquanto nação passível de desenvolver-se plenamente. Para tanto, foram necessárias também as instituições que legitimariam as pesquisas e não faltariam disputas entre essas instituições, que tinham nas Faculdades de direito, de medicina e nas revistas científicas seus principais representantes, além do anteriormente criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Importante papel para essa mudança de mentalidade teve a ascensão da medicina como interlocutora dos saberes na sociedade. Na medida em que o problema do desenvolvimento da nação brasileira passa a ser questão de saúde temos uma crescente hegemonia do saber médico no Brasil.

O período da Primeira Guerra Mundial e do imediato pós-guerra foi, no exterior e no Brasil, marcado pela atuação de movimentos nacionalistas que pretendiam descobrir, afirmar e reclamar os princípios da nacionalidade e realizá-los através do Estado Nacional. No caso brasileiro, esses movimentos vislumbraram vários caminhos

⁸ O conceito de ideologia pensado aqui é o desenvolvido por Marx e Engels (2005), de que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo a força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é, como consequência, também dominam como pensadores, como produtores de ideias que controlem a produção e a distribuição de ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo” (MARX; ENGELS, 2005, p. 78). Cabe aqui pensar também a versão colonial dessa dominação espiritual, o epistemicídio que, para Boaventura de Sousa Santos (2009), foi a “supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena, que sob o pretexto da “missão colonizadora” procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais” (SANTOS, 2009, 10). Definido pelo autor como “el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como via para mantener o profundizar esa subordinación. Historicamente, el genocidio há estado com frequência asociado al epistemicidio” (SANTOS, 1998, p. 208).

para a recuperação e/ou fundação da nacionalidade, uma importante tendência que se consolidou progressivamente e se constituiu em ver nas doenças o problema crucial para a construção da nacionalidade (HOCHMAN; LIMA, 1996).

Hochman e Lima, ao analisarem a metáfora da doença como expressão do Brasil e dos brasileiros, desvendam o Brasil doente que, descoberto pelos médicos e higienistas, se contrapunha à imagem desesperançada do país. A solução para o problema do Brasil se dá, nesse sentido, no resgate da saúde daquela população, que abandonada pelas autoridades se acabava pela doença. O sertanejo seria totalmente capaz de desenvolver-se contanto que tivesse condições para fazê-lo.

O movimento pela reforma da saúde pode ter seus impactos avaliados, segundo os autores, na reorganização dos serviços sanitários federais que se ampliaram e se racionalizaram consideravelmente a partir dos anos 1920, deixando um legado institucional e no papel que os médicos ocupariam na gestão da saúde pública. Portanto, o federalismo criticado no início do movimento foi superado pela centralização da saúde pública a nível nacional. A possibilidade de afirmação da classe e saberes médicos no Brasil também se tornaram possíveis através desse movimento.

Para os autores, o mais significativo neste processo foi a descoberta da importância sociológica da doença, que foi incorporada, segundo eles, por parte considerável daqueles que refletiam sobre o Brasil e sobre a identidade de ser brasileiro. A identificação da doença como principal problema do país apontava os instrumentos para a sua superação, que eram a ciência médica e as políticas públicas de saúde e saneamento.

A ideologia mestiçagem encontra em Sérgio Costa (2001) um status de ideologia de Estado que, segundo ele, a partir dos anos 1930 baseará a construção nacional, com seus principais interlocutores em Gilberto Freyre (no plano ideológico) e Getúlio Vargas (no plano político). Para Costa, as nações contemporâneas não conformam coletivos orgânicos de indivíduos associados por vínculos essenciais comuns, mas tratam-se de “comunidades imaginadas”, construídas de forma mais ou menos contingente, tanto através de ação política e bélica, quanto por meio da narrativa capaz de cunhar pelo plano discursivo, a identidade comum.

O autor trata da formação da nação brasileira, seu processo de formação narrativa em sua dimensão ideológica, procurando demonstrar que o período que vai do final de 1930 a aproximadamente 1970 é marcado no Brasil pela predominância de uma certa ideologia da mestiçagem que, para ele, trata-se de uma visão de mundo

que reinventa o país, na medida em que revela a possibilidade de convivência dos diferentes grupos socioculturais então residentes dentro das fronteiras político-geográficas brasileiras.

Sérgio Costa (2001) demonstra, através dos diferentes autores, que houve um deslocamento no peso de determinação da raça para as condições estruturais da sociedade, mais tarde retomada por Gilberto Freyre. O autor ressalta que “Casa Grande & Senzala”, ao descrever como exitoso o processo de formação nacional apoiado não em uma base racial homogênea, mas na construção de uma cultura nacional, uma brasilidade mestiça orgânica e unitária, pode ser lida como momento fundamental do movimento de “construção narrativa” da nação brasileira. Nesse sentido, a obra de Gilberto Freyre pode ser lida como constituinte da etapa de construção de uma identidade nacional, onde ao subordinar as diferenças nacionais sob a égide de uma democracia racial contribui para forjar a nacionalidade brasileira.

Para o autor, a maior correspondência desse tipo de pensamento encontra-se na campanha de nacionalização levada a cabo por Getúlio Vargas. Para Costa, a constituição de uma nação brasileira unitária, acima das diferenças étnicas, que ainda na política getulista representava um objetivo a ser alcançado, torna-se a partir de então não mais uma prescrição, mas uma descrição da nação, desde esse momento tratada como amálgama exemplar de culturas e raças em plena sintonia e interpenetração. É exatamente essa imagem da nação que, para Sérgio Costa, se constitui no cerne do que se chamou de ideologia da mestiçagem e que vigeu pelo menos até meados dos anos 1970, preservando um núcleo de características inalteradas⁹.

O autor trabalha com a hipótese de que a mestiçagem, como ideologia de Estado, deixa de existir no Brasil contemporâneo, ao verificar que elementos essenciais desse construto político são crescentemente colocados em questão, o que se trata da busca de novos canais de expressão de identidades culturais e da redescoberta de raízes étnicas ofuscadas no período de vigência da ideologia da mestiçagem.

Costa ressalta que a observação das transformações do espaço nas últimas três décadas evidencia um processo de pluralização cultural e política, expressa em

⁹ Sérgio Costa (2001) destaca três características: a) A intervenção estatal no campo da cultura baseia-se num conceito essencialista de brasilidade, através do qual algumas formas culturais são promovidas, enquanto outras manifestações, igualmente existentes, são sistematicamente desconsideradas; b) Brasilidade se apresenta como uma identidade mestiça não étnica, capaz de assimilar outras representações étnicas; c) A ideia de raça é desqualificada enquanto instrumento de discursos políticos públicos, ainda que continue orientando a ação e as hierarquizações estabelecidas pelos agentes sociais, cotidianamente. Assim, segundo ele, que se constitui o mito da democracia racial, componente indispensável da ideologia da mestiçagem.

desenvolvimentos muito variados. Dentre esses o autor destaca a construção de uma etnia quilombola, a reintrodução do conceito de raça no debate político e a etnização dos diferentes grupos sociais.

A análise da formação da nação brasileira vista desta maneira é importante porque nos permite verificar seu curso de acordo com sua correlação de forças. Hoje vemos de maneira mais clara o resultado das lutas políticas que se iniciaram ainda durante o período de escravidão no Brasil em que, através do conceito de identidade como algo historicamente construído, podemos investigar como foi forjada a identidade nacional.

Ainda a partir da década de 1930 do século passado, as estruturas forjadas para a manutenção do status da elite branca nacional se mostraram um entrave para a construção de uma nação civilizável e, portanto, as representações ideológicas que davam sustentação à subordinação de grupos sociais (majoritariamente negros e mulatos) cedem lugar a uma ideologia de coesão em torno da nação. O projeto nacionalista embasado no mito da democracia racial foi levado a cabo pelo Estado brasileiro, onde tiveram importância a ênfase na saúde da população e a valorização dos saberes médicos e higiênicos.

O conceito de Nação implica a noção de unidade (MOORE, 2007) e para isso hoje temos um contexto de combate ao racismo em que, se antes tínhamos a submissão da diversidade brasileira em nome da unidade chamada Brasil, reconhece-se agora que o Brasil é único em sua diversidade onde as identidades estão em processo de descentralização (HALL, 2001).

O questionamento das bases, que subordinavam a diversidade em favor de uma hegemonia branca, deu as bases para se pensar o multiculturalismo (e seus desdobramentos) e foi um movimento essencial para o início de uma reelaboração da nação brasileira. Racializar essas desigualdades não faz parte de um projeto de cisão, mas é essencial para a superação das nossas desigualdades sociorraciais. Para tanto, compreender como se dá a dinâmica entre os diversos grupos sociais na disputa por direitos e entender como se dá a organização dos diferentes grupos nessa disputa, tendo como referencial a desconstrução de estereótipos historicamente estabelecidos, nos conduz à necessidade de compreender a importância das transformações na correlação de forças no corpo social para a efetivação da cidadania em parcelas da população historicamente marginalizadas.

Esse resgate histórico do lugar dos afrodescendentes nas discussões sobre os rumos da nação brasileira é importante por nos permitir refletir sobre as principais

preocupações das classes dominantes em relação a esse contingente. Se antes da abolição havia a preocupação por representarem os agentes potenciais da revolta¹⁰, principalmente após a Revolução Haitiana e a Revolta dos Malês, nesse momento específico sua presença passará a representar o perigo do ponto de vista da higiene¹¹, que dará a justificativa para suas ações, principalmente em seus locais de moradia das classes populares.

Para Abreu (1994), o exemplo mais significativo de intervenção do governo brasileiro no campo da higiene pública no século XIX foi a política de combate às habitações coletivas do Rio de Janeiro, o que envolveu uma série de interesses e projetou-se para muito além dos limites do higienismo. Nesse mesmo sentido, Chalhoub (1996) nos fala que o discurso higienista contra as habitações coletivas interessou a grupos empresariais atentos a oportunidades de investimentos abertas com a expansão e as transformações da malha urbana da corte.

A primeira grande remoção do Rio de Janeiro (a derrubada dos cortiços) foi um marco no que diz respeito à segregação sócio-espacial na cidade, justificada pela política higienista, que se firmou como “ideologia das transformações urbanas” na virada do século XIX para o XX. Esse processo teve como saldo a transferência da população pobre para os morros, charcos e áreas no entorno da capital, liberando, a partir desse momento, áreas bem localizadas e já integradas à malha urbana. O espaço, antes desvalorizado, foi liberado em função de interesses hegemônicos (CHALHOUB, 1996; ZALUAR; ALVITO, 1999).

Para Andreino Campos (2007), historicamente, os grupos dominantes produziram a “estigmatização do espaço”, apropriado pelas classes trabalhadoras. A favela, segundo ele, surge como resultado de fatos delimitados espacial e temporalmente sem, no entanto, estar contextualizada em um processo social. O autor sugere que, para compreender a favela, uma das possibilidades é trabalhar com a ideia de um espaço transmutado, do Quilombo à Favela.

Nessa perspectiva, cabe pensar que os locais de moradia das classes populares, majoritariamente negras, são alvos de diferentes ações ao longo da história e, ao refletirem as necessidades de um ordenamento com base em uma mentalidade colonial, encontram justificativas que incidem diretamente sobre seu modo de vida.

Se historicamente a população negra e seus locais de moradia estão atrelados a um risco em potencial, basta encontrar uma justificativa ideológica que possibilite as

¹⁰ Sobre o assunto, consultar Azevedo (2004).

¹¹ Para maiores detalhes, consultar Chalhoub (1996).

ações do poder público nesses territórios. Assim:

A questão da higiene foi fundamental para justificar a construção capitalista no espaço do Rio de Janeiro, colocando-se, em nome do bem comum (quase de todos), a necessidade de afastar da área central grande parte dos cortiços que abrigavam os negros egressos da escravidão e, em menor proporção os outros segmentos sociais. Posteriormente entrou em cena o “risco” ambiental, quando foram removidas (desconstruídas) centenas de favelas. Atualmente, vê-se a sociedade buscar soluções contra o “risco” da segurança pública, principalmente no que tange ao tráfico de varejo. Qualquer dessas situações implica a intervenção do Estado no espaço favelado, seja de maneira “cirúrgica”, seja removendo as favelas como uma “doença urbana”, seja promovendo programas de urbanização com custos sociais muito altos, procurando assim contemporizar com as ações políticas das classes dominantes (CAMPOS, 2007, p. 71-72).

A integração do Brasil ao sistema mundial corresponde à necessidade de modernizar a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, sendo necessária para isso a adequação do espaço urbano às necessidades do capital, que redefiniu os usos do solo urbano e se concretizou com a derrubada dos cortiços e a expulsão das populações pobres da área central da cidade, justificada pelo discurso higienista. Esse processo foi o ponto inicial das ocupações que foram combatidas ao longo do último século XX: as favelas.

Aos negros e negras era cerceada a oportunidade de atuar no mercado de trabalho e a Lei de Terras, de 1850, foi um obstáculo ao seu acesso à propriedade da terra. Já na época das reformas urbanísticas do prefeito Pereira Passos, Sidney Chalhoub nos fala que um aspecto fundamental da vida cotidiana do pobre urbano da cidade do Rio de Janeiro era o problema da moradia (CHALHOUB, 2001).

Com o metro quadrado mais caro do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro exclui a maioria da população do acesso aos seus bens e serviços, fenômeno que, dado o nível e o grau de complexidade que atingiu, merece nossa atenção. Hoje, a cidade do Rio de Janeiro é referência nacional em se tratando de políticas públicas em favelas e, das experiências cariocas, saem as mais variadas soluções para as diversas áreas favelizadas do país. Aqui é o laboratório tanto da ofensiva capitalista em ajustar esse espaço, quanto dos movimentos reativos a essa ofensiva.

1.1 - Favelas, políticas públicas e habitação popular

As bibliografias mais citadas sobre a origem das favelas (Abreu, 1994; Chalhoub, 1996; Valladares, 2005; Campos, 2007; Rocha, 2013) concordam que sua

proliferação se dá a partir do agravamento da crise habitacional proporcionado pela Reforma Passos. Segundo Abreu (1994), a favela tem sua origem ligada a dois focos de tensão que afetaram o Rio de Janeiro no final do século XIX: a crise habitacional e as crises políticas advindas com a República.

Para o autor, após a reforma urbana e atingida a meta de controle das epidemias, o governo transferiu à força de trabalho grande parte dos custos de sua reprodução. Tudo indica, segundo ele, que a permanência das favelas não esbarrava no interesse do capital, podendo delas se beneficiar, já que representavam uma importante reserva de mão de obra.

A década de 1920 foi considerada, para este mesmo autor, o período de afirmação definitiva das favelas na paisagem carioca, passando por um período de relativa paz até a década de 1960. No entanto, ainda em 1922 foi efetivado o desmonte do Morro do Castelo, que se deu, assim como a derrubada dos cortiços, em nome da higiene.

Até 1927 a favela não existia nos mapas oficiais da cidade, mas tendo em vista o ritmo de expansão da cidade foi imperativo um plano urbanístico que pudesse moldar sua expansão aos interesses das classes dominantes. O “Plano Oficial da Cidade” (de 1927), propunha entre outras coisas a extinção das favelas, mas foi arquivado pela “Revolução de 1930” antes de ser colocado em prática.

O “Código de Obras da Cidade” (de 1937) retoma a proposta de remoção das favelas, além da proibição de construção de novas moradias. A solução do “problema favela” se daria, segundo esse pensamento, através da construção de moradias proletárias que seriam vendidas a “pessoas conhecidamente pobres”. Da orientação do código de obras surgirá a experiência dos parques proletários, efetivada no início dos anos 40 (BURGOS, 1999, p. 27).

Os moradores foram transferidos para instalações com infraestruturas improvisadas, com a promessa de que poderiam retornar para suas áreas de origem assim que se terminasse sua urbanização, o que não aconteceu. A remoção para os Parques Proletários era vista com preocupação pelos trabalhadores removidos e foi o germe, segundo Burgos, da organização política dessa parcela da população.

Segundo Campos (2007), a década de 1940 foi o período de maior “proliferação” de favelas do então Distrito Federal. O processo de expansão das favelas, que está ligado à questão habitacional, mostra o recrudescimento das relações sociais e reflete a contradição do sistema, em que se tem um aumento da produção industrial, atraindo mão de obra, mas que não garante a este contingente

humano possibilidade de garantir sua manutenção de maneira digna, gerando insatisfação, o que, como consequência, impulsionou a organização política dos trabalhadores.

Os benefícios obtidos a partir dessa reforma urbana foram direcionados para as classes mais abastadas da população e seus prejuízos reverberam até os nossos dias numa escalada crescente. A produção do espaço urbano, como se dá, remete ao próprio sistema que o rege em que há a necessidade de pessoas por sua produção social ao mesmo tempo em que as exclui pela lógica capitalista que visa acumulação e lucro máximo.

Na medida em que a especulação imobiliária se acentuou, as moradias populares foram cedendo lugar para habitações de classe média, por sua vez os moradores das favelas terão de travar a luta pela permanência nos locais de residência no campo político-institucional.

A resposta do poder público a esta organização popular foi a criação de várias estratégias de desmobilização que adquire, neste momento, uma nova configuração. Mesmo sem direito a voto (não permitido a todos que estivessem em situação de analfabetismo, o que abarcava grande parte da população favelada), essa organização se mostrava perigosa à manutenção do *status quo* vigente por estar diretamente ligada ao “perigo comunista”.

Os interesses imobiliários da cidade acabaram por impor uma mudança radical no comportamento do governo, fortalecido com o golpe militar de 1964, que deu início a uma campanha maciça de erradicação das favelas da cidade, especialmente as localizadas nas zonas privilegiadas. Para Gonçalves (2013), a política urbana brasileira foi profundamente alterada após o golpe militar de 1964. A esse respeito Abreu (1994) nos traz uma importante reflexão:

(...) a história recente das favelas demonstra que, nos últimos 50 anos, estabeleceu-se uma nítida correlação entre a vigência dos regimes democrático e a aceitação da permanência da favela nas áreas valorizadas da cidade. Em tempos de ‘fechamento político’, como ocorreu, por exemplo, em alguns momentos da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e no período de vigência dos governos militares (1964-1985), o combate às favelas mostrou-se bastante forte, resultando daí a erradicação forçada de muitas delas. O advento das fases de liberdade política (1945-1964 e 1985 até hoje) deram ensejo, entretanto, às lutas pela permanência e melhoria dessas áreas da cidade, e valorizaram a principal arma com que contam os favelados para melhorar sua sorte: o voto (Abreu, 1994, p. 44).

A partir do raciocínio de que um estado de exceção justificaria remoções em

massa, podemos supor que atualmente estamos passando por fenômeno semelhante instaurado a partir do contexto de realização dos megaeventos: a cidade de exceção. Para Carlos Vainer (2011), que analisa a cidade do Rio de Janeiro a partir de Poulantzas e Agamben e a teoria sobre estado de exceção, a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro constitui o desenlace de trajetória ao longo da qual uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano se impôs entre nós. Conformada sob a égide do prefeito Cesar Maia, teve como fundador desta concepção a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro de 1993 e 1994.

Portanto, a cidade de exceção se afirma como uma forma nova de regime urbano em que os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poder, que no caso do Rio de Janeiro, as formas da ilegalidade e da exceção apareceriam e se multiplicariam em virtude da nova emergência: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (p. 11).

Ainda segundo Vainer (2011), a categoria de estado ou regime de exceção se aplica de modo parcial à cidade dos megaeventos na medida em que as formas institucionais de democracia representativa burguesa permanecem formalmente, mas a forma como governam e legislam produz e reproduz situações e práticas de exceção, em que poderes são transferidos a grupos de interesse empresarial.

As relações entre interesses privados e estado se reconfiguram completamente e entronizam novas modalidades de exercício hegemônico que, neste contexto, torna-se regra a invisibilização dos processos decisórios. As chamadas parcerias público-privadas (PPPs)¹² e as operações urbanas constituem, segundo o autor, um exemplo perfeito desta “expansão de redes de poder e correias de transmissão paralelas que se cruzam e vinculam diferentes ramos e centros” (VAINER, 2011, p. 12), estabelecendo terreno propício às parcerias público-privadas, a cidade de exceção se conforma também como democracia direta do capital.

No bojo dessas transformações está uma nova visão de planejamento urbano e, nesse sentido as reflexões de Fernanda Sánchez sobre a existência de um mercado mundial de cidades junto a uma estratégia comum de políticas urbanas, voltada para a venda de cidades, é importante por trazer a possibilidade de entendimento desse fenômeno na cidade do Rio de Janeiro. A autora nos fala que a partir da década de 90, alguns governos locais, junto a agentes econômicos privados, passaram a vender as

¹² De acordo com a lei federal 11.079 (BRASIL, 2004): “Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa”.

idades de modo semelhante, o que, segundo ela, sugere que o espaço das cidades se realiza agora como mercadoria específica.

Essa transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge um novo patamar, produto de desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual. A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo: a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcançaria cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial, evidencia a produção global do espaço social (SÁNCHEZ, 2001, p. 246).

Para Sánchez, a construção da cidade-mercadoria se organiza através da construção da imagem para vendê-la, de modo a inseri-la no mercado. Assim, segundo a autora, são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens síntese sobre a cidade e discursos referentes a ela, que têm a mídia e as políticas de *city marketing* como instrumentos de difusão e informação.

Se passarmos a entender a cidade do Rio de Janeiro nessa perspectiva, compreenderemos melhor o papel das políticas direcionadas às favelas, principalmente a partir de 2007. Uma política que não vê mais a favela como algo unicamente a ser removido¹³, mas positivado. A partir das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), elas se tornariam seguras para os turistas e seus moradores, passando, inclusive, a fazer parte do roteiro turístico da cidade.

A agenda de eventos da cidade tem resultado em políticas públicas que afetam diretamente os moradores de favelas cariocas e as instituições policiais. A segurança pública no Rio de Janeiro está em pauta nos últimos anos e se evidencia em virtude da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 e as UPPs representam, atualmente, a mais famosa dessas políticas.

“Na tessitura de circuitos comerciais que conectam cidades e homogeneizam

¹³ Política semelhante foi instaurada na década de 1960, em que o poder público passa a adotar simultaneamente uma política de remoção e urbanização. A Companhia de Habitação popular (COHAB) tinha o objetivo de remoção e entre 1962-65 o governo construiu a Cidade de Deus, Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança, enquanto a Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (CODESCO), criada em 1968, estava voltada para melhorias de estrutura e urbanização. Ainda em 1968, pouco depois da criação da Codesco, há um endurecimento na política de remoções e como instrumento é criada a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) e foi através dela que se deu o maior número de remoções visto até então, refletindo o período histórico de repressão pelo qual atravessava o país.

Ao contrário da Codesco que, segundo Burgos (1999), apostava na capacidade organizativa e participativa dos moradores das favelas, a Chisam retoma o discurso civilizatório e associa a pobreza à necessidade de uma “reabilitação social” onde o causador de todo mal, o ambiente da favela, deveria ser extinto. As remoções tiveram o apogeu enquanto políticas públicas para as favelas entre os anos de 1968 e 1975 e concentrou-se essencialmente na zona sul da cidade, tendo um saldo de, pelo menos, 100 mil pessoas removidas de um total de 60 favelas.

padrões de administração, gestão e investimento, as cidades globais se configuram enquanto *commodities* e disputam entre si os fluxos de capitais internacionais” (SASSEN *apud* M. SILVA, 2011), originando a necessidade das cidades tornarem-se competitivas, sendo as Unidades de Polícia Pacificadora parte do projeto que tem como objetivo desconstruir a imagem de cidade violenta que o Rio de Janeiro adquiriu nos últimos anos.

Segundo M. Silva, (2011) a autora, as UPPs procuram romper com a representação dominante do tráfico de drogas como sujeito social da violência, mas faz isso a partir da já consolidada representação da cidade partida, em que tornar a cidade segura implica tornar as favelas lugares seguros.

Um dos principais entraves para o sucesso das UPPs é que em sua origem ela é exatamente o oposto do que pretende ser, pacificadora. Cercada de desconfianças oriundas dos conflitos seculares com as “classes perigosas”, não consegue romper com o paradigma das políticas públicas em favelas, caracterizado principalmente pelo seu viés civilizador.

Pensada principalmente para garantir uma posição favorável do Rio de Janeiro na disputa entre as cidades por investimentos, na lógica da cidade-mercadoria, encontrou na territorialização do espaço das classes populares a solução para o problema da segurança na cidade, reflexo da criminalização da pobreza e que, na prática, serve como reforço de um estereótipo secular sobre a favela e seus moradores aumentando a percepção de uma cidade partida.

Apesar dos relatos de que a UPP Social poderia amenizar os conflitos e garantir possibilidades de acesso a serviços sempre negados a essa parcela da população, juntamente com os “serviços” (de empresas privadas, que veem nesses moradores consumidores em potencial), temos uma elevação do custo de vida dessas pessoas, que se veem obrigadas a se mudar devido à impossibilidade de arcar com os novos padrões de consumo. Esse fenômeno, denominado de remoção branca¹⁴, é denunciado pelos movimentos sociais que lutam por reforma urbana, onde o direito de continuar nas favelas com UPP, assim como no resto da cidade, está diretamente relacionado com a possibilidade de arcar com a despesa de morar em um local que adquiriu novo status: o de favela pacificada.

Existe a necessidade de compreendermos as representações das favelas como espaços da violência e a relação entre favela violenta e a ação policial,

¹⁴ Uma espécie de remoção não-oficializada, causada pela impossibilidade de os moradores arcarem como custo de vida nas favelas onde foram implantadas UPPs.

pensadas a partir de preconceitos construídos historicamente em que as propostas para a diminuição da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro se restringem às intervenções e racionalização dos meios de repressão.

Assim, atualmente, vêm sendo desenvolvidas negociações em torno de uma representação simbólica das favelas, que devem ser preservadas em suas formas urbanas singulares da paisagem carioca, elaboradas enquanto recanto da autenticidade brasileira e destino turístico, mas desconstruídas enquanto territórios violentos de onde vinham as terríveis balas perdidas e daí resulta a necessidade da mídia tratar a favela por um viés diferente daquele que foi dado nas últimas duas décadas.

A imagem das favelas enquanto recantos exóticos da cidade maravilhosa representa grande perigo para as populações faveladas residentes nas áreas nobres da cidade, principalmente se pensarmos no nível de atratividade que essa propaganda suscita. Segundo o dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2013), as violações ao direito à moradia no Rio de Janeiro sob a justificativa dos megaeventos esportivos persistem e tendem a se agravar com a realização dos Jogos Internacionais¹⁵.

Para o Comitê, a dinâmica das remoções no Rio de Janeiro, os empreendimentos para habitação de interesse social e sua localização preferencial na periferia urbana reforçam que se trata de uma política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios. Ainda segundo o Dossiê, cerca de três mil famílias já foram removidas e oito mil estão ameaçadas de remoção, cuja justificativa, na maioria das vezes, remete às obras de infraestrutura para os megaeventos.

Enquanto a propaganda da Copa do Mundo tenta unificar a nação brasileira sob a bandeira da 'religião nacional' do futebol, essa união nacional reforçada é constituída pelas mesmas forças do racismo e da desigualdade de gênero que continuam a separar o Brasil (CREARY; WILLIAMS, 2014).

A partir da perspectiva estabelecida, surge um questionamento sobre os impactos dessas remoções na vida das mulheres faveladas – majoritariamente negras – da cidade. Historicamente as mulheres negras estão no mundo do trabalho e, segundo Sidney Chalhoub (2001), isso é fator de peso na estratégia de sobrevivência dessas pessoas. O autor destaca também as redes de solidariedade e ajuda mútua

¹⁵ Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016.

como um aspecto fundamental para o pobre urbano em questão.

Com as mudanças na gestão de cidade geradas pelos megaeventos, temos uma releitura de política para as favelas que, contemporizadas, ganham novos ares, mas que no fundo refletem antigas práticas de organização do espaço urbano. Sob a égide do que chamamos aqui de “cidade de exceção” foram tomadas várias medidas especiais para garantir a propaganda necessária ao produto Rio de Janeiro que, baseado nos grandes projetos de reestruturação, se refletiu em controle do acesso aos espaços urbanos.

O pensamento de que é nos locais de moradia das classes populares que estão todos os males da cidade, construído historicamente, encontrou seu ponto culminante com a tentativa da eliminação e ocupação desses espaços¹⁶, atualmente através da militarização. Como resultado imediato da criminalização da pobreza esse pensamento tem como consequências diretas o cerceamento do exercício pleno de cidadania dessa parcela da população (com reflexos no acesso a serviços e direitos).

As sucessivas reformas urbanas feitas na cidade do Rio de Janeiro são direcionadas para uma parcela privilegiada da população, mostrando a face mais perversa desta opção de projeto de cidade: a exclusão da população pobre, em sua maioria negra. Em uma cidade-mercadoria não há espaço para projetos urbanísticos que integrem o conjunto da sociedade, mas para aqueles que podem pagar por essa integração, vide as remoções¹⁷ promovidas pela Prefeitura do Rio para as obras dos eventos internacionais.

Sob a égide não oficial da cidade partida, temos duas políticas diferentes para a mesma cidade: uma que vai ao encontro dos anseios da cidade maravilhosa, com grandes empreendimentos imobiliários e que investe em turismo e lazer e a outra que é reprimida e cada vez tem de procurar opções de moradia mais afastadas do centro em uma das cidades mais caras do mundo.

Após várias tentativas de eliminação, o poder público cedeu lugar a estratégias de valorização positiva desses locais. Retratada através da mídia a favela é assunto privilegiado hoje, após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora. Com um histórico diferenciado de interpretações, ela tem hoje ganhado status cada vez mais

¹⁶ À Fundação Leão XIII – Decreto Presidencial nº 22.498 de 22 de janeiro de 1947, em uma parceria da Arquidiocese do Rio de Janeiro e a prefeitura da cidade – corresponde uma maneira moderna de intervenção direta no espaço de convivência das “classes perigosas” e tem entre outras atribuições, mapear o espaço favelado, controle social e ordenamento. Sua atuação se dá a partir da necessidade de frear a organização política autônoma e o “perigo comunista”. A favela passa a ser vigiada mais de perto, com a infiltração de agentes ligados ao Estado promovendo ações sociais e, tutelando suas ações na tentativa de frear a atitude de vanguarda dos moradores e impedir a formação de lideranças dentro da favela.

¹⁷ Sobre o assunto consultar os Relatórios do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas de 2007 e 2013.

romântico, virando inclusive destino turístico e cobiçada como opção de moradia inclusive para os “gringos”.

Mas se esquece de que o estreitamento da convivência causado com a ocupação do espaço favelado pela polícia ainda é problemático e tem como resultado a violência, característica das instituições policiais desde o período da ditadura civil-militar e decorrente do olhar civilizador desses agentes do estado, interferindo no cotidiano dos moradores e afetando o seu modo de vida.

Sabe-se que este tipo de solução não irá resolver o problema da segurança pública, mas com certeza as favelas que tiverem UPPs implantadas talvez em pouco tempo tenha seu perfil de moradores modificado, assim como aconteceu na maior parte da área central do Rio de Janeiro. Provavelmente não muito facilmente, pois foram várias as estratégias dos moradores favelados ao longo dos anos.

Na atual conjuntura é importante entender o que foi considerado “o maior programa de urbanização de favelas do país”, o Programa de Integração de Assentamentos Precários Informais - Morar Carioca¹⁸ na tessitura da cidade do Rio de Janeiro enquanto uma cidade competitiva e o papel que cumpriu o Banco interamericano de Desenvolvimento (BID)¹⁹ no viés adotado para as políticas urbanas no Brasil. Aqui nos interessa pensar como essas políticas influenciaram na transformação da representação das favelas cariocas, tanto em sua necessidade de justificativa ideológica, quando em sua tarefa de transformar o Rio de Janeiro em uma cidade atrativa para investimentos internacionais no contexto dos megaeventos.

Para Ferreira (2013) é nas favelas como o “lugar das ilegalidades”, no caso da cidade do Rio de Janeiro, que a pobreza e a miséria possuem essa disposição geográfica específica. A autora nos lembra que esses espaços passam por intervenção de políticas públicas desde a década de 1940 e que tentando-se

¹⁸ O Decreto n.º 36.388 de 29 de outubro de 2012 oficializa o Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2012).

¹⁹ Criado em 1959, a partir de uma articulação do governo brasileiro (Juscelino Kubitschek) com o governo dos Estados Unidos (Dwight Eisenhower) diante da ameaça do avanço do socialismo, na época da Guerra Fria. O financiamento inicial destinava-se ao crescimento econômico dos países considerados atrasados (propícios à aceitação das ideias comunistas), mediante o combate à pobreza, com base na concepção desenvolvimentista (e regional) (SANTANA, 2006). O Banco pertence, hoje, a 48 países membros (26 países mutuários da América Latina e do Caribe e 22 não mutuários). O poder de voto de cada país membro depende da subscrição de capital ordinário que cada país tenha no banco. A partir dos anos 1970, os bancos multilaterais passam a defender a necessidade dos ajustes estruturais, especialmente da Reforma do Estado, interligando-se ao projeto neoliberal e ao processo de acumulação flexível (SANTANA, 2006). Considera-se que os organismos multilaterais (como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o BID) têm atuado na coordenação política e econômica dos interesses das frações de classe dominante e correspondem, segundo, à “inteligência geral” do capital. Nesse sentido, “o BID constrói e repassa aos governos nacionais e locais uma série de orientações de políticas econômicas e sociais através de acordos de empréstimo, na forma de modelos de gestão para esses governos” (SOARES, 2012, p. 22. “O BID formula para cada país da América Latina e do Caribe uma série de estudos e orientações de políticas nos denominados *Documentos de País e de Estratégia*, onde são definidas as estratégias do banco em vários setores de políticas” (SOARES, 2012, p. 29).

implementar medidas de remoção tivemos a criação de alguns conjuntos habitacionais, parques proletários e de obras de urbanização, tendo como seus maiores expoentes o Favela-Bairro, criado pelo Governo César Maia em 1993, e o Morar Carioca, além das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, em curso atualmente.

Com o lema principal de integrar a favela à cidade formal, o programa Favela-Bairro²⁰ se tornou referência em política de urbanização em favelas e nesse programa reside o cerne de uma nova elaboração da sua representação. De acordo com Burgos (1999), naquele momento uma das questões centrais a serem enfrentadas era o desafio de integrar a cidade e a deficiente articulação política e administrativa entre o governo do estado, a quem cabe a política de segurança, e o governo municipal, que vem assumindo a responsabilidade quase exclusiva pelas políticas sociais. Para ele, o programa Favela-Bairro surge no âmbito desse processo de redefinição das atribuições da Prefeitura.

A luta pela representação das favelas fica evidente e se materializa no Plano Diretor da Cidade²¹, consolidado com a ideia de um programa global de integração das favelas à cidade. Para o autor supracitado, a representação da favela inscrita no Plano Diretor e os princípios democráticos nele consagrados é que iriam nortear a política habitacional proposta pelo Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GEAP), criado pelo prefeito César Maia em 1993, dentre seis programas habitacionais propostos, um deles era o Favela-Bairro (Burgos, 1999).

O Favela-Bairro tinha o objetivo de “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acesso) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade”. Seus pressupostos deveriam ser o “aproveitamento do esforço coletivo já despedido” (prevendo por tanto um reassentamento mínimo); a “adesão dos moradores”; e a “introdução de valores

²⁰ O decreto 14.332/1995, cria o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP-RIO) e define: “Art. 2º O PROAP-RIO é composto de dois programas (...), estabelecidos no documento "Bases da Política Habitacional da Cidade do Rio de Janeiro", aprovado em 23.12.93 (...). I - "Favela-Bairro" que objetiva complementar ou construir a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer condições ambientais de Leitura da favela como bairro da cidade; II - "Regularização de Loteamentos" que objetiva proceder à regularização urbanística e fundiária e complementar ou construir a infraestrutura para alcançar padrões de salubridade e de desenvolvimento sustentável nos loteamentos irregulares de baixa renda. Art. 3º No âmbito do PROAP-RIO, entende-se urbanização dos assentamentos populares como a promoção de obras e ações destinadas a permitir a implantação, operação e manutenção de equipamentos e serviços de: I - abastecimento d'água II - esgotamento sanitário III - circulação viária IV - drenagem pluvial V - contenção e estabilização de encostas VI - reflorestamento VII - coleta de lixo e limpeza pública VIII - iluminação pública IX - educação sanitária e ambiental X - creches XI - praças, parques e jardins XI - esporte e lazer XII - outros programas sociais". (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1995).

²¹ “Sancionado em 1992 é uma exigência da Constituição Federal de 1988 para cidades com mais de 20 mil habitantes. Seu objetivo declarado é, através de um tratamento integrado de diversos setores da política Pública, estabelecer um conjunto de diretrizes, normas e procedimentos que deverão pautar o desenvolvimento urbano e social nas cidades nos próximos 10 anos” (BURGOS, 1999, p. 57).

urbanísticos da cidade formal como signo da sua identificação como bairro” (GEAP,1993 *apud* BURGOS, 1999, p. 49).

Assim como no Morar Carioca²², no programa Favela-Bairro foi realizado concurso público (em março de 1994) para a seleção de propostas urbanísticas a serem realizadas pelos escritórios interessados em participar do programa. A atribuição de autonomia aos escritórios de arquitetura para a elaboração dos projetos constitui, para Burgos, uma das novidades do desenho institucional do Favela-Bairro²³. O autor ressalta que uma das características do Favela-Bairro foi um projeto pronto, técnico, abrindo-se para a mediação política do prefeito e subprefeitos na parte final de sua execução. Para ele, isso fez com que o projeto sofresse adaptações, sendo de especial importância a ampliação de seus objetivos inicialmente circunscritos à urbanização e ao suprimento de bens de infraestrutura (Burgos, 1999)

O programa Morar Carioca tem como referência o programa Favela-Bairro (1994 a 2009) e tinha a proposta de ampliar a acessibilidade com a construção de vias e planos inclinados, criando conjuntos de apartamentos que permitiriam a liberação de espaços de recreação e lazer e prevendo também ações como coleta seletiva, captação de água de chuva. Lançado em julho de 2010 como um novo plano para as favelas do município, o programa é parte do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, para urbanização, regularização e provisão de moradias²⁴ e tem como objetivo oficial promover a inclusão através da integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas do Rio até o ano de 2020. As ações governamentais decorrentes desse programa constituem política pública, coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania, articulada com outros órgãos públicos, por intermédio de um grupo gestor.

Ao trazer o Morar Carioca como um dos "legados" mais importantes apresentados como decorrência da realização desses megaeventos, Alexandre Magalhaes (2013), ressalta que embora o Morar Carioca seja apresentado como um dos "legados" dos Jogos Olímpicos, sua formulação já aparecia no início do atual

²² O Programa Morar Carioca faria parte do legado da Prefeitura para realização das Olimpíadas, com meta de investir R\$ 8,5 bilhões até 2020, financiados pelo governo federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em outubro de 2012 foi assinado um convênio com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), para realização do Concurso Morar Carioca: conceituação e prática em urbanização de favelas. A iniciativa selecionou 40 escritórios de arquitetura que iriam desenvolver projetos de urbanização de comunidades, respeitando a cultura e a história dos seus moradores.

²³ “Em dezembro de 1995, a prefeitura assinou o contrato com BID, no valor de US\$ 300 milhões, que incluía uma contrapartida local de US\$ 120 milhões, para o financiamento para PROAP e como forma de corrigir o problema de relacionamento entre município e estado, o BID exigiu a assinatura de um convênio com a Cedae, firmando em setembro de 1995 [...]. O Favela-Bairro ficou com a maior parte de recursos, US\$ 192 milhões, cerca de 60 favelas e aproximadamente 220 mil pessoas” (BURGOS, 1999, p. 50).

²⁴ Disponível em: <http://www.secovirio.com.br/Noticias/Noticias/Programa-de-Integracao-de-Assentamentos-Precarios-Info-5870.html?tpl=printerview>

governo que, ainda em 2009, já havia informado que estava realizando contatos com o BID para obter recursos para o chamado de "Favela-Bairro 3".

O autor nos informa ainda que o programa seria lançado em um contexto específico marcado pelo debate em torno das consequências das "chuvas de abril", se transformando, a partir da escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede desse megaevento, no "legado" da realização dos Jogos, fazendo parte dos compromissos que a "cidade" havia estabelecido com o Comitê Olímpico Internacional quando de sua candidatura.

Segundo o site da Prefeitura do Rio²⁵, as obras de urbanização do Morar Carioca são executadas de acordo com o porte e a condição de cada comunidade, nas enquadradas como urbanizáveis e as Áreas de Especial Interesse Social, as áreas de risco serão eliminadas²⁶. Nas comunidades acima de 500 domicílios que já foram parcialmente urbanizadas, estão previstos equipamentos públicos, ampliação da acessibilidade e a regularização urbanística e por meio do Programa de Regularização Urbanística e Fundiária haverá regularização.

De acordo com Julia Meneses, o programa hoje é alvo de críticas por atrasos e por não cumprir as promessas de urbanização e integração; e segundo a autora, houve um esvaziamento do programa, cujos investimentos feitos se concentraram em obras de infraestrutura, deixando de lado iniciativas voltadas para o desenvolvimento local e a integração aos espaços ditos "formais" da cidade. A autora, apoiada na fala de Luiz Fernando Janot²⁷, nos diz que o Morar Carioca "ficou limitado a algumas intervenções e perdeu sua força".

Magalhães (2013) discute uma das dimensões da "reatualização das práticas e discursos sobre a remoção de favelas no Rio de Janeiro" e demonstra que através da justificativa do "legado" estaria em curso uma transformação no enquadramento do "problema favela", tendo como característica fundamental a reincorporação da remoção no campo das intervenções possíveis do Estado nessas localidades.

Para ele, as intervenções urbanísticas em curso vêm implicando alterações significativas nos fluxos e usos do espaço da cidade provocando o deslocamento de moradores de algumas favelas. Esse processo tem sido traduzido pelas autoridades públicas envolvidas, bem como em relação a outras intervenções, como um "legado"

²⁵ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>

²⁶ No caso das não urbanizáveis, diagnosticadas pela Prefeitura como situação de risco ou inadequada ao uso residencial, as famílias estão sendo cadastradas e reassentadas em unidades habitacionais produzidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

²⁷ Presidente nacional do IAB e ex-coordenador das atividades do concurso.

permitido pela concretização desses megaeventos e representando uma inflexão importante na conformação do "problema favela" na atual conjuntura.

Segundo o autor, o programa incorpora as ações de erradicação em curso desde o início de 2010, justificados à época em função da tragédia provocada pelas "chuvas de abril", escala que aumentaria, segundo ele, consideravelmente em relação ao que fora o Favela-Bairro, tanto no que se refere à quantidade de favelas a serem atendidas como no tipo de intervenção incorporando "desadensamento", pela via do "reassentamento de áreas de risco", ou através da abertura de grandes vias de acesso e obras como teleféricos e planos inclinados.

Magalhães completa dizendo que o programa poderia ser compreendido como expressão de uma das dimensões da transformação na maneira de enquadrar moralmente as favelas que vem se configurando, já que, a partir da análise do que fora interpretado como "deficiências" do Favela-Bairro²⁸ e defende que a partir da explicitação do que dizem e realizam os diversos atores, individuais e coletivos, ao fazerem emergir o termo "remoção" atualmente no debate sobre as favelas e seus moradores, seria possível entrever a realização de um duplo movimento de remoção e urbanização, a partir de parâmetros que se justifica com o argumento de "legado", elemento indissociável, segundo essa lógica, da realização dos megaeventos esportivos.

Para pensarmos o papel do BID na orientação adotada para as políticas urbanas e como essas políticas influenciaram na transformação da representação das favelas cariocas no contexto dos megaeventos, partiremos da pesquisa realizada por Joana Santana (2012) que, ao discutir o modelo de gestão de cidades difundido pelo BID, procurou chamar a atenção para o viés adotado nos projetos aprovados pelo banco em 26 países da América Latina e do Caribe, entre 1960 e 2011, e a partir da discussão do significado desse financiamento, problematiza sua ideologia e modelo de gestão de cidades.

Para ela, esse financiamento a projetos referentes ao desenvolvimento urbano e à moradia têm primado pela valorização da infraestrutura física dos espaços urbanos no âmbito da reprodução do capital, ampliando a negação do direito à cidade às frações de classe trabalhadora e que neste modelo, pobreza e meio ambiente seriam temas discursivos, enredados no tema da diminuição da pobreza e que escondem a necessidade da infraestrutura física das cidades para os investimentos

²⁸ "Como não ter impedido o crescimento [das favelas] verificado nos anos 1990, [o que] acabaria permitindo a inclusão da possibilidade da erradicação, algo que o debate do início dos anos 1990 havia afastado, mas que atualmente não seria mais possível entender como sendo uma medida autoritária" (MAGALHAES, p. 112).

empresariais, além da orientação para a Reforma do Estado²⁹, articulados à retórica do desenvolvimento no âmbito dos ajustes constitutivos da agenda neoliberal.

Essa prioridade corresponderia, de acordo com Santana (2012), a um discurso que esconde suas determinações essenciais: a construção de um "desenho ideológico" expresso em modelos para ação, no caso da política urbana, no modelo de gestão de cidades, orientado para elaboração de projetos sociais de moradia para as frações de classe trabalhadora, mas que, na verdade, esconde a prioridade na infraestrutura física das cidades, facilitando os investimentos capitalistas, fragilizando o direito à cidade pelas frações de classe dominada.

Nesse caso, o BID corresponde a disseminação de um discurso ideológico na defesa da política urbana, expresso através da formulação e da disseminação do modelo de gestão de cidades no processo atual de acumulação do capital, no qual as cidades passam a ter um papel importante na lógica da produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Os núcleos constitutivos do desenho ideológico do BID comportam a coerção e o consenso, impondo condicionalidades aos governos (coerção) ao mesmo tempo em que dissemina instrumentos de sensibilização (constrói e articula o consenso) onde mesmo que a dívida seja feita e paga pelos Estados nacionais, estaduais e locais, o BID tenha influência na condução das políticas urbanas. O que não está em contradição com o papel cumprido pelo programa Morar Carioca, por sua vez conectado ao plano do legado urbano dos Jogos Olímpicos de 2016 e que seria o viabilizador por se configurar como um projeto que integraria a todas as favelas do Rio à cidade formal, mas só as tidas como urbanizáveis.

Por isso, ao observarmos que o BID tem construído um desenho ideológico em torno do modelo de gestão de cidades – cujos núcleos constitutivos são de grande apelo à comoção da opinião pública (como os temas de pobreza e meio ambiente), que seriam uma cortina para mudanças mais profundas na dinâmica de reformulação do espaço urbano – podemos notar o nível de influência dessas organizações nas políticas dos países membros mutuários e, a partir de uma proposta decolonial de análise desses mecanismos, podemos pensar soluções a curto e médio prazo que diminuam os prejuízos da adoção dessas medidas necessárias à maximização dos lucros na etapa atual do sistema capitalista.

²⁹ A reforma e modernização do Estado é orientada: a) para o Estado-nação que deve se ocupar dos assuntos macroeconômicos (serviços da dívida, metas de inflação e infraestrutura de grande porte) e; b) para os governos locais, que devem gerir políticas sociais mínimas e compensatórias e, ao mesmo tempo, destinar recursos para a infraestrutura física das cidades. Esse primeiro núcleo é constitutivo do discurso e da prática neoliberal (SANTANA, 2012).

O pensamento de que as representações se constituem enquanto representações históricas nos possibilitam pensar o papel que cumprem para as classes dominantes ao possibilitar a legitimação das ações do poder público. Nesse sentido, o risco ao ser utilizado como parte da luta entre as representações, se torna um componente com grande carga ideológica ao justificar intervenções urbanas a partir do apelo ambiental. Partindo do pressuposto de que os aparelhos de produção do conhecimento são implicados no processo de governar os indivíduos, examinaremos as consequências de sua utilização nas estratégias de ordenamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, considerando também a aplicação do conceito de racismo ambiental no contexto de desigualdade social e discriminação racial no contexto brasileiro.

Assim como a representação social de Cidade Maravilhosa construída sobre o Rio de Janeiro – a cidade formal – existe uma imagem construída das favelas cariocas. A maneira como a favela e seus moradores são vistos compõe representações que persistem, se reafirmando a cada conjuntura e que “se deu principalmente a partir das descrições e imagens transmitidas por escritores, jornalistas e reformistas do início do século XX” (GAMA, 2006, p. 32).

Noel dos Santos Carvalho (2012) define representação como

Um dos modos da cultura apreender e significar o mundo, ou seja, é também mediação e linguagem mimetizar e construir o “real”. Este é o sentido em que a representação pode ser tomada como uma forma de reprodução e, porque não, produção do “real”. A dimensão política é inerente ao conceito de representação, pois quem representa, representa algo ou alguma coisa e o faz para um outro (CARVALHO, 2012, p. 134).

Oliveira (2010) caracteriza a Batalha do Rio³⁰ como um momento fundamental para a “representação da favela”. De acordo com o autor, a campanha jornalística é um dos momentos importantes para redefinição do estatuto dessa representação e para as identidades sócio-políticas forjadas na cidade e parte do pressuposto de que a representação da “favela” se vincula a produção de um “senso comum” e vocábulo capaz de produzir “objetividade”, “generalidade” e “familiaridade” ao debate público, legitimando ações e práticas de diversos tipos.

³⁰ Campanha jornalística liderada pelo Correio da Manhã em um conjunto de 33 artigos, grande parte deles escritos pelo então jornalista Carlos Lacerda, entre maio e junho de 1948. Artigos teciam críticas sobre a “miséria das favelas” e pretendia a transformação desses espaços e de seus moradores em capital político. Os artigos pregavam, entre outras coisas, a volta dos favelados ao campo, a expulsão dos moradores das favelas existentes e a prevenção de novos aglomerados. Carlos Lacerda foi governador do Estado da Guanabara e promotor de uma das mais ferozes políticas remocionistas contra as favelas cariocas na década de 1960 (VALLADARES, 2005 OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2000).

De caráter anticomunista, a campanha inseria-se no contexto repressão aos comunistas e seu principal foco foi a propaganda e defesa da ação da Fundação Leão XIII e colocou a classificação da questão da favela enquanto problema político do momento no qual este lugar na imprensa dá o tom político da representação da favela produzida pelo jornal. Para o autor, na forma de campanha jornalística, entre as décadas de 1950 e 1960, período de transição de um jornalismo de opinião para um jornalismo de massa, na qual as campanhas jornalísticas cumpriam um papel especial na definição de um foco de discussão da agenda política.

Em Fernando Lannes Fernandes (2005) encontramos uma análise completa dos discursos sobre a favela. Em sua pesquisa ele procura verificar quais são as implicações desses discursos no direito à cidade, discursos esses que, segundo ele “possibilitam uma ação policiadora e legitimadora de ações do poder público” (FERNANDES, 2005, p. 10).

De acordo com o autor, quanto ao discurso criminalizante, historicamente tem-se implementado um conjunto de ações de cunho policiador que visa ordenar e normalizar os espaços favelizados da cidade. Esse discurso tem hoje, para ele, a violência urbana como principal tema. A presença de grupos fortemente armados que atuam no mercado ilegal de drogas pode ser considerada ponto de desencadeamento da questão da violência urbana no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, justifica intervenções em que o alto grau de territorialização dos traficantes de drogas, apresenta-se como um elemento que define a distribuição e a qualidade das Políticas Públicas implementadas pelo Poder Público e tornam as favelas da cidade alvo central do combate à violência e, por conseguinte, um dos problemas da cidade, principalmente os ligados à “(des)ordem” pública.

Importante destacar nesses discursos, o papel que eles cumprem para as classes dominantes no qual a destruição da urbanidade³¹ empreendida pelos setores dominantes cariocas incorporou, para além das intervenções urbanas e estéticas da cidade, um discurso sobre os setores populares que se constrói com a intenção de segregar, controlar e civilizar, assumindo uma dimensão definidora das relações e das ações do Poder Público com as favelas.

A partir da perspectiva de que as representações sobre as favelas se constituem enquanto construções históricas, devemos considerar que as disputas

³¹ Fernandes, apoiado em Lefebvre (1969) nos diz que a destruição da urbanidade significa a restrição do espaço de encontro e convívio, em que as diferenças se confrontam, significa a existência de mecanismos que cerceiam determinados atores sociais de participar da vida urbana em sua plenitude, o que, para ele, representa sérios danos ao exercício da cidadania.

estabelecidas em torno dessas representações, que envolvem diferentes atores sociais, a partir de diversos meios (*fanpages*, sites, jornais impressos, músicas, filmes, clipes, etc.) e criam seus próprios canais de comunicação³², disputam essas representações em um movimento de autorrepresentação em que a ausência e a homogeneização cedem lugar aos atores sociais e suas ações.

A partir da análise histórica da atuação do Estado, verificamos que as remoções de favelas cariocas se tornaram elementos constitutivos das políticas públicas da cidade do Rio de Janeiro e podemos pensar os novos elementos trazidos pelas mudanças urbanas que antecedem os megaeventos. Nesse sentido, o Plano Estratégico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 2013-2016 (pós-2016: o Rio mais integrado e competitivo), traça as Diretrizes de Habitação e Urbanização que orienta, entre outras coisas:

Promover parcerias com o governo federal e instituições privadas, com vistas a viabilizar a produção de unidades habitacionais de baixa renda e a legalização de assentamentos informais e conjuntos habitacionais; Coibir novas ocupações ilegais e a expansão horizontal ou vertical das comunidades estabelecidas, a partir do uso efetivo de ecolimites e de um monitoramento aerofotográfico constante; Promover a plena integração das áreas pacificadas à malha de serviços públicos e ao cotidiano da cidade como um todo (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2012, p. 107).

Mais adiante, este documento diz que pretende, no âmbito da iniciativa do Morar Carioca “Alcançar pelo menos 5% de redução de áreas ocupadas por favelas na cidade até 2016 e, tendo como referência o ano de 2008, garantir que até o final de 2016 não haverá mais famílias vivendo em áreas de alto risco” (p. 111).

Nesse novo contexto, o risco se torna um ingrediente significativo e de grande teor ideológico, pois o tema meio ambiente aparece enredado no discurso ideológico (SANTANA, 2012, p. 28) como justificativa para as intervenções urbanas em que se redefinem os limites da ocupação a partir do mapeamento de riscos geológicos e/ou áreas de proteção ambiental. Para Charles Heck (2013), a designação de “Área de Risco” une os conceitos de zonas de proteção ambiental e prevenção de “catástrofes naturais” no qual as áreas no topo de morros e em encostas inclinadas são prioridades sob esta política. Segundo ele, a Prefeitura sustenta que estas áreas precisam ser reflorestadas para reduzir o risco de catástrofes provocadas pelos altos níveis de chuva.

³² Para uma discussão mais aprofundada sobre este tema, consultar Cruz (2007).

A partir da crítica da perspectiva objetivista do risco, Vargas (2006) nos traz importante contribuição ao problematizar a visão técnica do risco à luz da literatura sociológica da construção social do risco, que por sua vez sustenta que o risco não pode ser tratado com base em uma visão técnica e objetiva, mas é categoria objeto de construção por grupos sociais diferenciados (VARGAS, 2006, p. 59) e situa as controvérsias sobre “risco” como parte da luta entre representações.

Corroborando com ela Rafael Soares Gonçalves (2012), para quem o uso indiscriminado da noção de risco ambiental, nos últimos anos, vem reforçando o rol de representações negativas das favelas e legitimando o retorno de medidas voltadas para a sua erradicação. Ele ressalta que o discurso biocêntrico de conservação do meio ambiente vem sendo evocado, sobretudo nas áreas de maior interesse do mercado imobiliário, para proteger as áreas verdes da cidade, negligenciando, no entanto, o problema da qualidade de vida da população residente nas favelas. Nossa intenção aqui é problematizar como o uso da noção de risco é utilizado como justificativa para a remoção de favelas, verificando seu viés ideológico em detrimento de uma política de contenção de encostas.

Pensando as diferentes perspectivas de risco, Dutra (2015) nos fala que o termo risco adquiriu sentidos diversos ao longo da história. Para ela, um aspecto que pode ser considerado um avanço é a incorporação da vulnerabilidade no conceito de risco em que o entendimento de risco considerado a ameaça (evento físico), desconsiderando o contexto, já não tem a mesma aceitação nos meios técnicos e acadêmicos. Para a autora, observação da ocorrência de uma série de eventos físicos da mesma magnitude, como terremotos e furacões, com impactos muito distintos, tem levado, gradativamente, à incorporação de aspectos socioambientais ao conceito de risco, ampliando-o, nesse sentido risco passa a ser definido como uma equação entre ameaça e vulnerabilidade.

A autora observa que no plano real é recorrente a utilização do termo risco com o objetivo de legitimar ações de interesse econômico e político de segmentos mais privilegiados da sociedade, tendo como alvo as camadas mais pobres da população. Segundo ela, apoiados em argumentos que ressaltam a “proteção” das classes subalternas, autoridades disseminam o medo, garantindo o convencimento de amplos setores da sociedade e, em alguns casos, das próprias classes subalternas, sobre a necessidade e legitimidade de ações que visam atender aos interesses do mercado.

Considerando que “o risco não é um dado pré-estabelecido, mas sim uma construção político-social” (GONÇALVES, 2012, p. 5), devemos ter em mente que as

hierarquias presentes na sociedade brasileira se apresentam, como já foi dito, na forma de apropriação do solo urbano e como consequência temos também as desigualdades socioambientais. Nesse sentido se faz pertinente também a reflexão sobre risco e desigualdade em que os

Riscos, assim como riquezas, são objetos de distribuição, constituindo igualmente posições – posições de ameaça ou posições de classe. Trata-se, entretanto, tanto num caso como noutro caso, de um bem completamente distinto e de uma outra controvérsia em torno de sua distribuição. No caso de riquezas sociais, trata-se de bens de consumo, renda, oportunidades educacionais, propriedade, etc., como bens escassos cobiçados. Em contraste as ameaças são um *subproduto*³³ modernizacional de uma abundância a ser evitada (BECK, 2011, p. 31-32).

Quando trata da noção do risco ambiental como uma justificativa ecológica Gonçalves (2012) nos fala que:

No contexto do surgimento e da consolidação do discurso ambiental, vários autores sustentam (GHORRA-GOBIN, 2006. BAUMAN, 2006. BECK, 2001) que a noção de risco é um fator essencial para a compreensão da sociedade atual, das relações sociais e das decisões políticas, especialmente as relativas à gestão e ao planejamento urbano. Apesar da importância das medidas de atenuação e de eliminação dos potenciais riscos para a população, a noção arbitrária e generalizada do risco acaba por cegar a análise dos fatores objetivos, contribuindo assim para a consolidação de representações sociais extremamente negativas de determinadas áreas da cidade e de seus habitantes (GONÇALVES, 2013, p. 4).

Para ele, no caso específico do Rio de Janeiro, uma parte importante da população ocupa as áreas ambientalmente frágeis, tais como as favelas e, neste sentido, as políticas públicas buscaram conter, delimitar e controlar esses espaços e, se possível, eliminá-los. Retomando a ideia esboçada no tópico anterior que, em sua narrativa da ação do Estado sobre um espaço específico – a favela – tentou transmitir a ideia de continuidade dessas ações em um processo de remodelamento do espaço urbano e que necessariamente segrega esse contingente populacional, podemos argumentar que essa política desconsidera alternativas que garantam a permanência dessas pessoas nos seus territórios.

Silva e Fernandes (2012) contribuem para essas reflexões ao investigar as contenções e/ou remoções de favelas com a justificativa do discurso ambiental e verificam que os casos ilustrativos destas formas de intervenção são o

³³ Grifo do autor.

estabelecimento de eco-limites para impedir o avanço das comunidades sobre áreas de preservação ambiental.

Para estes autores, é importante compreender estas práticas de modo abrangente, de modo a destacar como o “cercamento” destes territórios relaciona-se com as formas de controle em voga na sociedade globalizada e, nesse sentido, a legitimação destas intervenções pelo discurso da sustentabilidade pressupõem que estas intervenções estejam selecionadas no território da cidade, privilegiando o controle em áreas mais valorizadas, sob o argumento ambiental, como historicamente tem ocorrido.

Os autores nos falam que o ambiente evocado por este discurso visa reconstruir a unidade das cidades, sua coesão social e sua governabilidade política frente ao desmonte das políticas públicas destinadas a conter as desigualdades socioespaciais, à fragmentação do tecido social e à privatização da vida e que, segundo eles, parece constituir apenas parte de um esforço mais amplo de configurar um novo padrão de regulação urbana capaz de agir duravelmente na dinâmica reprodutiva a própria desigualdade constitutiva das cidades em que convivem a marginalidade avançada e o rentismo urbano. Para os autores:

Este novo modo de regulação urbana baseado na maximização do poder local, na competição interurbana, no dismantelamento das políticas sociais, substituídas pelo “empreendedorismo urbano” (Harvey, 1996) e as novas condições de governo, que passa a envolver também atores não-governamentais, privados e semipúblicos culminou na produção de uma cidade desigual, na qual o “ambiente de negócios” destina amenidades para as áreas mais valorizadas e riscos sociais e ambientais para os mais pobres (SILVA; FERNANDES, 2012, p. 3-4).

Nessa perspectiva, Gonçalves (2012) nos diz que há um conflito entre o discurso técnico, produtor de um conceito dominante de “risco”, e o contra-discurso da população, que traz uma reclassificação desta noção. Segundo ele este conflito apresenta contornos moralizadores, estigmatizando grupos e seus comportamentos, considerados como de risco e estabelecendo uma (res)significação para os processos de ocupação desses bairros da cidade em que dada a atual retomada dos discursos sobre a erradicação das favelas, surgem práticas de resistência contra essas medidas que também se apropriam do discurso técnico em torno do risco para desconstruí-lo.

A questão ambiental, trazida à tona atualmente, ainda tem um agravante mais perverso em se tratando de reprodução das desigualdades estruturalmente distribuídas se pensarmos que grupos específicos são historicamente mais

penalizados na sociedade forjada a partir de hierarquias raciais. Quando falamos de riscos socioambientais podemos incluir a discussão difusa contemporaneamente sobre racismo ambiental.

De acordo com Lopes, Almeida e Andrade (2013), o conceito de justiça ambiental compreende várias dimensões: sociais, éticas, ambientais e de desenvolvimento, mas que não se pode prescindir da aplicação do conceito de racismo ambiental ao contexto brasileiro de desigualdade social e discriminação racial disfarçada pelo mito da democracia racial. Para eles, o racismo ambiental é uma espécie de injustiça ambiental configurada pela distribuição desproporcional e desigual dos riscos ambientais para populações negras, onde uma abordagem exclusivamente classista serviria para disfarçar questões raciais específicas e fundantes à explicação de determinados contextos socioambientais injustos.

Para Lays Silva (2011), o reconhecimento do racismo ambiental, discutido como conceito autônomo, mesmo que compreendido como uma forma de injustiça ambiental, coloca em evidência a necessária análise dos fatores raciais nas situações de injustiça. Apoiada em Bullard (2004), a autora revela que nas favelas do Brasil, os subúrbios da África do Sul e os guetos norte-americanos se configuram o racismo como um potente fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico, influenciando o uso do solo, os padrões de habitação e o desenvolvimento de infraestrutura para mostrar que estas questões relacionam-se com a problemática da justiça ambiental e especificamente servem para a caracterização de casos de racismo ambiental ao determinar o acesso desigual à água potável e ao saneamento básico, a localização de instalações poluidoras e de alto risco em áreas habitadas por negros e uma maior exposição aos riscos de desabamentos e de contaminação por resíduos tóxicos.

Para pensar a racionalidade que norteia as ações do poder público municipal na cidade do Rio de Janeiro, consideramos pertinente a utilização do conceito de governamentalidade pensado por Almeida (2013) porque, segundo o autor, um dos principais enfoques da literatura sobre o assunto é o exame de como os aparelhos de produção do conhecimento são implicados no processo de governar indivíduos e coletividades. Apoiado em autores como Dean (2010) e Rose-Redwood (2006) o autor nos fala que existe a busca por analisar os mecanismos de governo a partir da forma que novos conhecimentos e técnicas tornam áreas governáveis e administráveis, tornando o pensamento instrumento de prática material ligado a um complexo conjunto de produção do conhecimento que serve como a base técnica da governamentalidade.

De acordo com o autor,

tal abordagem adota uma perspectiva que considera que as racionalidades políticas estruturam a esfera de ação governamental, estabelecendo campos discursivos caracterizados por um vocabulário comum a partir do qual as disputas podem ser organizadas (ROSE, 2007[1999]). Segundo Rose-Redwood (2006b), a analítica do governo não toma a verdade como um dado, mas busca decifrar as formas pelas quais a verdade opera dentro de um campo de governo e como as racionalidades políticas produzem efeitos através do desenvolvimento de tecnologias de poder. [...] Neste sentido, como afirma Huxley (2007), os estudos de governamentalidade buscam compreender como o ser humano governa (a si mesmo e o outro) através da produção da verdade (ALMEIDA, 2013, p. 60-61).

Ainda, as relações que constituem o poder e os meios pelos quais ele exerce, demarcam, para Almeida, zonas, espaços e locais nos quais territórios, populações e seus bens são apropriados, além de assumir configurações específicas que estão sempre condicionadas pela história e pela geografia. O autor verifica também que a partir dos estudos pós-coloniais e da crítica ao universalismo do discurso europeu os estudos da governamentalidade podem nos ajudar a refletir sobre as configurações específicas das tecnologias de governos em sociedades não-ocidentais.

O autor traz relatos da atuação do BID e de outros organismos internacionais e como estes se encaixam dentro das estratégias de formulação de governo, demonstrando, inclusive, que a atuação dos sujeitos em determinado contexto pode ser uma maneira de implementação de uma “organização comunitária” em um período de crise econômica. No Rio de Janeiro essa iniciativa se materializou nas favelas através da CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidade), “que teve como proposta a urbanização das favelas, prevendo a participação dos moradores nos trabalhos, a utilização dos investimentos já existentes e a oferta de financiamentos individuais para a melhoria ou reconstrução das casas” (ALMEIDA, 2013, p. 74).

Portanto, podemos dizer que existe uma permanência das representações negativas referentes às favelas e seus moradores no imaginário coletivo da cidade, construída a partir das falas sobre as favelas, cujo papel de propagação é feito principalmente pela mídia de massa, ganhando, a partir de então, *status* de verdade e que legitima o poder público na luta pelas transformações no espaço urbano. Nesse sentido, recorrer a alegação de risco ambiental para reivindicação das remoções faz parte da estratégia de enquadramento dessas pessoas na cidade, devendo elas, portanto, estarem em lugares específicos reservados a elas pelo poder público e que se torna instrumento de obstáculo ao exercício da cidadania desses indivíduos na

medida em que justifica ações arbitrárias em seus locais de moradia e lhes usurpa o direito à cidade.

Por fim, mesmo nos casos em que essas pessoas são realocadas para áreas centrais, como é o caso das famílias residentes no Bairro Carioca de Triagem, esses moradores enfrentarão uma série de dificuldades relacionadas ainda à problemática da habitação. Deste modo, percebemos a necessidade da adoção do entendimento de prevenção ao risco e preservação ambiental em uma lógica humanitária e uma perspectiva de sustentabilidade social em detrimento da instrumentalização de conceitos que em sua origem possibilitariam melhores condições de vida, mas que no atual estado de coisas só servem para o potencializar as possibilidades de acumulação em uma lógica de mercantilização da vida.

2 – Direito à cidade, mulheres negras e movimentos sociais: uma interpretação da luta pela sobrevivência

O presente capítulo parte da reflexão sobre o lugar das mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro, em um contexto de profundas transformações no espaço urbano. Pretende-se demonstrar como as diferenças estabelecidas enquanto ferramentas de hierarquização dos seres humanos, baseadas em uma mentalidade colonial, colocou historicamente a população negra na base da pirâmide social, com maiores prejuízos para as mulheres negras submetidas à interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe que experimentam barreiras ao direito à cidade e a cidadania. Assim, a experiência cotidiana aliada à luta pela sobrevivência proporcionará a essas mulheres mecanismos de resistência ao padrão de urbanização estabelecido pela lógica hierarquizante na aquisição de bens sociais.

Para compreender como as desigualdades ocorrem, devemos partir de sua *construção* e *difusão* como um fator natural aos grupos humanos. De acordo com Quijano (2005):

Na América a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas na conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduzem à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois ele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade (QUIJANO, 2005, p.118).

As diferenças foram utilizadas como ferramentas de hierarquização baseada na permanência de uma mentalidade colonial e os negros foram aprisionados na base da pirâmide social; e no caso das mulheres negras – sujeitos da nossa análise – estas amargam, por seu pertencimento étnico-racial e de gênero, os piores índices. Deste

modo, raça, gênero e classe podem explicar a manutenção das desigualdades em relação às mulheres negras, onde o acesso diferenciado à educação e ao mercado de trabalho garantem sua manutenção³⁴ (BAIROS,1995; CARNEIRO, 2003; CALDWELL, 2007; COLLINS, 1990; CRENSHAW, 2002).

Importante reflexão traz Bonfim (2009) quando fala do lugar da mulher negra, ao ressaltar a necessidade de uma maior problematização do período colonial de escravização dos africanos como marco histórico comumente utilizado para compreensão da situação de subalternização, estereotipação, discriminação e exclusão que as mulheres negras vêm vivenciando na sociedade brasileira. Para ela, a opressão da mulher negra em sociedades periféricas multirraciais precisa ser revisitada segundo uma visão histórica mais profunda. Com isso, a própria compreensão da experiência feminina – destacadamente a das negras – necessita inicialmente que as relações de gênero sejam interpretadas como um fenômeno de profundidade histórica. Para isso:

1. Deve-se ir, inicialmente, além do marco de escravização da mulher negra no Brasil – marco geralmente dissociado das elaborações históricas anteriores ao século XV –, sem deixar de dispensar atenção à importância desse processo como momento fundamental de *reelaboração* da imputação da subalternidade para esse grupo de mulheres num novo contexto territorial, social, político e histórico.
2. É fundamental que a interpretação do sexismo como fenômeno histórico não obscureça sua intrínseca articulação em outro fenômeno também de profundidade histórica e de caráter estruturante nas sociedades, o racismo (BONFIM, 2009, p. 223, grifo da autora).

Portanto, a reflexão sobre a sociedade colonial e o paradigma moderno do qual ela faz parte nos remete às suas consequências de longa duração para a manutenção e perpetuação das desigualdades, sendo as mulheres negras duplamente prejudicadas. O período colonial deve ser encarado como um período de disputa em que mesmo em condições de subordinação é fundamental considerar as articulações estabelecidas entre a população negra e que teve como consequências a geração pela elite branca colonial de uma série de mecanismos ainda mais cruéis, necessários a contemporização das estratégias de dominação garantidoras de políticas excludentes e de desarticulação da população afro-brasileira.

³⁴ Tanto o acesso ao mercado de trabalho, quanto a condição de ingresso neste são indicativos importantes e tem relação direta com o acesso à educação, fazendo com que esse par seja de vital importância para a ascensão social dos indivíduos, cuja discriminação na obtenção de bens sociais – como a educação – e/ou nas exigências eurocêntricas do mercado de trabalho são, comprovadamente, as principais barreiras impostas pelo racismo ao desenvolvimento dos afro-brasileiros.

Tendo em vista que “a manutenção das desigualdades está diretamente relacionada ao acesso ao trabalho e que distribuição de recursos na sociedade é profundamente marcada pela condição de raça e gênero dos indivíduos” (SILVA, T., 2013, p. 109), podemos, a partir da análise de Pelegrino (2006), verificar que essas hierarquias determinam as possibilidades de acesso a bens materiais. Além disso, ao verificar os dados pelo corte de raça/cor, relacionado ao sexo, pode-se notar a manutenção das barreiras que colocam as mulheres negras na base da pirâmide social, evidenciando-se a relação entre inserção precoce no mercado de trabalho, subemprego e baixa escolaridade na qual as mulheres negras amargam os piores índices.

Essas desigualdades raciais se manifestam também na apropriação e produção do espaço urbano, que é feita com base na racionalidade capitalista, no caso brasileiro, como tentamos demonstrar no capítulo anterior, nasce e se desenvolve fortemente atrelada à hierarquização racial forjada no período colonial e tem como estratégias de controle a manutenção do *status quo* da elite branca nacional, alocando – através de variadas intervenções e reformas urbanas - as pessoas no espaço de acordo com o poder aquisitivo.

Através da história, “a cidade tem sido um espaço criado e transformado, sobretudo pelas classes dominantes” (RODRIGUES, 2005, p. 128). O Rio de Janeiro é um exemplo dessa diferenciação na apropriação e reprodução do espaço urbano e, a cada reforma, acaba por aumentar o foço entre ricos e pobres. A revitalização de áreas degradadas não gera o bem-estar da população ali residente, mas sua expulsão, de maneira cirúrgica ou pelo processo de gentrificação³⁵, em que as disputas desiguais pelo espaço afastam cada vez mais as populações mais vulneráveis das áreas valorizadas para o mercado imobiliário.

2.1 - O Corpo negro feminino e a cidade

No século XIX, segundo Del Priore (2000), alguns viajantes atribuíam a palidez e o desmazelo das moças à severidade com que eram trancadas pelos pais e

³⁵ “Um consenso na literatura sobre gentrificação é que esta envolve o deslocamento de um grupo social por outro grupo em melhores condições econômicas, com diferentes padrões culturais. Existe também uma compreensão de que gentrificação compreende uma série de processos inter-relacionados em formação contínua. Segundo Mendes (Mendes, 2011), a gentrificação inclui: 1) Reorganização da geografia urbana com a substituição de um grupo por outro; 2) Reorganização espacial de indivíduos com determinados estilos de vida e características culturais; 3) Transformação do ambiente construído com a criação de novos serviços e requalificação residencial que pressupõe melhoramentos; 4) Alteração de leis de zoneamento que permita um aumento no valor dos imóveis, aumento da densidade populacional e uma mudança no perfil socioeconômico” (GAFFNEY, 2014).

maridos, sendo mantidas muito segregadas da vida social – situação ainda mais grave no interior, onde passavam às vezes muitos meses entre quatro paredes, sem aparecer às janelas. Reconhecemos que essa era uma realidade exclusiva da mulher branca, pois desde o período colonial as mulheres negras transitam pelas ruas com certa liberdade³⁶, sendo elas, no período pós-colonial, as principais provedoras do seu núcleo familiar em decorrência da exclusão sofrida pelo homem negro no mercado de trabalho, gerada por sua vez, pela competição³⁷ com o imigrante europeu trazido para embranquecer a nação³⁸.

Segundo Carneiro (2003), no Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante estão na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que, no Brasil, chegou até as últimas consequências. Para ela, essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades.

Essa aceitação das relações sexuais inter-raciais não representou ameaça para a família branca brasileira, pela posição de subordinação a que a mulher negra foi colocada em relação à branca. Nesse sentido, hooks³⁹ (2013) traz importantes elementos ao nos lembrar que o ponto de contato entre negras e brancas era a relação serva-senhora e que mesmo as brancas pobres afirmariam uma presença dominadora, em que dada a semelhança entre as posições das brancas e das negras dentro das normas sexistas, o contato pessoal entre os dois grupos era cuidadosamente construído de forma a reforçar a diferença de status baseada na raça. Para a autora:

No decorrer da história, o esforço das mulheres brancas para manter a dominação racial esteve diretamente ligado à política do heterossexismo dentro de um patriarcado de supremacia branca. As

³⁶ Sidney Chalhoub (2011) ao retratar a “cidade negra” nas últimas décadas da escravidão na Corte, nos fala que os cativos se movimentavam bastante pelas ruas do Rio e que se tornava cada vez mais difícil identificar prontamente as pessoas e os sentidos de seus movimentos. Para ele, o meio urbano misturava os lugares sociais, escondia cada vez mais a condição social dos negros, dificultando a distinção entre escravos, libertos e pretos livres, desmontando, segundo ele, uma política de domínio, mas que tem como consequência de ser “a cidade que escondia”, se transformar na cidade que desconfiava, transformando todos os negros em suspeitos.

³⁷ Sobre o tema consultar: Chalhoub (2001) e ARANTES (2010).

³⁸ “O projeto de branqueamento do povo brasileiro foi a solução encontrada pela elite eurodescendente para diminuir o peso da presença negra na população. Assim, atendendo a demanda das elites cafeicultoras, o Estado brasileiro, entre 1884 e 1913, estimulou o ingresso de 2,7 milhões de europeus no Brasil; ou seja, em 29 anos, a quantidade de europeus que entraram no Brasil representou cerca de 70% do total de africanos que haviam ingressado como escravos entre 1500 e 1850” (Paixão, 2006 p. 38).

³⁹ bell ' assina assim, em letras minúsculas e, em respeito à sua subversão acadêmica, reproduzo sua forma de referir-se a si mesma.

normas sexistas, que estipulavam que as mulheres brancas eram inferiores em razão de seu sexo, poderiam ser mediadas pelos vínculos raciais (hooks, 2013, p. 129)⁴⁰.

O processo histórico de subordinação das mulheres negras firmou as bases da sociedade brasileira, seja enquanto trabalhadora escravizada, seja enquanto objeto de dominação masculina. Nessa perspectiva, Sidney Chalhoub (2001), ao analisar o início do capitalismo na cidade do Rio de Janeiro, verifica vários aspectos da vida dos trabalhadores no início do século XX e nos diz que, apesar de encontrarmos algumas mulheres trabalhando em casas de comércio ou como operárias, o serviço doméstico era o principal nicho ocupacional das mulheres pobres.

A partir de dados do Censo de 1906, o autor verifica que o trabalho remunerado da mulher pobre era, em geral, uma extensão das suas funções domésticas, sendo realizado dentro de sua própria casa ou na casa da família que a empregava e, apesar de essas tarefas serem em geral mal remuneradas, Chalhoub nos mostra que muitas mulheres conseguiam viver exclusivamente daquilo que obtinham com seu trabalho e que o ato de desempenhar atividades remuneradas, mesmo que intermitentes, em muitos casos era parte da experiência real da vida dessas mulheres.

A facilidade com que essas mulheres conseguiam trabalho as colocavam em posição de relativa independência em relação ao seu homem (Idem, p. 204), mas essa inserção – precarizada – não necessariamente se remete em ganhos materiais ou ascensão social, pois, se para as mulheres brancas de classe média era necessária a conquista do direito de trabalhar fora, para as mulheres pobres, negras em sua maioria, essa participação geralmente ocorria de forma precoce e precária.

Para se ter uma ideia, entre os anos de 1995 e 2009 houve uma redução de cerca de 11 pontos percentuais, mas as mulheres negras continuam chegando mais cedo que as mulheres brancas no mercado de trabalho. Isto tem impacto na trajetória profissional das mulheres negras, pois estas vivenciam mais precocemente a concorrência entre trabalho e escola, o que pode implicar para elas em prejuízo imediato, cujos danos serão provavelmente sentidos na redução das chances de melhor alocação e ascensão profissional (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013, p. 65).

Ainda, os dados apresentados por Lima, Rios e França (2013)⁴¹ revelam que,

⁴⁰ A autora faz referências à sociedade norte-americana. Não pretendemos aqui uma transposição simplista, mas as questões trazidas pela autora são emblemáticas para se pensar a experiência da mulher afro-brasileira.

⁴¹ A participação das mulheres brancas, entre 10 a 15 anos caiu de 15,7% para 6,9%, no caso das mulheres negras, caiu de 19,3 para 8,3%.

apesar dos avanços educacionais da população feminina brasileira, elas, e principalmente as mulheres negras, encontram fortes barreiras para converter suas melhores qualificações em maiores vantagens no mercado de trabalho, quadro que pode ser ainda mais dramático se adicionarmos dados como gravidez precoce pois, a maternidade pode ser um fator altamente decisivo nas trajetórias femininas em relação ao mercado de trabalho, principalmente por recair sobre a mulher o cuidado com os filhos e a casa.

Partindo dessas análises fica mais clara a relação entre inserção precoce no mercado de trabalho, subemprego e baixa escolaridade, na qual as mulheres negras amargam os piores índices. Portanto, ao verificar os dados pelo corte de raça/cor, relacionado ao sexo, pode-se notar a manutenção das barreiras que colocam as mulheres negras na base da pirâmide social.

Devemos imaginar esses dados como um complicador para o exercício da cidadania dessas mulheres, com consequências para seu acesso no direito à cidade. Logo, admitir esses complicadores é o primeiro passo para se pensar políticas que garantam a diminuição de disparidades sócio raciais e que contemplem as mulheres negras na sua diversidade.

2.2 - Mulher negra e o direito à cidade: uma luta por cidadania

Segundo Pelegrino (2006), no debate sobre desenvolvimento urbano, é fundamental levar em consideração o impacto direto do trabalho na questão habitacional. A autora nos fala que trabalho é fonte de renda e, necessariamente, determina as possibilidades de acesso a bens materiais, dentre as dimensões culturais, simbólicas e sociais e que no caso das mulheres pobres, verifica-se sua presença no precário mercado de trabalho desde o século XIX, quando já exerciam funções como lavadeiras, costureiras, doceiras e empregadas domésticas (LESSA, 2003, p. 281 *apud* PELEGRINO, 2006, p. 181).

Tendo em vista que “a distribuição de recursos na sociedade é profundamente marcada pela condição de raça e gênero dos indivíduos” (SILVA, T., 2013, p. 109) e partindo para a análise da disputa pelo espaço urbano, podemos notar que existe uma desigualdade na apropriação desse espaço. Para Novaes

Desigualdade diz respeito à distribuição desequilibrada de recursos coletivos e à exposição desproporcional aos problemas decorrentes das práticas sociais. Tomada como fenômeno social, e não como medida,

evidencia um caráter sistêmico: tende a se perpetuar graças à superposição de formas variadas de desigualdade que contribuem para renovar os obstáculos associados às posições da hierarquia social (NOVAES, 2014, p. 13).

Ainda segundo Noves, a produção do espaço resulta de ações realizadas a partir de lugares distintos na hierarquia social. Trata-se de processo disputado, com frequência desequilibrado, visto que os agentes têm condições desiguais para impor os seus interesses. Nesse processo, oposições no espaço social são traduzidas ou transplantadas – embora de modo imperfeito – para o espaço físico. Diferenças e desigualdades sociais manifestam-se espacialmente na distribuição desuniforme de serviços públicos e infraestrutura.

Esse processo de disputa pelo espaço urbano se apresenta de diversas formas: em estratégias especulativas de agentes imobiliários, em Parcerias Público Privadas ou em movimentos reativos a essas mudanças na tentativa das populações prejudicadas se manterem em seus locais de moradia. Em todas essas formas, percebem-se diferentes possibilidades de investir essa força que, no caso da Prefeitura do Rio de Janeiro (pode ser representada aqui pelas parcerias público privadas) conta com a força policial. Mesmo com todas as dificuldades que possa existir em continuar uma luta como o mais fraco, essas populações persistem e resistem.

Desenvolvido por Henri Lefebvre (2001), o conceito de direito à cidade se difundiu de tal maneira a se tornar uma das principais pautas dos movimentos sociais urbanos⁴². Para ele, “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118).

Seria como um direito de não exclusão da sociedade urbana que, diante da existência de uma vida urbana, da segregação socioeconômica e das pessoas forçadas a viverem em guetos, existisse, segundo o autor, a necessidade do direito à cidade como recuperação do espaço urbano pelos grupos marginalizados. Portanto,

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O *direito à obra* (a atividade participante) e o *direito a apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 134, grifos do autor).

⁴² Para Castells (1999), os movimentos urbanos são processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos, voltados a três conjuntos de metas principais: necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; e conquista de autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos.

Já para Harvey (2013), o direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.

Sobre cidadania, Bonin (2008) nos fala que “esta pode ser definida simplesmente como o gozo de direitos civis e o cumprimento de deveres de acordo com as leis de determinada sociedade” (BONIN, 1998, p. 98). Pensada como um direito, o direito à cidade abrange uma série de prerrogativas, dentre elas da moradia adequada⁴³.

Se pensarmos que a vida nas cidades depende fundamentalmente do acesso à moradia adequada e que as desigualdades se refletem na forma de apropriação do espaço urbano por se tratar do resultado da produção capitalista, sendo, portanto, objeto de disputas econômicas, veremos que, nessa disputa travada pelos diversos segmentos, as camadas populares acabam em grande desvantagem, com as mulheres negras historicamente um dos grupos mais prejudicado.

Raquel Rolnik (2012) lembra que a dinâmica das desigualdades de gênero se verifica em todas as dimensões da vida humana e com relação à moradia não é diferente. Para ela, a não realização desse direito ou a sua violação tem consequências específicas que não se verifica da mesma forma para os homens, sendo primordial para a superação das desigualdades entre homens e mulheres, o que, tradicionalmente, não é levado em consideração pelos governos na formulação das leis, políticas públicas e execução de projetos. A autora entende a garantia do direito à moradia adequada às mulheres como de fundamental importância para a realização de suas atividades cotidianas, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para a efetivação de outros direitos (ROLNIK, 2012, p. 4-5).

Em contexto de profundas transformações no espaço urbano, essas ponderações têm grande relevância para pensarmos o lugar das mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro, que historicamente sofrem com o problema da especulação

⁴³ Em cartilha sobre o direito à moradia, a Relatora Especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik (2012), conceitua moradia adequada como algo que deve ser entendido no seu sentido amplo, não se limitando apenas a própria casa e que, tanto no meio urbano como no rural, deve incluir sete elementos: segurança da posse; habitabilidade; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; custo acessível.

imobiliária e o considerável aumento do custo de vida nos últimos anos. A cidade se coloca como um imperativo para as mulheres negras e é em determinado território que elas construíram, ao longo do tempo, os seus laços de solidariedade estabelecidos (entre vizinhos, comadres, entre outros) e que lhes possibilitaram, e a seus filhos, a sobrevivência. Rogério Haesbaert (2007) sugere que o território é produto e produtor de identidades, em que o território seria o ter ou o ser do grupo social. Para ele:

Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta *identidade parte do ou transpassa o território* (HAESBAERT, 2007, p. 178, grifos do autor.).

O autor parte da perspectiva segundo a qual as identidades se situam frente ou num espaço simbólico, social e historicamente produzido. Se pensarmos a família negra enquanto algo que extrapola os laços de consanguinidade, estratégicos para a sobrevivência de grupos negligenciados pelo poder público, teremos uma perspectiva que descortina a dimensão desestruturante das remoções.

Para uma população que já sofre com a falta de estrutura dos seus locais de moradia, a perda dos laços afetivos e de solidariedade só agravaria seu estado de vulnerabilidade, podendo inclusive ser fator de diminuição da qualidade de vida dessas famílias e se tornando fator impeditivo para ascensão social desses grupos.

A população favelada do Rio de Janeiro resiste desde que a favela foi considerada oficialmente como um problema a ser resolvido, em inícios do século XX. A atuação e a força adquiridas pelas entidades representativas, organizadas pelos trabalhadores favelados, foram um dos elementos para quebrar o impulso remocionista. Se temos, ainda hoje, famílias de baixa renda convivendo em espaços consagrados à classe média, em muito isso se deve à força que teve o movimento contra as remoções das populações faveladas. Sobre a luta cotidiana pela sobrevivência empreendida pelas mulheres negras, Lélia Gonzalez nos diz que:

é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas, sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (GONZALEZ, 1982, p. 104).

l'alorixás, líderes comunitárias, vizinhas, avós, madrinhas, todas lutando pela sobrevivência. Desde a chegada neste continente, as mulheres e homens afrodescendentes travam essa batalha cotidiana pela vida e liberdade, e mais tarde por direitos, pois, mesmo após a abolição⁴⁴, apenas o estatuto jurídico de homens e mulheres livres não lhes garantiam acesso aos bens sociais e, conseqüentemente, o direito à cidadania.

Portanto, o silêncio dos moradores da favela não é, de maneira alguma, real. Carolina de Jesus⁴⁵ foi a precursora e serve de exemplo para essas mulheres que, apesar de invisibilizadas pelos meios de comunicação, existem e se fazem protagonistas de todo um modo de vida para além do que lhes é permitido: resistem.

“A posse de um termo não dá existência a um processo ou prática; do mesmo modo, uma pessoa pode praticar a teorização sem jamais conhecer/possuir o termo, assim como podemos viver e atuar na resistência feminista sem jamais usar a palavra feminismo” (hooks, 2013, p. 86). A maioria dessas lutadoras das favelas não conhecem suas práticas encaixadas nas teorias, elas as vivenciam.

Para Kia Lilly Caldwell, as ativistas do movimento de mulheres negras têm trabalhado para transformar as identidades e experiências das mulheres negras e, por intermédio das suas organizações, têm trabalhado para tratar e sanar os efeitos causados pela dominação racial, de gênero e de classe desde o nível micro até o macro (CALDWELL, 2007, p. 58). Por isso, quando ativistas do movimento de favelas se colocam enquanto mulheres negras organizadas em suas comunidades estão justamente reafirmando o seu papel enquanto agentes na luta por melhores condições de vida, mostrando na prática o que Sueli Carneiro (2003) relata em seu texto, ao tratar da perspectiva feminista clássica, que tem o seu paradigma na mulher branca ocidental, encobrindo as contradições intragênero e entre gêneros em uma sociedade racializada.

São mulheres com diversas práticas políticas e religiosas que, de alguma forma, lhes permitem ter um contato mais intenso com as pessoas em seus locais de

⁴⁴ Na perspectiva de Iolanda de Oliveira (2007), o que houve em 1888 foi na verdade a legalização da abolição, visto que, segundo ela, apenas 5% da população negra do Brasil ainda preservavam o *status* de escravizados.

⁴⁵ Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade mineira de Sacramento, provavelmente em 1914 e ficou mundialmente conhecida por sua obra: *Quarto de despejo: o diário de uma favelada*. Pela primeira vez uma voz marginalizada, legitimada pelo falar “desde dentro” aparecia questionando as mazelas da política desenvolvimentista. O sentimento de abandono coletivo experimentado pelas camadas populares durante a transformação da vida urbana a partir dos anos 40 foi apreendido por Carolina, que as descreveu enquanto sujeito social e cronista. A autora vivenciou a primeira forma de segregação espacial, a desterritorialização rumo às favelas (ASSIS, 2014; SILVA, J., 2006-7), nos permitindo apreender, através de sua obra, as experiências dos negros e os migrantes daquele período na cidade de São Paulo. Carolina de Jesus, uma mulher negra favelada, representou as vozes silenciadas e foi ouvida em cerca de 40 países, tendo seu livro vendido mais de um milhão de cópias.

moradia, com identidades específicas forjadas na intersecção das opressões de raça, gênero e classe. Para Collins (1990), o pensamento feminista negro demonstra o poder emergente das mulheres negras como agentes do conhecimento afrocentrado⁴⁶, destacando a importância que esse conhecimento desempenha na capacitação de pessoas oprimidas, sendo esta parte extremamente importante nas relações sociais de dominação e resistência.

Para a autora, o pensamento feminista negro promove uma mudança paradigmática fundamental na forma como as opressões são pensadas e localiza os debates epistemológicos em curso na teoria feminista e na sociologia do conhecimento sobre formas de avaliar a verdade, oferecendo aos grupos subordinados o entendimento de que suas experiências podem ser capacitadoras.

Podemos notar que, apesar dos avanços do movimento de mulheres negras, os desafios das mulheres das periferias são muitos e vão desde a necessidade de uma maior integração entre as comunidades até o alcance das exigências ao poder público para o atendimento de demandas mais imediatas, tais como coleta de lixo, saneamento básico, dentre outras.

O aspecto positivo trazido por uma nova forma de mobilização social, proporcionado pela ampliação dos meios de comunicação, em que movimentos sociais de várias vertentes e localidades podem acompanhar-se mutuamente, favorece uma mobilização conjunta desses agentes, mas que dada a multiplicidade de demandas devem buscar uma agenda conjunta de mobilizações como estratégia de fortalecimento coletivo.

A articulação de várias práticas cotidianas, reativas em rede proporciona a consciência de que não fazem nada sozinhas e trazem a possibilidade de buscar parcerias para além de suas comunidades para exigir os direitos negados a parcela da população ao qual pertencem. Através da publicização de seus materiais em jornais comunitários, blogs, *fanpages* e sites, podemos verificar⁴⁷ as ações dessas mulheres e não mais poderão ser negados os seus feitos.

⁴⁶ “A principal indagação da afrocentricidade é se os padrões construídos pelo Ocidente constituem crenças ou conhecimento a respeito de povos e culturas africanos e diaspóricos, de sua filosofia e experiência de vida. A crítica afrocentrada verifica que, em grande parte, o Ocidente postula como conhecimento um conjunto de crenças que sofrem distorções oriundas do etnocentrismo ocidental. O pensamento afrocêntrico investiga e propõe formas de articular o estudo, a pesquisa e o conhecimento nesse campo” (NASCIMENTO, 2009 p. 30).

⁴⁷ Por exemplo: Girasol Comunicações (<<https://www.facebook.com/natalia.girasol/groups>>); Portal comunitário Cidade de Deus (<<http://www.cidadedededeus.org.br/>>); O Cidadão Comunicação Comunitária (<http://jornalocidadao.net/?page_id=2> e <<https://www.facebook.com/jornalocidadao.comcom/>>); TV Turano (<<https://www.facebook.com/TvTurano>> e <<https://www.facebook.com/morrodo.turano.5>>); Vila Autódromo (<<http://comunidadevilaautodromo.blogspot.com.br/>>); FAFERJ (<<http://faferj.blogspot.com.br/>>); FAMERJ (<https://www.facebook.com/pages/Federa%C3%A7%C3%A3o-de-Ass-de-Moradores-do-Estado-do-R-de-Janeiro-Famerj/542925832505487?ref=br_rs>); Central de Movimentos Populares (<<https://www.facebook.com/pages/Central-de-Movimentos-Populares/216141775149813> <http://cmprio.blogspot.com.br/>>).

A superação das diferenças na produção e apropriação do espaço pelos diferentes grupos sociais pressupõe uma mediação do poder público, através de políticas públicas direcionadas especificamente ao segmento social mais prejudicado – no caso aqui tratado, o das mulheres negras residentes em favelas. Para tanto, é necessário reverter o quadro de ausência desse segmento nas esferas de discussões do planejamento urbano por ser o espaço urbano uma arena de enfrentamento de interesses.

Os movimentos sociais por moradia (associações de moradores, movimentos por reforma urbana, etc.) têm se esforçado para recuperar formas de organização autônomas e demandar cidadania plena. Para Vargas (2005), tais esforços derivam de uma meta mais abrangente: a autodefinição, que constitui instrumento crucial de resistência e transformação, em contextos marcados por racialização desumanizadora, cujo efeito, segundo ele, é esvaziar comunidades negras de sua agência política, transformando-as, assim, em meras espectadoras passivas dos processos políticos e históricos que as atingem. Mesmo assim, se consolidaram enquanto protagonistas nesse processo, com vitórias, como o Estatuto das Cidades.

Assim, a partir dos espaços segregados da cidade, podemos articular gênero, raça e classe e tentar compreender como o machismo, o sexismo e o racismo, ao hierarquizar os indivíduos segundo atributos físicos e socioculturais, são determinantes na formação sócio-histórica, com consequências na configuração sócio-espacial e notar que esses fenômenos estão na base das desigualdades que se expressam no espaço urbano.

A superação das desigualdades sócio-espaciais passa necessariamente pela compreensão dos fenômenos estruturantes em sua formação e a formulação de políticas específicas para além das disputas econômicas em torno de sua produção, tendo em vista que o espaço é resultado da ação humana em todas as suas dimensões, cujo direito é fundamental para o avanço no processo de cidadania dos grupos excluídos.

3 – Metodologia

As questões discutidas nessa pesquisa foram investigadas a partir de um estudo de caso, através de uma abordagem qualitativa. Para tanto, inicialmente fizemos uma revisão da bibliografia visando o resgate histórico das políticas públicas em favelas e seus possíveis significados para as condições de vida das classes populares oriundas dessas localidades, para então verificar os impactos provocados pelas remoções de famílias desse segmento populacional e seus efeitos no acesso à infraestrutura urbana e à cidadania. Em particular, ressaltamos que a investigação apresenta um interesse específico nas famílias negras.

A área de investigação foi escolhida dentre as que tiveram famílias removidas das regiões valorizadas para o mercado imobiliário, no nosso caso, o Morro do Turano, atualmente um morro identificado como pacificado⁴⁸ pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e onde têm ocorrido remoções motivadas por laudos ambientais e urbanização do Morro. A coleta de dados ocorreu a partir da realização de pesquisa qualitativa feita com famílias que já sofreram remoção (chefiadas ou não por mulheres), cujo registro preliminar se deu a partir do diário de campo.

A ideia inicial desse trabalho era pesquisar a Vila Autódromo e compará-la como o Morro do Turano partindo do pressuposto da existência de uma dicotomia na forma de reação às remoções nesses locais, promovidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Devido ao tempo disponível para a pesquisa, optou-se por pesquisar apenas as famílias removidas do Morro do Turano. A delimitação do campo de pesquisa foi estruturada a partir das informações do destino dessas famílias, cuja proximidade geográfica possibilitaria um esforço menos dispendioso economicamente.

Em uma segunda fase foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, que foram realizadas especialmente com mulheres negras e não negras (autodeclarado), moradoras do Bairro Carioca de Triagem, local para onde foram realocadas as famílias removidas do Morro do Turano.

A opção pela pesquisa qualitativa se justifica pela necessidade desse estudo entender as estratégias e os processos de ajustes das famílias removidas do Morro do Turano, pois “os métodos qualitativos produzem explicações contextuais para um

⁴⁸ No sentido de possuir uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A UPP do Morro do Turano é a décima segunda do estado e foi inaugurada em 30 de setembro de 2010.

pequeno número de casos, com ênfase no significado (mais do que na frequência) do fenômeno” (NOGUEIRA-MARTINS; BÓGUS, 2004, p. 48). “O estudo de caso, como esforço de investigação, contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2001, p. 21).

No estudo de caso do Morro do Turano a pesquisa se baseou nas observações de campo e nas entrevistas com as mulheres onde buscamos compreender seus universos sociais, suas estratégias em relação à mudança de moradia e as principais dificuldades encontradas (se havia alguma expectativa sobre essas dificuldades ou não e se foram superadas). Particularmente, o estudo original previa entrevistas somente com mulheres, mas devido às indicações recebidas e as pessoas encontradas acabou-se por entrevistar dois homens (um por indicação da própria mulher, que se encontrava ocupada com algumas tarefas e pediu que o marido participasse da pesquisa em seu lugar, por exemplo). Os recursos técnicos utilizados foram as anotações em diário de campo, registro fotográfico e fonográfico, com o intuito de registrar as observações, percepções e reflexões.

O roteiro de entrevista foi desenvolvido no sentido de compreender as perspectivas dessas famílias frente à mudança do local de moradia e o impacto dessa mudança para a sociabilidade e seus efeitos em suas estratégias de sobrevivência, devido ao suposto⁴⁹ desmantelamento das relações de vizinhança e laços de solidariedade.

Entendendo a responsabilidade sobre o teor das perguntas feitas às/aos entrevistadas/os, estas foram construídas baseadas no respeito, onde se pretendeu observar as articulações e estratégias das famílias removidas, e as principais mudanças na dinâmica familiar ocorridas a partir da dessa nova realidade.

O trabalho de campo iniciou-se em fevereiro de 2016, assim como o contato com a/o primeira/o informante, com o consentimento das famílias, foram aplicadas 11 entrevistas semi-estruturadas no mesmo mês. A localização das famílias ocorreu com certa facilidade e se deu através de informações de notícias coletadas na internet⁵⁰. A chegada ao local foi tranquila e de fácil acesso, tendo em vista a proximidade entre o conjunto habitacional e a estação do metrô.

A partir da técnica conhecida como “bola de neve” (*snowball*) encontramos

⁴⁹ Até então as consequências da remoção se apresentavam apenas hipoteticamente.

⁵⁰ Remoções no Pedacinho do Céu, no Morro do Turano, continuam sendo realizadas pela prefeitura do Rio. Disponível em: <<https://www.facebook.com/redecontraviolenciarij/posts/539669762742294>>. Remoções em áreas de risco no Rio de Janeiro atingirão 3,6 mil famílias. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/chuvanorio/remocoes-em-areas-de-risco-no-rio-de-janeiro-atingirao-36-mil-familias/n1237588843185.html>>

as/os sujeitas/os que dialogaram com a nossa pesquisa e, através do primeiro informante, conseguimos chegar as/os demais e estas/es indicaram outras pessoas para a continuidade das entrevistas, e assim sucessivamente, somando-se 11 entrevistadas/os (8 mulheres e 3 homens, mais 1 senhora que não me permitiu gravar áudio, mas que foi de vital importância para algumas percepções que pude alcançar); suas idades variavam entre de 20 e 67 anos.

Meu contato inicial com um morador do conjunto se deu através de um vendedor de frutas que trabalhava em frente ao primeiro bloco de apartamentos do Bairro Carioca: ele me indicou a primeira família e a mesma indicou-me as outras. O primeiro dado que me chamou atenção foi a suposição imediata do morador de que eu era alguém em busca de um imóvel para alugar.

A primeira informante agendou a entrevista para o dia 22 de fevereiro, três dias após tê-la contatado, e, na mesma ocasião, indicou o condomínio 6 do conjunto, onde eu encontraria uma maior concentração de moradores do Turano. Ao chegar à residência no dia e horário marcados, o filho desta informante avisou (sem abrir a porta) que a mesma não se encontrava em casa, razão pela qual essa primeira tentativa foi frustrada. No entanto, se valendo da pista fornecida previamente, segui para o local indicado e recebi informações de um morador, ainda na guarita, de que existiam moradores do Turano espalhados por todo o Bairro Carioca de Triagem, mas que ali quase todos os moradores eram de diferentes localidades do Complexo do Turano.

Neste mesmo dia consegui fazer quatro entrevistas. A primeira entrevistada foi muito solícita e se mostrou empolgada em poder contribuir com a pesquisa, razão pela qual resolvi prosseguir com a conversa mesmo depois de ser informada que a mesma era do Morro da Formiga, também localizado na Tijuca. Neste dia fui aconselhada a continuar as entrevistas no próximo final de semana, ocasião em que teria mais chances de encontrar um maior número de pessoas, tendo em vista que durante a semana havia um contingente considerável de pessoas em horário de trabalho.

As/os sujeitas/os foram entrevistadas/os em diferentes locais do condomínio, individualmente ou na presença de algum parente ou amigo que por vezes se encontrava em sua companhia. A escolha do número de entrevistadas/os ajustou-se ao prazo disponível para a execução do estudo.

3.1 - O Campo de pesquisa

Aqui, poderíamos dizer que se trata de duas instâncias do campo de pesquisa. A primeira, que conheci mais teoricamente, através da bibliografia e documentação consultada sobre políticas públicas, além de visitas que começaram em 2012, mas que se intensificaram em meio à atuação enquanto militante do Círculo Palmarino/RJ, em conjunto com o Coletivo Favela Não se Cala e um grupo bem heterogêneo de militantes de favela dos quais se dominavam independentes, anarquistas e comunistas. O objetivo à época era a realização de debates que mobilizassem para a Marcha contra o Genocídio do Povo Negro que aconteceria no Rio de Janeiro em 2014, além de promover a própria integração do grupo que começava uma atuação e conjunto.

Situada enquanto moradora e militante de favela, que discute vivenciando questões relativas à opressão sócio racial, as estratégias de luta contra as opressões sofridas por moradores de favelas em um contexto de grande efervescência das discussões sobre direito à cidade na militância favelada, me proporcionaram certo acúmulo sobre essas questões, configurando o que Caldwell (2007), ao se utilizar de conceito forjado por Moya (2000), chamou de “privilegio epistêmico” para se referir a “uma vantagem especial no que diz respeito ao conhecimento adquirido sobre como aspectos fundamentais de nossa sociedade (tais como raça, classe, gênero e sexualidade) operam para manter matrizes de poder” (Moya, 2000, p. 38 *apud* Caldwell, 2007, p. 66). Lugar este que me situa frente às questões aqui levantadas.

O outro se configura como *o campo*, propriamente dito, aquele em que desenvolvi o trabalho de observação e investigação. Sentimos a necessidade de situar os campos por considerar importante a apreensão do universo vivenciado pelos nossos sujeitos antes e depois da remoção.

3.1.1 - Morro do Turano

O Complexo do Turano é localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro e teve sua ocupação entre as décadas de 1930 e 1940. Emílio Turano, morador da Rua Barão de Itapagipe começou a cultivar a encosta do morro onde estão as comunidades da Liberdade e da Chacrinha e se dizia dono das terras, cobrando uma taxa para os novos moradores que chegavam ao local. Devido à violência utilizada por Turano no controle da ocupação, no final da década de 1940 os moradores receberam

o apoio de políticos e advogados para comprovar juridicamente a ilegalidade da apropriação da terra por parte da família Turano, fazendo com que os moradores se livrassem das cobranças, batizando a área de Liberdade (IPP, 2006, CAVALLIERI; VIAL, 2014).

Localizada na Área de Planejamento 1 (exceto Chacrinha e Liberdade, ambas localizadas na Área de Planejamento 2 - AP2), XXIII RA, que abrange a área central e adjacências. Formado por doze favelas: Chacrinha, Liberdade (situadas no bairro da Tijuca), Estrada Joaquim Mamede, Paula Ramos, Parque Rebouças, Santa Alexandrina, Vila Santa Alexandrina, Morro do Chacrinha, Morro da Liberdade, Matinha, Pantanal, Bispo, Rodo e Sumaré, com um total de 12.215 habitantes e 3.438 residências⁵¹. A área correspondente não comportava em 2010 grandes complexos de favelas, sendo a população do Turano oficialmente de 10.569⁵² (IBGE, 2010 *apud* CAVALLIERI; VIAL, 2014).

Velloso, Pastuk e Degani (2014) chamam a atenção ainda para o fato de que em meados de 1990, algumas das comunidades foram contempladas com obras de infraestrutura e urbanização relativas ao programa Favela Bairro (instalações de redes de água, esgoto, drenagem, iluminação, pavimentação, contenção de encostas, quadras esportivas e creches). Para eles a falta de reparo e manutenção fez com que estas instalações fossem se deteriorando ao longo do tempo, fazendo com que as favelas voltassem a viver com os problemas de infraestrutura anteriores.

Dez anos depois, portanto em 2009, algumas favelas do complexo voltariam a sofrer novas intervenções, agora pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁵³. Ainda segundo os mesmos autores, famílias que habitavam áreas consideradas como não urbanizáveis pelos órgãos municipais como não

⁵¹ Informações disponíveis em <<http://www.riomaisocial.org/territorios/turano/>> com base no Censo Demográfico de 2010.

⁵² Velloso, Pastuk e Degani (2014) chamam a atenção para o fato desse número ser contestado pelos moradores e lideranças locais que estimam um contingente populacional mais significativo. Segundo esses autores, no Centro Municipal de saúde do Turano tem cerca de 11.000 moradores cadastrados.

⁵³ Criado em 2007, o PAC foi pensado como um plano de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, contribuiu para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras e teve importância durante a crise financeira mundial entre 2008 e 2009. Junto com as obras do PAC, as favelas cariocas viram também a entrada da Força Nacional de Segurança Pública – agrupamento de polícia da União, estabelecida em 2004 pelo Decreto nº 5.289 de 29 de novembro e que assume o papel de polícia militar mediante a solicitação do governador. Segundo noticiou o *Estadão*, de 25 de fevereiro de 2008, o governo federal deveria aumentar para 1.000 homens o efetivo da Força Nacional de Segurança no Rio de Janeiro para auxiliar a polícia na segurança das obras do Programa de Aceleração do Crescimento nessas localidades (Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pac-deve-aumentar-para-1-mil-efetivo-da-forca-nacional-no-rio,130235>>). O PAC e a FNSP estão previstos no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) que, segundo documento do Ministério da Justiça (Disponível em: <http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/pronasci_manual_de_aprendizagem.pdf>), destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios, cujas ações levariam em conta as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

urbanizáveis, por estarem em situação de risco de deslizamento e/ou inundação, foram cadastradas e reassentadas em unidades habitacionais. Segundo eles, a Prefeitura realizou reassentamentos também com o pagamento de indenizações ou com aquisição assistida, o que seria motivo de acirradas polêmicas no território⁵⁴.

Nos dias 5 e 6 de abril de 2010 o Rio de Janeiro passou por uma severa tempestade que deixou cerca de 20 mil pessoas desabrigadas/desalojadas e deslizamentos de terras causaram mortes⁵⁵, cinco delas no Morro do Turano. Essas mortes causaram grande comoção e acabou por acelerar o processo de remoção das famílias. Em laudo a Geo-Rio informou que:

Trabalhos desenvolvidos pela Fundação Geo-Rio apontam o setor Pedacinho do Céu como uma área de alto risco a escorregamentos, como já descrito no relatório “Caracterização do Risco de Acidentes Geotécnicos nas Favelas do Complexo do Turano”, de novembro de 1994. Até a presente data são reportados 84 (oitenta e quatro) registros no banco de dados da Fundação Geo-Rio (Sisplante Geotecnia v 1.0), alguns de ocorrências significativas, com vítimas fatais, como, por exemplo, os de dezembro de 2001 e agora, em abril de 2010 (GEO-RIO, 2010, p. 14).

No mesmo ano foi lançado o manual desenvolvido com o apoio da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, Fique Mais Seguro: Complexo do Turano⁵⁶, com informações sobre prevenção contra desastres. O programa Morar Carioca foi a solução encontrada e contemplaria a recontagem das pessoas, a fixação e controle de gabaritos, limites de marcados, a conservação e o “choque de ordem” e obras de infraestrutura nas favelas do Rodo, Sumaré, Liberdade e Chacrinha.

⁵⁴ De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), “o Programa de Compra Assistida é uma modalidade de reassentamento que consiste na aquisição de moradias regulares disponíveis no mercado imobiliário regional, sob o fito de remover as famílias residentes em áreas de risco e/ou áreas de influência direta de intervenções infraestruturais (obras públicas)” (DNIT, [2013], p. 11-12). Para o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, o valor da indenização pode ser em média 30% maior caso o morador opte pela compra assistida - em que o morador removido procura um imóvel na localidade e a Prefeitura realiza o pagamento direto ao vendedor do imóvel. Entretanto, para eles, devido aos baixos valores, poucas famílias conseguem encontrar imóvel na mesma localidade. Apoiados na própria Secretaria Municipal de Habitação os autores nos falam que em balanço realizado em torno da gestão habitacional, de janeiro de 2009 a agosto de 2011, apenas 11% dos casos de remoções optaram (ou conseguiram comprar outro imóvel na localidade com o valor ofertado) por esta modalidade de indenização e concluem dizendo que mesmo que a indenização seja um pouco maior na modalidade “compra assistida”, esta não rompe a lógica da indenização por benfeitoria (e não indenização orientada pelo direito a posse) e na prática, viabiliza a permanência na localidade de um número pequeno de famílias (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 23).

⁵⁵ Chuva mata quatro crianças da mesma família no Morro do Turano. Último Segundo, 06 abr. 2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/chuva-mata-quatro-criancas-da-mesma-familia-no-morro-do-turano/n1237608454098.html>>.

⁵⁶ Disponível em: <https://issuu.com/tiagopettersen/docs/manual_fiquemaisseguro>.

3.1.2 - Bairro Carioca de Triagem

Sua localização é no Complexo de Triagem, na Área de Planejamento 3 (AP3), em um antigo terreno da Light, próximo à estação do metrô de Triagem e de dois ramais de trem da Central, além das linhas de ônibus. Na imagem abaixo, pode-se observar a área em uma visão global.



Figura 1. Vista do terreno antes da implantação do Bairro Carioca de Triagem

Fonte:

Segundo informativo da Secretaria Municipal de Habitação, são 2.240 moradias em 112 prédios, distribuídos em uma área de 125 mil metros quadrados. Cada apartamento tem uma área interior de 45m² com dois quartos, cozinha, banheiro e uma pequena área de serviço. Existe um centro comercial no local⁵⁷ e os moradores se organizam para a manutenção dos espaços comuns, que são semipúblicos, mas altamente regulados. Não é permitido aos moradores fazer adaptações no primeiro andar.

As famílias reassentadas no Bairro Carioca tem origem em várias áreas da cidade: Borel (Tijuca), Parques João Paulo II e JK (Andaraí), Mangueira e Metrô-Mangueira (Mangueira), Macacos (Vila Isabel), Alemão (Bonsucesso), Santos Rodrigues, Azevedo Lima e São Carlos (Estácio), Chacrinha e Pedacinho do Céu (Turano) e Chupa-Cabra (Triagem) segundo SMH (2014).

O Bairro Carioca foi lançado em 2013 e é considerado um dos carros-chefes do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)⁵⁸ do Rio de Janeiro. O conjunto tem uma

⁵⁷ Veremos no próximo capítulo o ponto de vista dos moradores sobre os aparelhos disponíveis no condomínio.

⁵⁸ Segundo Compas (2012) que, ao analisar a atual política habitacional do Governo Federal, nos fala que este guarda

série de problemas que são característicos desse programa. Para Andrade (2015):

No caso do Bairro Carioca de Triagem, o próprio sítio se mostra inviável para o uso residencial por ser delimitado por várias barreiras – linha de trem, muro de fábrica e de quartel - que não teriam como ser transpostas pelo desenho. Cabe lembrar que esse último complexo de condomínios contíguos foi escolhido pela localização bem inserida, o que mostra que este aspecto não é suficiente para a integração física e também social. O fato de ser condomínio não impediu que o tráfico de drogas se instalasse no local e a sua proximidade com uma estação de metrô não se revelou funcional para os moradores. De acordo com a avaliação da equipe do Observatório das Metrôpoles/IPPUR/UFRJ, isto pode ter ocorrido devido ao fato deste sistema de transporte não ter sido incorporado ainda pelos moradores. É também possível que o modal não seja utilizado pelo fato do preço da passagem de metrô ser mais caro do que a do ônibus (ANDRADE, 2015: 30-31).

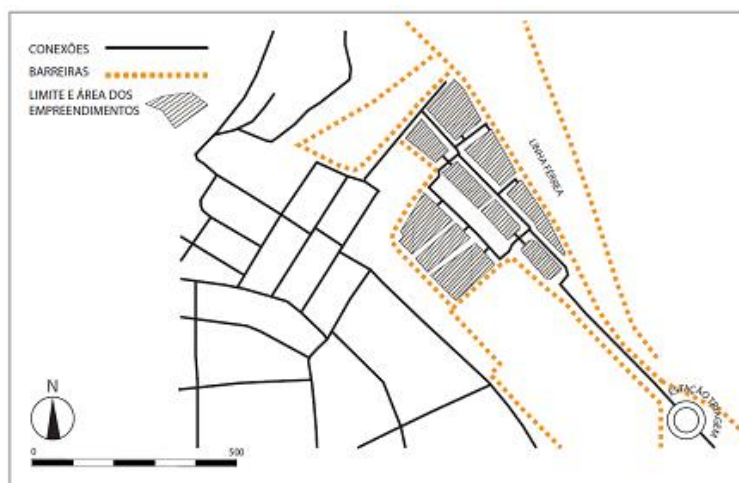


Figura 2. ANDRADE, 2015, p. 29

Fonte:

A autora ressalta ainda a necessidade de alertar para a situação de fragmentação do espaço urbano que se agrava quando os condomínios são delimitados por muros, em vez de grades ou cercas. Para ela, a crença que o muro daria mais segurança aos moradores é uma fantasia e que esta solução, entretanto, se mostra inócua e até inadequada, uma vez que para a segurança, o controle social tende a ser mais eficaz do que as barreiras físicas. Segundo ela, elementos vazados, como grades ou cobogós, permitem que os eventos estranhos sejam percebidos na vizinhança, o que contribui para o constrangimento de eventuais ataques.

Pouco depois do lançamento das primeiras unidades aconteceram as primeiras

inúmeras semelhanças com a experiência malsucedida do Banco Nacional de Habitação (BNH), implantada durante a ditadura militar. Para a autora o MCMV justificou-se como estratégico para minimizar o impacto da crise financeira internacional.

as inundações no local, atribuídas ao mau planejamento e à construção deficiente. Os moradores do primeiro andar (preferencialmente idosos e portadores de necessidades especiais pela mobilidade que teriam) sofreram diversas perdas materiais. Nas imagens retiradas de um vídeo-denúncia retirado do *YouTube* podemos ver a indignação dos moradores do condomínio 3.



Figura 3. Imagem capturada de vídeo “Bairro Carioca Condomínio 3 em Triagem, Rio de Janeiro-RJ”, postado em 05 mar. 2013.

Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=jNfLBhgohE>>.

Nas falas presentes no vídeo uma das mais recorrentes é “quem tem os seus apartamentos na parte de baixo estão perdendo tudo”. O autor do vídeo faz várias críticas ao atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e denuncia a situação que enfrentam as famílias em um dos projetos habitacionais mais propagandeados pelo seu governo.



Figura 4. Imagem capturada de vídeo “Bairro Carioca Condomínio 3 em Triagem, Rio de Janeiro-RJ”, postado em 05 mar. 2013.

Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=jNfLBhgohE>>.

A limitação mais evidente percebida no decorrer do trabalho de campo está relacionada ao tempo de sua realização. Em duas saídas de campo foram realizadas todas as entrevistas, sendo a empatia imediata um condicionante para o bom andamento de cada encontro. Em parte, essa empatia foi estabelecida pela exposição

do meu local de enunciação, não só como pesquisadora, mas também como mulher negra favelada.

O encontro proporcionado pelas entrevistas foi, em muitos momentos, importante fonte de verificação de experiências (presentes e passadas) em que a necessidade de delegar a outros o cuidado com os filhos, ou o simples fato de não ter um comprovante de residência se mostra mais corriqueiro do deveria ser. Nesse sentido, entender esses significados não os incorporando⁵⁹ e ouvir com atenção ao invés de mergulhar em nostalgia foi tarefa necessária e cumprida na medida do possível.

3.2 - As/os Sujeitas/os

Ágata

Mulher negra, 37 anos e 5 filhos. Trabalha como auxiliar de serviços gerais e chefia a família. Mora há dois anos no Bairro Carioca e ainda não se sente adaptada. Mora com os filhos e trabalha como auxiliar de serviços gerais. Considera que a qualidade de vida melhorou com a mudança para o condomínio, mas terá de se mudar por não ter condições de arcar com os custos dos serviços do condomínio.

Andressa

Mulher negra, de origem no Morro da Formiga onde morou desde que nasceu até, mais ou menos, 16/17 anos. Mora com a filha, a mãe e o irmão. Atualmente tem 20 anos e trabalha como atendente de lanchonete. Considera que a vida está diferente depois da remoção, mas não acha que está melhor. Ficou desabrigada e antes de receber as chaves do apartamento ficou 2 ou 3 anos recebendo aluguel social. Mora no Bairro Carioca há 3 anos. No começo ficou empolgada com a possibilidade de ir para Triagem, mas ainda está segundo suas palavras *“tentando se acostumar”*. *“Ah, uma pessoa muito pensativa, que age muito, as vezes sem pensar, mas as vezes... sei lá, cara”* (Andressa, entrevista realizada em fevereiro de 2016).

⁵⁹ Por vezes, durante a interação com as/os entrevistadas/os percebi um impulso, mesmo que involuntário, de me projetar em algumas falas. Nesse sentido, a visualização desta identidade não deveria se cristalizar na minha experiência, poderia servir como dado para analisar minha realidade, não devendo ser confundida com ela. Se pensarmos que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2001, p. 13) admiremos a possibilidade de um conflito sujeito/pesquisador em dado momento.

Nicole

Mulher negra, 27 anos, “*cria do Morro do Turano*”, tem 1 filho que mora com o pai porque não tem quem tome conta dele em Triagem. Trabalha como auxiliar de serviços gerais e, compartilha a renda com o atual namorado e ainda recebe ajuda dos pais para conseguir arcar com o aumento do custo de vida. “*Não gosto muito daqui não porque aqui paga muita coisa eles tiraram a gente do morro, mas aqui paga muita conta, entendeu? E as conta vem muito alta... mas vamos levando né?*” (Nicole, entrevista realizada em fevereiro de 2016).

Rafaela

Mulher parda, 45 anos, quatro filhos e trabalha como auxiliar de serviços gerais na Nave do Conhecimento do Condomínio, seu marido está desempregado. Mora com o marido e o filho de seis anos, viveu mais ou menos 30 anos no Turano e há 3 anos no Bairro Carioca.

Minha infância foi toda lá no Turano na parte alta na região, lá no pedaço chamado Pedacinho do Céu e ali tive toda a minha infância com meus avós, com meus pais, com meus irmãos e ali teve toda minha infância com primos com tios todo mundo morando ali junto. Fizemos muita amizade de criança crescemos todo mundo junto ambiente muito bom muito legal. (Rafaela, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

A moradora tinha receio de morar em apartamento, mas acabou gostando porque teve oportunidade de ganhar um imóvel novo, além de crédito facilitado para comprar móveis.

Maria Eduarda

Mulher parda, 31 anos e de origem da localidade do Chacrinha, onde foi criada desde que nasceu. Trabalha em casa como manicure para tomar conta dos três filhos, com quem mora sozinha desde a mudança para Triagem. (Maria Eduarda, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Ademir

Homem negro de 52 anos, tem sete filhos com quem mora junto com a esposa. Trabalha como porteiro e é pastor evangélico. Morou no Turano por 20 anos e achou que teria dificuldades de adaptação porque estaria mais distante do trabalho. Acha que o cotidiano em Triagem é mais difícil, mas que “*dá pra levar*”. (Ademir, entrevista

realizada em fevereiro de 2016)

Mônica

Mulher parda, tem dois filhos, 26 anos e morou no Turano desde os 7 anos, na localidade do Sumaré. Trabalha como auxiliar de creche na Tijuca, que considera contramão de onde está morando agora. Mora com um dos filhos e o marido, mas pega o filho mais velho nos finais de semana, pois ele mora com o pai porque não tem quem tome conta dele.

Pedro

Homem pardo, 67 anos, aposentado, 7 filhos e morava há 40 anos no Turano. Mora com a esposa, também aposentada. Escolheu o apartamento no terceiro andar, mesmo tendo preferência para ocupar o térreo, uma manobra dos moradores para evitar as inundações.

Pô, minha filha, já fui a pessoa que, né, trabalhei em diversos trabalhos, assim... pedreiro, pintor, vigilante... só não fiz roubar, entendeu? O resto, eu... qualquer trabalho, trabalhei em uma porção de firma que quando eu procurei agora me aposentar, as firmas não depositaram meu INSS, não depositaram, aí comia o dinheiro e tive que me aposentar por idade, pelos tempos de firma que eu trabalhei eu tinha direito a me aposentar, só que as firmas não contribuíram, entendeu? Cheguei lá, tinha firma que nem tinha o nome lá [cadastrada no INSS], na carteira consta, mas não constava nada e eu não quis brigar com nada e fiquei nessa. (Pedro, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Vanessa

Mulher negra, 1 filho, mora com a mãe e trabalha como auxiliar administrativo. Antes de receber as chaves ficou desabrigada e morou por 1 mês na Escola Herbert de Souza, quando recebeu o aluguel social foi morar com a família no Morro da Mangueira.

Eu sou uma jovem que trabalho pra caramba, entendeu? Cuido do meu filho, trabalho só pra cuidar do meu filho e ajudar minha mãe, na maioria das vezes e busco, entendeu? Uma coisa melhor, busco conhecer mais, pretendo voltar a estudar pra poder tá conseguindo, entendeu, o meu objetivo, que eu não tenho pretensão de ficar aqui, eu tenho pretensão de dar uma tranquilidade pro meu filho, pra minha mãe, pra morar num lugar tranquilo. É isso, basicamente é isso. (Vanessa, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Maroni

Homem negro, 41 anos, tem uma filha e está desempregado e a mulher trabalha em casa como explicadora.

Eu sempre trabalhei, sou gráfico, eu trabalhei em gráfica e meu hobby é futebol gosto muito de jogar bola... durante a semana era trabalho e curso à noite, fazia os cursos à noite, e final de semana futebol e casado... casado, tô com dezoito ano de casado com a minha esposa, e... é isso. (Maroni, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Elza

Mulher negra, 63 anos, aposentada, tem 3 filhos. Mora com o marido também aposentado e não quis que nossa conversa fosse registrada em áudio, mas relatou que pensou que ali seria outra coisa. Sente saudades das suas plantas e do seu quintal.

4 – Alinhamentos discursivos

Nesta seção, verificamos as estratégias das famílias removidas do Morro do Turano e suas perspectivas frente a essas mudanças, a partir das falas das/os sujeitas/os. Nos utilizamos, para tanto, da linha traçada por Santos, M. (2007) ao problematizar a cidadania pelo consumo e suas consequências para o entendimento de seu exercício na sociedade brasileira, trazendo questões importantes para entendermos os condicionantes de algumas percepções transmitidas pelos indivíduos, com o objetivo de observar como as práticas dos nossos/os sujeitas/os se revelam nos discursos, além de demonstrar as incoerências inerentes à nossa condição humana.

Sorj e Guedes (2008) ao caracterizarem as condições de vida nas favelas e cruzá-las com dados de raça/cor, nos possibilitam perceber algumas distinções entre as favelas cariocas em termos populacionais. Já a obra de Tavares (2012), nos permite verificar o perfil das pessoas removidas na cidade para, a partir das falas capturadas no Bairro Carioca de Triagem, perceber algumas das dimensões dos processos vivenciados e as experiências das/os nossas/os sujeita/os, principalmente no que tange às suas condições enquanto mulheres negras em processo de remoção.

4.1 - Vida nova e consumo: uma via para a cidadania

Ah, o que a gente pensa em primeiro lugar é comprar as nossas coisas, né?! Comprar as minhas coisas direitinho, só isso mesmo e mudar de vida, né!” (Nicole, entrevista realizada em fevereiro de 2016).

“lá, água eu não pagava... aqui você paga tudo: condomínio... paga tudo, eu falei: gente, isso aí é... um normal de um cidadão é isso aí mesmo é pagar sua conta de luz, sua conta de água... é pagar suas contas entendeu? É, mas tem pessoa que não pensa desse jeito acha que aqui deveria... é... muito gato, essas coisas assim. Eu sempre quis ter relógio, sempre quis pagar minhas coisas. Pra algumas pessoas não, pra mim foi bom, porque eu **me sinto um cidadão**. Você vai pagar sua conta de luz, sua conta de água... vai fazer um... por exemplo, abrir uma conta no banco, quando eu morava lá em cima [no morro] eles te pediam uma conta de luz, uma... entendeu? Não tinha... então pra mim foi ótimo”. (Maroni, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Frequentemente, nas falas apresentadas pelos moradores do Bairro Carioca de Triagem, era feita a associação entre aquisição de bens materiais e de consumo ao

acesso à cidadania. Nesse sentido, a vida compatível ao novo local de moradia era carregada de sentido⁶⁰, que necessariamente tinha que ser defendido por um viés meritocrático, evocado independente dos sacrifícios exigidos. Notamos muitas das representações dominantes sobre moradores de favela incorporadas nessas falas em que mesmo o “ex-morador” do morro se coloca em oposição ao seu vizinho, aquele que não gosta de trabalhar e por isso não conseguirá se manter nesse novo local.

Foi tudo muito rápido, mas assim, a gente sabia que teria que pagar conta, como um cidadão normal paga suas contas: água, luz, com isso você pode reclamar...você pagando suas contas você pode reclamar, pode correr atrás das suas coisas. (Vanessa, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

No mesmo instante de pensar de pensar, assim, que nós vamos pagar tudo, é... me deu um conforto que eu vou morar melhor, entendeu? Eu vou ter uma moradia melhor, o carro vai me deixar na minha porta. Se eu for fazer uma compra, for pegar um táxi, vai me deixar na minha porta. Se eu for sair pra algum lugar, me deixar cansada, eu não vou ter trabalhadeira de subir aquele morrão enorme, entendeu? Então foi maravilhoso. (Rafaela, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Tem contribuído... a melhoria, assim, algumas pessoas não se adaptam. Digamos que, assim, quem não gosta muito de trabalho, quem não que nada com a vida, não se adaptou aqui, é, não tem como sobreviver... agora se você corre atrás do seu, atrás do seu trabalho, você corre atrás da sua fonte de renda, você vai sobreviver como um cidadão normal, aí é isso. (Vanessa, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

A impossibilidade de arcar com o aumento do custo de vida é confundida com preguiça e incapacidade, atribuídas a essas pessoas, geralmente encaradas como “o outro”. Ademir, pai de sete filhos e porteiro, apesar de admitir que transporte é “mais difícil”, nos diz que

Algumas pessoas não se adaptaram no termo de convivência, assim... antes eles morava num lugar onde não se pagava nada, né? No caso luz, água, condomínio. Depois que vieram pra cá eles não conseguiram, é... mudar a rotina, ou seja, fazer um planejamento pra viver uma nova vida, então com isso eles passaram a ter dificuldade de viver, entendeu? Porque muitos não tinha, assim essa preocupação de ter esse compromisso de pagar essas taxas que tem que pagar. Então, antes, lá em cima, se trabalhasse ou não

⁶⁰ Em trabalho sobre habitação popular e a luta pelo direito à habitação, Vêras e Bonduki (1986) afirmam que conceitualmente a habitação deve ser encarada no seu duplo aspecto: abrigo e como inserção no espaço urbano. Vista como “problema”, como crise, como espaço privado de liberdade, como direito fundamental do cidadão, se associado à propriedade como símbolo de *status* e ascensão social, mercadoria e investimento, a habitação, para eles, em sua complexidade, comporta vários enfoques. Nesse sentido, antes de mais nada é, segundo os autores, valor de uso, mas esse bem, na medida em que se torna permutável por outro valor equivalente, é um valor de troca, uma mercadoria.

trabalhava, tanto faz... eles tinha luz, tinha água, entendeu? Agora aqui não, aqui se paga, então essa dificuldade que eles encontra, porque não tem condições às vez de pagar... alguns né? Não tem condições de pagar luz, não tem condições de pagar condomínio, então essa... essa... pobrema de alguns vizinho daqui.

[Quanto ao aumento do custo de vida] É, fica, mais difícil... se não houver uma adap... se você não fizer um planejamento, uma planilha pra você aprender a conviver com aquilo que tu ganha e com aquilo que tu gasta, é claro, evidente que você vai passar apertado. Então a gente aqui, a gente fizemo um planejamento, quer dizer, fizemos uma planilha do que se gasta, do que se pode gastar e do que não se pode gastar pra se adaptar com o que se ganha.

O primeiro passo é fazer uma planilha de mudança de vida. De uma vida que não pagava, pra uma vida que se vai pagar, entendeu? Segundo passo é aprender a viver num ambiente de sociedade, porque tem que se adaptar dessa forma, entendeu? Porque antes de você viver num lugar que era chamado um lugar sem lei, todo mundo mandava, todo mundo fazia e essa pessoa que vai ter a remoção ela vai vir pra um lugar onde tem lei, tem ordem, tem organização, então a pessoa vai ter que adaptar com isso. Ela vai ter que vir pra se adaptar com essa nova vida de viver. (Ademir, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Discutiremos estas questões à luz do debate feito por Milton Santos (2007), no qual o autor trata da elaboração brasileira do não-cidadão. Para o autor, a convergência de várias causas, ao mesmo tempo revolucionárias e dissolventes, iria ter um impacto negativo no processo de formação da ideia da cidadania e da realidade do cidadão, realçadas por uma especialidade brasileira. O autor ressalta que

em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário (SANTOS, M., 2007, p. 25).

Milton Santos nos diz que o fato de em menos de trinta anos, essas transformações se darem concomitantemente e paralelamente, acentuou sua força ideológica, acabando por se justificar naturalmente. Ele acrescenta a esses fatos a imersão do país na guerra fria e a implantação de um modelo econômico que conduziu ao chamado "milagre econômico". Para o autor trata-se, também, de um modelo político e social, responsável tanto pela eliminação do embrião de cidadania que então

se desenvolvia, como pela opção de alargamento de uma nova classe média em detrimento da massa de pobres que o “milagre” não apenas deixou de suprimir, como também aumentou.

Nesse sentido, para ele, o crescimento econômico obtido agravou a concentração da riqueza e as injustiças, e acrescenta que feito como tal o crescimento se fazia paralelamente ao apelo a um consumo impossível de se generalizar na qual as linhas de crédito abertas para fortalecer os produtores ajudaram a agravar as desigualdades e santificar as distorções.

No que diz respeito efetivamente à cidadania pelo consumo, Santos afirma que, no Brasil, o milagre econômico, com sua força ideológica, agiu como um dissolvente eficaz e a ideologia da prosperidade contaminava a sociedade de alto a baixo, enriquecendo de sonhos quem jamais deixaria de ser pobre, sendo, segundo ele, mais fácil suportar a penúria e o desconforto, na expectativa de um amanhã mais promissor e lembra que nessa sociedade a fabricação de novas necessidades agravava a vocação ao consumo e, para os novos pobres que se criam pelo mesmo processo econômico, a revolução das expectativas crescentes renova a alimentação das esperanças.

Para linha analítica que traçamos aqui, são pertinentes as ideias esboçadas por Taschner (2010), para quem consumo e cidadania mantêm relações de oposição e antagonismo. Para a autora, essa relação é complexa, constituindo relações multifacetadas e nos diz que

Nas sociedades contemporâneas ocidentais ou ocidentalizadas, o consumo - especialmente o de determinados itens - é um mecanismo de integração social, no sentido de que a posse de determinados produtos e o acesso a determinados serviços tornaram-se instrumentos para a construção e reforço de identidades sociais e, em decorrência, para o reconhecimento de um indivíduo como cidadão. A cidadania é tomada aqui como pertencimento a uma determinada comunidade ou nação. Mais do que isso: trata-se do reconhecimento da humanidade de um indivíduo e de sua aceitação, não apenas como membro daquela comunidade, mas como um par, um igual, um ser visível, digno de respeito. Nos estratos menos favorecidos, esse consumo pode ser pensado como de inclusão. A relação que se estabelece entre consumo e cidadania, neste caso, é de congruência e não de oposição (TASCHNER, 2010, p. 49).

Se retomarmos as representações historicamente disseminadas da favela e seus moradores, podemos perceber a necessidade desses cidadãos de se legitimarem enquanto tal, sendo o consumo a via mais eficaz de efetivar essa cidadania e, nesse sentido, “o consumo se efetiva não apenas como um consumo

material e imaterial, mas de símbolos, um consumo cultural e social” (TASCHNER, 2010, p. 48).

A inserção desses indivíduos não se daria, nesse sentido, apenas pela aquisição da casa no “asfalto”, se daria também pela sua capacidade de se manter nesse novo estilo de vida⁶¹, passando a expressar uma diferenciação entre os moradores do Bairro Carioca: os que podem ficar e os que não podem, representativo da inserção desses indivíduos na “cidade formal”. Um dado que verificaremos é que esse grupo é o mesmo que historicamente foi colocado à margem da cidadania; e mesmo morando fora da favela continuará a ter um tratamento diferenciado, principalmente pelas forças policiais, e que mesmo se sacrificando para manter as contas em dia não verá o reconhecimento de sua humanidade e dignidade almejada e idealizada ainda no morro.

4.2 - A interseccionalidade na vida das mulheres do Bairro Carioca

Sorj e Guedes (2008) nos falam que a distribuição por sexo nas favelas apresenta, em geral, uma maior porcentagem de população feminina, refletindo a proporção encontrada no conjunto da população brasileira e que a distribuição por cor (auto-definida) entre os diferentes tipos de favela apresenta uma nítida separação entre favelas altas⁶² e as outras. Para eles, enquanto nas favelas altas tem um claro predomínio de brancos, nas favelas médias e baixas predomina a população parda. Considerando que a renda média dos brancos é superior à dos negros, se pode dizer que esse é um dos fatores que explica a renda superior nas favelas altas.

As informações sobre a população residente no Morro, que constam no site Rio+Social⁶³, não discriminam a população por raça/cor, o que dificulta especificar o pertencimento racial da população e a verificação de suas discrepâncias raciais, mas de acordo com o IPEA (2011), a distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do/da e chefia familiar em 2009 no Brasil correspondentes à 2 milhões de domicílios, em torno de 4%, e:

Destes, apenas 33,9% possuem chefia branca, e por volta de 66% apresentam chefia negra. Os dados mostram ainda que, enquanto o percentual de domicílios em assentamentos subnormais vem diminuindo para os chefes brancos, vem aumentando em especial

⁶¹ Fala por vezes repetida por alguns dos entrevistados e que veremos adiante.

⁶² Com maior índice de usuários de computadores.

⁶³ <http://www.riomaisocial.org/territorios/turano/>

para aqueles que apresentam chefia de mulheres negras (aumento de 11 pontos percentuais desde 1995). Os dados em geral indicam, portanto, uma significativa melhoria nas condições de habitabilidade dos domicílios ao longo dos últimos 15 anos. Entretanto, no que diz respeito aos assentamentos subnormais⁶⁴, a cada vez mais desigual proporção aponta para uma maior e crescente vulnerabilidade nas condições de habitação das famílias chefiadas principalmente por mulheres negras (IPEA, 2011, p. 31).

Esses dados são significativos para se pensar nas condições de vida das nossas sujeitas e nos levam ao entendimento de que este grupo está submetido a uma vulnerabilidade social e ambiental. De acordo com Tavares (2012), em pesquisa que possibilitou constatar como a divisão interna do trabalho remunerado, este torna as mulheres mais vulneráveis a viver em condições precárias, dados que, segundo ela, não são nem levantados em diagnósticos sociais para a implementação de projetos de urbanização e moradia. A autora nos fala que as únicas informações desagregadas por sexo, por exemplo, são os quantitativos de mulheres e homens nas áreas de intervenção.

Para a autora, outra dimensão na qual podemos refletir sobre a vulnerabilidade das mulheres na cidade diz respeito ao fato de, em um contexto de favela, por fatores econômicos, sobretudo, elas acabam residindo em áreas mais precárias e sujeitas ao risco ambiental, e que por serem áreas menos valorizadas no mercado imobiliário informal são mais acessíveis a tais famílias. Condições essas que, em nossa avaliação, caracterizam o modo como o cotidiano das mulheres se espacializa na favela, seus circuitos, seu modo de apropriação, assim como os limites e obstáculos materiais e simbólicos, e que, “acompanhando os casos de despejos, percebemos que grande parte das famílias já removidas eram chefiadas por mulheres” (TAVARES, 2012, p. 16).

Partindo desses pressupostos, estabelecidos através do estudo de Tavares, passaremos a verificar empiricamente as experiências e estratégias de sobrevivência das mulheres negras, moradoras do Bairro Carioca de Triagem, após sua remoção do Morro do Turano – justificada pelas enchentes que assolaram a cidade do Rio de Janeiro em junho de 2010, onde mais de cem pessoas morreram e milhares ficaram desabrigadas⁶⁵, considerada a piores chuvas dos últimos 40 anos⁶⁶.

⁶⁴ Subnormais aqui está como sinônimo de favela, considerando que o título do capítulo do qual foi extraído o texto é “Habitação e saneamento Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do/da chefe”.

⁶⁵ <http://blogs.estadao.com.br/olhar-sobre-o-mundo/drama-no-rio/>

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/pior-chuva-dos-ultimos-40-anos-cao-estragos-e-dezenas-de-mortes-no-rio-11eq3ja5zxz7gro41r1otom6m>>. Consultado dia 23/03/2016.

lá era mais fácil. Lá era mais fácil com mais facilidade porque aqui as coisas são muito longe... tipo, mercado fica distante, é mercado, farmácia essas coisas assim fica muito distante tem que andar muito entendeu e lá era muito bem melhor muito mais fácil as coisas entendeu melhorou um pouquinho porque lá era área de risco, mas pra se locomover lá é mais fácil. (Nicole, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Existe ainda a preocupação com o cuidado dos filhos, quando, na falta de ter com quem deixá-los, a solução é abrir mão da convivência diária e restringi-la aos finais de semana. No caso de duas das entrevistadas, a solução encontrada foi deixar os filhos sob o cuidado dos pais, a insegurança de ter vizinhos de diversas áreas do Turano não muito íntimos e a distância do ambiente de lazer do condomínio contribuíram para a decisão de Nicole em deixar o filho de 10 anos com o pai, mas o determinante foi o fato de não ter com quem deixar o filho enquanto trabalhava, mesmo tendo sido removida com os pais, não pode contar com esse tipo de ajuda. O mesmo não acontece com Mônica, que mora com o marido e a filha e não teve nenhum parente removido com ela, apenas dois vizinhos. Maria Eduarda, que mora sozinha com as 3 filhas trabalha em casa para poder tomar conta das filhas, ela é manicure.

não tinha ninguém pra olhar porque eu trabalhava, o pai dele também trabalhava... e a escola não tinha ninguém pra levar pra escola e não tinha ninguém pra pegar. Igual te falo que é tudo distante, até escola aqui é distante, aí não tinha ninguém pra olhar, eu separei do pai dele aqui, aí ele foi embora. Conforme ele ficou desempregado e a mãe dele fica em casa (...), aí ela poderia olhar, aí eu deixei ele ficar morando com o pai dele. Porque não tinha ninguém pra poder olhar, pra pegar na escola, entendeu? E eu trabalhava e ele [o marido] e eu também e ele ficava em casa sozinho. Uma criança de dez anos ficava em casa sozinho. Uma criança de dez anos não vai ficar se virando sozinha, por mais que tenha dez anos: botar comida, esquentar, esse negócio... aí eu deixei mais por causa disso. (Nicole, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

É... fiquei um pouco enrolada, porque eu não tenho com quem deixar meu filho aqui, não posso deixar ele sozinho, ela [a filha mais nova] tem que ir no metrô cheio pra caramba pra ir trabalhar. Eu vou trabalhar no metrô cheio pra caramba com ela, volto cheio... e ele [o filho mais velho], deixo ele lá com o pai dele e ele vem por cá só dia de sexta-feira.

Mora com o pai dele lá, por causa da escola, não tem com quem deixar ele aqui, não posso deixar ele aí em casa sozinho. Ele tem dez anos... Ele fica lá com ele [o pai] aí sexta-feira ele vem pra cá, segunda ele volta pra escola e ele fica lá com o pai dele. Porque lá o pai dele pode levar ele pra escola, aqui não dá pra levar ele pra escola, fica muito contramão porque eu vou com ela [com a filha menor]. Pra mim eu trabalharia aqui perto... as criança ficasse perto aqui de mim... infelizmente veio esse transtorno. (Mônica, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Minha estrutura toda foi a minha avó. Porque eu moro com ela, então, quer dizer, eu tinha ela e minha única referência era ela. Era ela que olhava meus filhos, era que ficava com eles... quer dizer, minha vó foi tudo na minha vida. Olha! acho que seria a maioria todas, porque seria a primeira vez que eu iria morar sozinha com as minhas filhas, longe da minha vó da minha mãe. Quer dizer, seria uma experiência muito grande. (Maria Eduarda, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Cinco das oito entrevistadas estão submetidas a inserção precarizada no mercado de trabalho, reflexo da baixa escolaridade⁶⁷, o que corrobora com os dados trazidos por Tavares (2012) e que, no caso destas mulheres, terá consequências nas possibilidades ou não de garantir condições de arcar com as despesas do condomínio com consequências na sua possibilidade de permanência.

4.3 - O custo de vida como uma ameaça à permanência das famílias

Lícia Valladares, já na década de 1980, ao analisar o programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro empreendido pela CHISAM⁶⁸, nos traz elementos que nos permitirão refletir sobre alguns aspectos desse trabalho. Em sua pesquisa, a autora verificou que em 1970 finalizava-se uma remoção das favelas situadas na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas e que, na mesma época, as favelas da Zona Sul que restavam, paradoxalmente, continuavam a crescer. Para ela, após algum tempo no conjunto habitacional para onde eram removidas, as pessoas retornavam à favela.

No caso das/os moradores de Triagem, percebemos em suas falas o mesmo desejo. Uma delas, Ágata, mostra a complexidade de sua situação ao se dividir entre a felicidade de ter uma casa de alvenaria e as dificuldades que tem para custear a vida no condomínio, sentimento compartilhado por Nicole e Vanessa

Não, a gente tava doido pra vir morar aqui, mas a gente achou tipo que as contas ia ser reduzida, tipo, luz: eu não tenho nem ar condicionado, eu pago R\$332 de luz. Não tenho ar condicionado, eu achei que ia ser uma melhoria. Não é que é que é ruim morar aqui só que tipo eles tiraram a gente de um lugar que a gente não pagava quase nada pra chegar aqui a gente tem que pagar água, luz, condomínio... tudo entendeu? e fica muito pesado, tem gente que não tem condições de pagar entendeu? Eu ainda tenho meu pai, que me ajuda, tenho minha mãe, mas eu trabalho eu que pago minhas contas mas só que foi bom aqui é bom de morar, mas paga muita coisa.

⁶⁷ Três das oito entrevistadas trabalham como auxiliar de serviços gerais, uma atendente de lanchonete, uma manicure (informal); uma auxiliar de creche, uma auxiliar administrativa e uma aposentada. Dos homens temos um porteiro, um gráfico e um aposentado. Apenas duas/dois das/os nove entre entrevistados têm ensino médio (duas mulheres), sendo um completo e um incompleto.

⁶⁸ Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio.

(Nicole, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Muita gente não queria vir pra cá. Muita gente, muita gente vendeu isso aqui, mesmo sabendo que não pode vender, muita gente vendeu. Por não ter como sobreviver, entendeu? Não ter como pagar as contas (...). É conta de luz que vem quatrocentos reais, que tu pensa... ou eu pago a conta de luz ou eu faço uma compra, entendeu? É isso! Quatrocentos reais de luz; cem reais que vem de gás, então assim... é praticamente a mesma coisa. (Vanessa, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

É. Por esse motivo de não conseguir pagar as contas, e aqui é assim se você não conseguiu... aí botaram uma água pra gente pagar que ainda não é nem registrada pela CEDAE, porque no caso a gente não era nem pra tá pagando nem a água. Aqui você paga uma água e um condomínio que aí você não tem água, tá, a água não cai direito e você é obrigado a pagar, porque se você não pagar eles vem e corta e a água não é legalizada pela CEDAE (...) Você pegar, você sair do lugar, pra você se habitar num lugar onde você não conhece, assim, a ambientação direito, pra eles foi muita diferença, até eles pega e se acostumar, no entanto que eu tava acabando de conversar aqui com a minha sobrinha, né, que eu tô querendo vender aqui pra comprar uma casa em outro lugar perto dos meus parentes, tudo, porque eles não gostaram daqui, eles não gostaram daqui. Fala em ir embora eles falam que qué ir (...). Você tem que ter uma pessoa pra te ajudar, porque se você não tiver uma pessoa pra te ajudar você não vai viver aqui, não vai viver aqui! Uma pessoa só é muito difícil, entendeu? Se você falar assim pra mim, Ágata eu vou numa praia, eu não vou porque eu não tenho dinheiro. (Ágata, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

Ainda em Valladares (1980), encontramos o que ela chamou de “práticas de distorção” da qual os moradores removidos lançavam mão como uma “resposta adaptativa” à introdução de despesas suplementares muito significativos para o orçamento dos ex-favelados. Para ela, as práticas de distorção representam uma resposta social à ação governamental em que os favelados reagiram na medida de suas possibilidades, configurando uma forma de luta pela sobrevivência, luta pela subsistência que, nessas condições, segundo a autora, “assume um caráter de luta individual, de protesto desorganizado” (VALLADARES, 1980, p. 125).

A reflexão trazida por Michel de Certeau (1998) é interessante por problematizar as manobras realizadas pelos dominados na busca de uma reorganização cotidiana. Pensar de forma não-dicotômica em termos de organizados/desorganizados pode, nesse sentido, possibilitar mais amplamente a apreensão da complexidade dos dilemas enfrentados por essas mulheres na vida dessas mulheres. Certeau, ao indagar sobre que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou dominados) dos processos mudos que organizam a organização sócio-política, nos mostra que

Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault: análogas porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que se proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano; contrárias por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da “vigilância”. Esses modos de proceder e essas astúcias de consumidores compõe, no limite, a rede de uma anti-disciplina (CERTEAU, 1998, p. 41-42).

Considerando-se os desafios colocados para as mulheres brasileiras na atual conjuntura econômica e política do país, o impacto da crise econômica para a vida das mulheres do mundo todo, o mercado imobiliário na cidade do Rio de Janeiro e a quantidade de pessoas vendendo (ou com a intenção de) apartamentos no mesmo local, presume-se aqui que esse aspecto trazido pela remoção pode rebaixar ainda mais as condições de vida dessas mulheres.

Além disso, as aspirações de um lugar ideal, imaginado pelas famílias antes de receberem as chaves dos apartamentos expôs a fragilidade das políticas pensadas para as camadas populares: enchentes, tráfico de drogas e incursões policiais violentas fazem parte da rotina dos moradores. Um dado que chamou a atenção foi a atitude quase que unânime em silenciar esses fatos: tivemos pouquíssimos relatos desses detalhes, que faria alguma diferença na própria avaliação dos moradores das condições de vida em Triagem e revela que algumas “regras” implícitas na favela também servem para o Bairro Carioca.

Dona Elza foi quem pareceu a mais insatisfeita com as condições de vida do condomínio e também a única que não me permitiu fazer o registro fonográfico. Em sua fala, apareceram elementos imprescindíveis para um exame mais aprofundado das insatisfações que poderiam acometer aquelas pessoas, emblemáticas para uma avaliação do “Legado Olímpico”.

Ah, eu planejei muita coisa, planejei ter assim uma área de lazer pra eles, né, ter uma paz, sê mais tranquila e quando chegamo aqui não foi nada disso, porque aqui é pior do que você morar lá na comunidade, entendeu? Porque o tráfico aqui é demais, é pior do que lá e aqui é aquele negócio a correria muito grande, entendeu? Você não pode deixar as criança ficar assim brincano ali na rua que daqui a pouco você tem que sair correndo pra sair gritando porque vem os polícia, aí dá tiro mesmo, não tem uma segurança. Eu vou falar pra

você, eu me sentia mais tranquila na favela do que aqui. (Ágata, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

eu penso que, assim, eu quero uma coisa mais tranquila pro meu filho. Quero que ele tenha... não que ele passe pela mesma coisa que eu passei, porque no morro você vê muita coisa, entendeu? E eu penso que, assim, eu quero um lugar onde ele possa ver o certo e o errado, ele possa conviver com isso, mas que ele tenha oportunidade também de ter coisas boas, entendeu? Não ter só coisa ruim cercando ele... só tráfico, falta de saneamento básico, falta de tudo, entendeu? Eu pretendo dar uma vida melhor pra ele no que eu puder, entendeu? (Vanessa, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

O que eu imaginava aqui é o seguinte, um lugar... aqui é bom de morar, mas só que tem umas coisas aí que tá atrapalhando, entendeu? No meu caso, até não atrapalha, porque lá no morro a gente tá acostumado a lidar com certas partes, você deve ter mais ou menos noção do que que, tá ok. (...) e mais outra coisa que agente num que nem fala. Num sei se você percebeu, quando você vinha pra cá, o corre corre ai, polícia tudo... É todo dia isso, todo dia isso. (Pedro, entrevista realizada em fevereiro de 2016)

A solução em condomínio fechado⁶⁹ seria a opção que proporcionaria mais segurança aos moradores, mas de acordo com Andrade (2015), esta solução se mostra inócua e até inadequada, uma vez que, para a segurança, o controle social tende a ser mais eficaz do que as barreiras físicas. Quando esses fatores são cruzados com o histórico de violações dos direitos humanos em áreas carentes, temos um agravante para a vida dessas pessoas em local fechado: a impossibilidade de se abrigar em caso de incursão policial⁷⁰.

Curiosamente, a maioria das pessoas considera que houve melhora na sua qualidade de vida. Em que pese as ressalvas, identificamos um otimismo que talvez esteja associado ao simples fato de não residirem mais no morro, não mais associados ao espaço criminalizado e livres da discriminação espacial no mercado de trabalho. Mesmo ainda tendo que conviver com alguns dos problemas relacionados à segurança que enfrentavam no Morro, por exemplo, a atuação arbitrária da polícia em enfrentamento ao do tráfico varejista de drogas. O fato de todos os entrevistados serem moradores das áreas mais altas e precarizadas do morro pode ter sido um determinante para esta avaliação por parte dos moradores.

Observamos aqui, através dos depoimentos e descrição da trajetória de famílias removidas pelo poder público do Morro do Turano que, dependendo do

⁶⁹ Conjunto habitacional cercado, controlado por uma ou mais guaritas.

⁷⁰ Presenciei uma dessas incursões, uma das poucas em que vi a utilização de motos. Notei que eram exceções as portas que estavam abertas, não têm para onde correr. Uma das entrevistadas me informou que existe a necessidade de ficar com a porta fechada justamente por esse motivo. As pessoas não querem correr o risco de que uma perseguição policial acabe em suas casas.

formato da família, as mulheres terão uma atitude diferente frente às possibilidades oferecidas pelo novo local de moradia. As mulheres com menos filhos e/ou que recebiam algum tipo de ajuda, seja de maridos, seja de parentes, tentariam garantir sua permanência nesse novo local.

As/os sujeita/os foram unânimes quanto às dificuldades representadas pelo aumento do custo de vida. Todas/os as/os entrevistadas/os demonstraram que isso representava um ônus e que haveria a necessidade da substituição de despesas, mas evidências não conduzem a percepção imediata na necessária piora das condições de vida dos sujeitos investigados – como afirmamos hipoteticamente –, mas sim à pertinência de se considerar a possibilidade real de assumir as despesas com serviços inerentes ao tipo de moradia opção pelo modelo adotado pelo Morar Carioca, o condomínio.

A descrição dos sujeitos feita aqui não pretende ser simplista e reconhecemos a complexidade de seus papéis, mas consideramos importante tendo em conta que é imprescindível a algumas percepções inerentes ao campo em questão. Nessa perspectiva verificamos um ambiente impessoal da relação entre vizinhos, que refletem a sociedade na qual vivemos e demonstram um declínio do espírito comunitário próprio das relações de vizinhança dependentes dos laços de solidariedade necessários à sobrevivência dos oprimidos.

Em parte, por consequência, da “glorificação do consumo que, enquanto constrói e alimenta um individualismo, contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos” (SANTOS, M., 2007, p. 49).

Considerações Finais

Este trabalho teve como ponto de partida o questionamento acerca dos efeitos das transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro sobre as famílias chefiadas por mulheres negras moradoras do Bairro Carioca de Triagem, que foram removidas do Morro do Turano. Buscamos refletir sobre esta situação à luz de uma perspectiva histórico-social, que nos permitisse compreender os contextos, contornos e desdobramentos do processo de remoção vivenciados por este grupo nos dias atuais. Além disso, considerando a desvantagem histórica vivida pelas mulheres negras, que é produzida pela interseccionalidade das opressões de raça, gênero e classe, igualmente relevante para nossa investigação, procurou-se compreender como essas mulheres e suas famílias reagiram às novas circunstâncias, que estratégias de sobrevivência elaboraram para lidar com as mudanças impostas e que situações passaram a enfrentar com a mudança de suas referências socioespaciais e territoriais.

A modernização da cidade do Rio de Janeiro, correspondente à integração do Brasil no sistema mundial, esteve, já em sua gênese, aliada à discursos legitimadores. Nesse sentido a higiene, risco e, contemporaneamente, o risco ambiental constituem representações históricas associadas aos locais de habitação das classes populares, justificando a adequação do espaço urbano aos interesses do capital especulativo.

O trabalho formal, possibilitado pela industrialização esteve fora do alcance da grande maioria dos afro-brasileiros, assim como a posse da terra e as possibilidades do exercício da cidadania, refletindo os resquícios de uma mentalidade colonial intocada durante muito tempo pelo mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento.

Excluídos do direito à moradia, a população pauperizada da cidade residente nas favelas, negra em sua maioria, sente os reflexos das experiências cariocas na tentativa de solução para o “problema favela”, sustentada pela legitimidade gerada pela permanência das representações negativas relativas às favelas e seus moradores no imaginário coletivo da cidade e construída a partir das falas sobre as favelas propagadas pela mídia.

A maneira como a cidade tem sido transformada pelas classes dominantes reflete a diferenciação na apropriação e reprodução do espaço urbano que, a cada reforma, aumenta as desigualdades socioespaciais nas quais as melhorias na infraestrutura urbana resultam na expulsão dos pobres da cidade, sobrepujados na

disputa pelo espaço, e cedem lugar aos empreendimentos imobiliários. Nesse sentido, a orientação trazida pelo desenho ideológico do Banco Interamericano de Desenvolvimento é significativa por se utilizar de temas com forte apelo à opinião pública e que acabam por direcionar políticas na disputa pelo o mercado internacional de cidades.

Contemporaneamente temos um duplo movimento de posituação dos espaços favelados necessários a uma cidade segura, o que não impossibilita medidas que vão desde a militarização do território favelado, efetivado pelas UPPs, até as remoções que se justificam por alegações como urbanização, obras de infraestrutura para os megaeventos e por risco ambiental, desinchando as favelas localizadas nas áreas centrais da cidade e promovendo um enquadramento dos pobres na cidade nas áreas periféricas com poucos equipamentos urbanos.

O maior nível de vulnerabilidade social a que está submetida a mulher negra, entendidos a partir da interseccionalidade de opressões, explica a manutenção das desigualdades, manifestadas também na apropriação e produção do espaço urbano e que, baseada na racionalidade capitalista, se desenvolveu no Brasil atrelada à hierarquização racial.

No caso das famílias realocadas em áreas centrais, como as famílias removidas do Morro do Turano para o Bairro Carioca de Triagem, as/os moradores enfrentam vários desafios na luta pela sobrevivência, que vão desde questões relacionadas ao aumento do custo de vida, causadas mais diretamente pela cobrança de serviços, e, em alguns casos, da necessidade de deslocamento para os antigos locais de trabalho.

Através dos depoimentos de mulheres removidas, examinamos que, dependendo do formato da família, as mulheres se utilizam de diferentes estratégias para manutenção frente às possibilidades oferecidas pelo novo local de moradia. Notamos que as mulheres com mais possibilidades de adaptação são as que têm menos filhos e/ou que recebiam algum tipo de ajuda.

Um dado significativo foram as dificuldades desencadeadas pelo aumento do custo de vida, em grande parte pela falta de tarifas sociais para o pagamento dos serviços inerentes à formalidade da moradia e ao formato de empreendimento adotado pela Prefeitura, o condomínio. O ônus representado pelas despesas adicionais relativas à moradia ficou explícito nos depoimentos, assim como a necessária substituição de despesas, acarretando uma piora nas condições de sobrevivência das famílias verificadas, mas mesmo assim as/os sujeitas/os relataram uma melhora na

qualidade de vida.

Essa sensação de melhora, muito provavelmente, está atrelada à sensação de aquisição de um bem muito valorizado na nossa sociedade, a casa própria, e que em se tratando de um bem legalmente reconhecido – diferente de uma casa adquirida na favela – confere ao seu dono um status de cidadão, mesmo que seus direitos enquanto tal sejam constantemente violados por agentes policiais, pela oferta deficitária de serviços públicos essenciais ou pelas enchentes provocadas pela infraestrutura deficitária do empreendimento provocado – por sua vez, em decorrência da tentativa de rebaixamento dos valores do projeto, característico do Programa Minha Casa, Minha vida.

Para algumas famílias, a venda dos apartamentos foi a solução encontrada para o problema da impossibilidade de arcar com as despesas inerentes à vida no Bairro Carioca de Triagem; solução esta que, dada a grande oferta de apartamentos no mesmo local impossibilitaria uma transação compatível à compra de um outro imóvel, em uma das cidades mais caras do Brasil. Em média, o preço cobrado por apartamento é de cinquenta mil reais, valor módico, tendo em vista os valores de imóveis em um morro pacificado, como é o caso do Morro do Turano.

A expectativa de uma vida melhor no condomínio foi substituída pela batalha cotidiana na busca por melhores condições de vida e demonstra que essas mulheres representam e sobrevivem com diferentes práticas cotidianas, acabando por vencer as dificuldades a partir de ajustes realizados a curto prazo. A procura por soluções para a família remete à possibilidade de, mesmo com algum prejuízo, driblar uma política pública que não foi sensível às reais condições de vida do público atendido, revelando mais uma vez que não se trata especificamente de uma política social, mas de um arranjo espacial na qual a realocação das famílias é um protocolo a ser seguido, não havendo a necessária preocupação com a permanência das pessoas nos apartamentos.

Concluimos que a cidade-mercadoria acaba por se efetivar enquanto inviabilizadora de políticas coerentes ao exercício pleno da cidadania, sendo necessário para tanto, no caso das famílias já removidas, pelo menos a garantia de tarifas compatíveis com a faixa de renda de cada uma. Neste caso, as políticas utilizadas são releituras de políticas excludentes e uma demonstração da utilização de um viés de urbanismo que privilegia a maximização dos lucros em uma nova forma de acumulação, com consequências diretas para as populações mais vulneráveis que, no caso analisado, seriam as mulheres negras chefes de família.

Referências

ABREU, Maurício de. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**, n. 37, p. 34-46, 1994.

ALMEIDA, Aline Gama de; NAJAR, Alberto Lopes. Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada. **RUA**, Campinas, v. 1, n. 18, p. 120-132, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638289>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. Governamentalidade e Geografia: uma revisão crítica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 51-82, 2013.

ALVES, Humberto Prates da Fonseca. Desigualdade ambiental no município de São Paulo: análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situações de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 301-316, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v24n2/07.pdf>>. Acesso em: 18/09/2015.

AMARAL, Silvia Cristina Franco; SILVA, Dirceu Santos; SANTOS, Marcel Ivan dos; VARGAS, Gabriel Rocha. A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 635-660, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/15.pdf>>. Acesso em: 21/02/2016.

AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. Golpe Militar e Remoções nas Favelas Cariocas: revisitando um passado ainda atual. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 209-226, 2014. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/679>>. Acesso em: 11/10/2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Luciana da Silva (Coord.). **Para Além da Unidade Habitacional**: pela moradia e pela cidade no contexto da construção da [minha] casa e da [minha] vida. UFRJ/PROURB/CiHabE, 2015. Disponível em: <http://www.prourb2.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2013/09/2015_Para-al%C3%A9m-da-Unidade-Habitacional_Relat%C3%B3rio-final_ilustrado-e-revisto.pdf>. Acesso em: 25/01/2016.

ARANTES, Erica Bastos. **O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos**

trabalhadores portuários do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX.

Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/906.pdf>>. Acesso em: 08/05/2015.

ASSIS, Mariana Santos de. Antes de ser mulher, é inteira poeta: Carolina e o cânone Literário. In: JESUS, Carolina Maria de. **Onde estaes Felicidade?** Maria Nilda de Carvalho Motta e Raffaella Fernandez (Orgs.). São Paulo: Me Parió Revolução; Letraria, 2014. p. 87-98.

AZEVEDO, Celia M. Marinho de. **Onda Negra, medo branco:** O negro no imaginário das elites do século XIX. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034>>. Acesso em: 06/08/2015.

BARRETO, V.S; SANTOS, L. C. C. Chefias Femininas na RMS: a persistência das desigualdades de gênero entre negras e brancas. **Estudos Especiais da PED/RMS**. [200-?]. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/chefias_femininas_rms.pdf>. Acesso em: 05/05/2015.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2011.

BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

BONIN, Luiz Fernando Rolim. Educação, consciência e cidadania. In: SILVEIRA, Andrea F. [et al.] (Org.). **Cidadania e participação social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 92-104. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/hn3q6/01>>. Acesso em: 03/12/2015.

BRASIL. Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Presidência da República, Brasília, 30 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm>. Acesso em: 20/06/2015.

CALDWELL, Kia Lilly. Mulheres Negras, Militância Política e Justiça Social no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, v.8, n 1, p. 53-69, 2007.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado”** no Rio de Janeiro. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em: 07/02/2015.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003b. p. 49-58. Disponível em: <<https://rizoma.milharal.org/files/2013/05/Enegrecer-o-feminismo.pdf>

>. Acesso em: 08/09/2015.

CARVALHO, Noel dos Santos. Contra a invisibilidade política e luta do negro por representação. In: ZITO, Joel; PINTO, Ana Flávia Magalhães [et al]. **O Negro na TV Pública**. 2ª ed. Brasília: FCP, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade – A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra. v. 2, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma Geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: _____. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Campinas, SP: Papirus, 2008.

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. **Coleção Estudos Cariocas**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 1-18, 2014. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF>. Acesso em: 03/04/2014.

CERTEAU, Michel de. Introdução Geral. In: **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Cidade Negra. In: _____. **Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 218-265.

_____. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro**

da Belle Époque. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. **O pensamento feminista negro na matriz de dominação**. Boston: Unwin Hyman, 1990. pp 121-238. Disponível em: <<http://www.runet.edu/~Iridener/courses/BLKFEM.HTML>>. Acesso em: 10/03/2015.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê. Abril de 2012. Disponível em: < <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>>. Acesso em: 03/03/2016.

_____. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê. Maio de 2013. Disponível em: <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comite_popularcoparj_2013.pdf>. Acesso em: 03/03/2016.

_____. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê. Junho de 2014. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf>. Acesso em: 03/03/2016.

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê, 2015. Disponível em: < <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2016/03/dossiecomiterio2015.pdf>>. Consultado em: 25/03/2015.

COMPAS, Rose. Minha Casa, Minha Vida: O Revival do BNH? In: MARAFON, Glaucio José; SANTOS, Angela M. S. Penalva; SANT'ANNA, Maria J. Gabriel. **Rio de Janeiro: Um território em mutação**. Rio de Janeiro: Gramma; FAPERJ, 2012. p. 11-28.

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e Seus Contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social. Rev. Social**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 143-158, 2001.

CREARY, Melissa; WILLIAMS, Erica Lorraine. The Place of Afro-Brazilian Women in the World Cup. **The Huffington Post**, New York, 17 de ago. 2014. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/melissa-creary/the-place-of-afrobrazilia_b_5501037.html>. Acesso em: 15/10/2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRUZ, Márcia Maria da. Favelização: Discursos em tensão, especialmente a parte “As favelas e seus próprios canais de comunicação”. In: Vozes das Favelas na Internet: disputas discursivas por estima social. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Dissertação de Mestrado, 2007. Disponível em: <https://rededepesquisasemfavelas.files.wordpress.com/2012/05/104.pdf>

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. São Paulo – Editora Senac, 2000.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (D.O.RIO). Diretrizes Básicas para a Execução dos Serviços - Execução das obras e serviços do Complexo de Triagem. Rio de Janeiro: D.O.Rio, n. 136, p. 103, 2010. Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/ler_pdf.php?edi_id=1168&page=23>. Acesso em: 20/12/2015.

DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). **Critérios para Elaboração e Apresentação dos Projetos de Desapropriação e Reassentamento no âmbito do RDC Integrado**. Nota Técnica - DES/DPP. [2013]. Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/anexo/Projetos/Projetos_edital0562_15-10_4.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

DUTRA, Adriana Soares. Problematizando o conceito de risco. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 33, p. 177-192, 2015. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_6_Dutra.pdf>. Acesso em: 30/12/2015.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERNANDES, Fernando Lannes. Os discursos sobre as favelas e os limites do direito à cidade. **Cidades**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 37-62, 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/486>>. Acesso em: 04/08/2015.

FERREIRA, Regina Fátima C. F. A Reforma Urbana, o Estatuto da Cidade e os Planos Diretores. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Orgs.). **Políticas Públicas e Direito à Cidade: Programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais**. (Caderno didático). Rio de Janeiro: Letra Capital – Observatório das Metrôpoles; IPPUR/UFRJ, 2011. p. 45-52.

FERREIRA, Vanessa Nolasco. Unidades de Polícia Pacificadora: Militarização da Pobreza como Resposta à Violência Urbana? In: **Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde**, 2., 2013, Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). Rio de Janeiro: 2013. 2º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde, Rio de Janeiro, ENSP, 2013. Disponível em: <http://www.politicaemsaude.com.br/anais/orais_painel/069.pdf>. Acesso em: 06/10/2014.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando Gênero e Raça: A participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, Mariana Mazzini [et al.] (Orgs.). **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. p. 53-80.

FRASER, Nancy. Igualdade, identidades e justiça social. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 01 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>>. Acesso em: 30/06/2013.

_____. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>>. Acesso em: 30/06/2014.

FRIDMAN, Luís Carlos; LEITE, Márcia Pereira e MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Matar, morrer, “civilizar”: “O problema da segurança pública”. In: **MAPAS – Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade** (Relatório do Projeto). IBASE / ActionAid-Brasil. Fundação Ford, dez. 2005.

GAFFNEY, Christopher. Gentrificação e megaeventos no Rio de Janeiro. **Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro, 14 mar. 2014. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=797:gentrificacao-e-megaeventos-no-rio-de-janeiro&Itemid=181&lang=pt>. Acesso em: 08/10/2014.

GAMA, Fabiene de Moraes Vasconcelos. **O Rio de Janeiro: atores e representações sociais**. 2006. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=473>. Acesso em: 12/03/2016.

GEO-RIO. Avaliação do risco geológico-geotécnico associado a escorregamentos para as comunidades estradinha (a montante do Cemitério São João Batista), Morro dos Urubus, Morro dos Prazeres e Escondidinho, Morro do Fogueteiro, Complexo do

Turano (setor Pedacinho do Céu) e Rocinha (Laboriaux). Rio de Janeiro, 12 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.sarj.org.br/uploads/documentos/38.pdf>>. Acesso em: 05/03/2014.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: _____. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GONÇALVES, Rafael Soares. A construção social do risco e as remoções das favelas cariocas. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 36, 2012, Águas de Lindóia/SP. Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS - GT 3 - Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos. Águas de Lindóia, ANPOCS, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7866&Itemid=76>. Acesso em: 10/04/2015..

_____; NETO, Nelson Lima Felix. A noção de risco e o retorno de remoções de Favelas em tempos de grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro. In: **Congresso Latinoamericano de Ecología Urbana**, 1., 2012, Buenos Aires. Libro de Trabajos en Extenso Primer Congreso Latinoamericano de Ecología Urbana: desafíos y escenarios de desarrollo para las ciudades Latinoamericanas. Buenos Aires: Gral Sarmiento, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Guerreiras da natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. Coleção Sankofa: Matrizes africanas da cultura brasileira, 3. São Paulo: Selo Negro, 2014.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômico. In: LUZ, Madel. **O lugar da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (Orgs). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 169-190.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: _____. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, ed. 82, jul. 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>>. Acesso em: 09/05/2014.

HECK, Charles. Justificativa de “Área de Risco” para Remoção de Favelas: o caso do Santa Marta. **RioOnWatch**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2013. Disponível em: <<http://riononwatch.org.br/?p=8370>>. Acesso em: 13/09/2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>. Acesso em: 18/08/2015.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo**: desde 1780. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: 10/04/2015.

_____. A teoria como prática libertadora. In: _____. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. p. 86-104.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Saskya Miranda; ALMEIDA, Cândida Suely Antunes de; ANDRADE, Cristina Setenta. Expressões do racismo ambiental em populações tradicionais negras no litoral sul da Bahia In: **Congresso Alas Chile**, 29., 2013, Santiago. Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Santiago, 2013.

MAGALHÃES, Alexandre. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.19, n 40, p. 89-118, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200004>. Acesso em: 03/07/2014.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista Semi-Estruturada: análise de objetivos e roteiros. In: **Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 2., 2004, Bauru/SP. Anais do II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. A pesquisa qualitativa em debate, Bauru/SP, 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsepeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 10/09/2013.

MARCONDES, Mariana Mazzini [et al.] (Orgs.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Território e Estado: Uma perspectiva de políticas públicas para favelas no Rio de Janeiro a partir da matriz do conceito de “território pacificado”. In: **Coloquio Internacional de Geocrítica**, 12., 2012, Bogotá. XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX, 2012, Bogotá, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Feuerbach: A oposição entre as concepções Materialista e Idealista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

MEDEIROS, Bianca Freire; MENEZES, Palloma Valle e VILAROUCA, Márcio Grojó. Gringos no Santa Marta: quem são, o que pensam e como avaliam a experiência turística na favela. In: MARAFON, Glaucio José; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel e SANTOS, Angela Maria S. Penalva. **Rio de Janeiro**: um território em mutação. Rio de Janeiro: Gramma; FAPERJ, 2012. p. 183-206.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil**. Relatório Final do projeto Governabilidad Democrática de Género en América Latina y el Caribe. Brasília: CEPAL/SPM, 2005. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GEneroPobreza_Brasil04.pdf>. Acesso em: 17/02/2015.

MENESES, Julia. Morar Carioca: Um legado olímpico que anda a passo lento. **VozeRio**, Rio de Janeiro, 04 ago. 2015. Disponível em: <<http://vozerio.org.br/Um-legado-olimpico-que-anda-a>>. Acesso em: 10/02/2016.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. Resistência e dor. In: _____. (Orgs.). **Luta, substantivo feminino**: Direito à Memória e à Verdade. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010. p. 27-33.

MIAGUSKO, Edson. Antes da Copa, depois do Pan: O Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 395-408, maio/ago, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11935>>. Acesso em: 01/08/2014.

MOORE, Carlos. Parindo a nação. In: _____. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 24-28.

MUNANGA, Kabengele. Conceito e história da mestiçagem. In: _____. **Rediscutindo**

a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 17-49.

_____. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, n. 12, periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro/Niterói: Ed. Alternativa; EdUFF, 2010. P. 169-203.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Introdução. In: _____. (Org.). **Afrocentricidade:** uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira Fantini; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.3, p.44-57, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n3/06.pdf>>. Acesso em: 20/06/2015.

NOVAES, Pedro. Urbanismo na Cidade Desigual: O Rio de Janeiro e os Megaeventos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 16, n. 1, p. 11-33, 2014.

NUNES, Maria Julieta. Ano 2010: visão panorâmica das políticas governamentais voltadas à favela. In: **Encontro de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS**, 6., 2012, São Paulo/SP. VI ENAPEGS. GT: Gestão Social, Políticas Públicas e Território. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/download/semana_pur_2010/completos/Julieta.pdf>. Acesso em: 17/02/2015.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade:** para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A “Batalha do Rio de Janeiro” e a representação da “favela”. In: **Encontro Regional da Associação Nacional de História - ANPUH-Rio**, 14., 2010, Rio de Janeiro. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276646435_ARQUIVO_ARTIGOANPHU.pdf>. Acessado em: 20 mar. 2016.

OLIVEIRA, Iolanda de. A construção social e histórica do racismo e suas repercussões na educação contemporânea. **Cadernos Penesb**, n. 9, p. 257-281. Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro/Niterói: EdUFF/Quartet, 2007.

OLIVEIRA, Wagner. **Neoliberalismo e Globalização: Cenário do Projeto Alegria:** UERJ/FEBF, 2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/neoliberalismo-e-organismos-financeiros-internacionais-no-cenario-brasileiro/1179/#ixzz4E4rgaEuY>>. Acesso em: 20/05/2016.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto anti-racista:** ideias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: DP&A; LPP/UERJ, 2006.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. As mulheres e o cotidiano urbano no Brasil. In: O PROGRESSO das mulheres no Brasil. Brasília, 2006. p. 174-209. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 26/10/2015.

PEREIRA, Álvaro Luís dos Santos. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 1, p. 307-328, 1999.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto n.º 14.332, de 07 de novembro de 1995. Cria o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro PROAP-RIO, aprova o seu Regulamento Operacional e dá outras providências. Rio de Janeiro, 07 nov. 1995. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/3921Dec%2014332_1996.pdf>. Acesso em: 10/03/2015.

_____. Decreto n.º 36.388 de 29 de outubro de 2012. Institui o Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca. Rio de Janeiro, 29 out. 2012. Disponível em: <http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/wp-content/uploads/2012/11/decreto_36388.29.10.2012_morar_carioca.pdf>. Acesso em: 09/12/2014.

Planejamento Estratégico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: 2013-2016 (pós-2016: o Rio mais integrado e competitivo). 2012. Disponível em: <http://www.conselhodacidade.com/v3/pdf/planejamento_estrategico_13-16.pdf>. Consultado em: 05/10/2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 16/04/2015.

RATTS, Alecsandro J.P. Gênero, Raça e Espaço: Trajetórias de mulheres negras. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 27., 2013, Caxambu/MG. Anais do XXVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 2003. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4259&Itemid=316>.

Acesso em: 02/05/2015.

RAUL, Jessica Mara. O Rio de Janeiro das Classes Perigosas: A favela como problema da cidade. In: **A Favela no Imaginário Carioca: Mídia, estereótipos e políticas públicas**. IFCH/Departamento de História – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Monografia de Bacharelado: Rio de Janeiro, 2013.

REIS, José Carlos. Vivas representações do Brasil. In: _____. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9ª ed. ampli. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Femininos**, Florianópolis, v.16, n.3, p. 987-1004, 2008.

RIBEIRO, Rodrigo Lopes Cavalcanti. Rumo a Triagem: Dilemas do conjunto habitacional Bairro Carioca no atual processo de reassentamento de moradores de favelas do Rio de Janeiro. In: **Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**, 1., 2014, São Bernardo do Campo/SP. Anais do I URB FAVELAS - Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. São Bernardo do Campo/SP, 2014. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais/ARQUIVOS/GT3-121-109-20140630234754.pdf>>. Acesso em: 07/09/2015.

ROCHA, Leandro Pereira da; PESSOA, Marcelo Pessoa. Discriminação Espacial no Mercado de Trabalho: O caso das favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)**, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 38-57, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/86/112>>. Acesso em: 12/06/2015.

RODRIGUES, Cristiane Moreira. O Rio de Janeiro do século XIX: a busca pela cidade monumento brasileira. In: ABREU, Maurício de Almeida (Org.). **Rio de Janeiro: Formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca**. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005.

ROLNIK, Raquel (Coord.). **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada. Conselho de Direitos Humanos da ONU. Fourdfoudatrion, 2012. Disponível em: <<http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/01/guia-mulheres-PT.pdf>>. Acesso em: 04/08/2014.

SÁNCHEZ, Fernanda. Cidades reinventadas para um mercado mundial: estratégias trans-escalares nas políticas urbanas. In: **ENANPUR**, 9., 2001, Rio de Janeiro. Anais do IX ENANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR/IPUUR/UFRJ, 2001. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2157/2110>>.

Acesso em: 06/07/2015.

SANTANA, Joana Valente. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. **Rev. katálysis**, Florianópolis, vol.15, n 1, p. 21-31, 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000100002>. Acesso em: 28/12/2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **La globalización del derecho: Los nuevos maminosde laregulación y la emancipación**. Bogotá DC/Colômbia: UNIBIBLOS; Universidad Nacional de Colombia: Instituto de Servicios Legales Alternativos, 1998.

_____.; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Introdução. In: _____. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, José Carlos Gomes da. **História de vida, produção literária e trajetórias urbanas da escritora negra Carolina Maria de Jesus**. Texto de estágio de pós-doutoramento. Universidade de Campinas, 2006-7. Disponível em: <http://proex.unifesp.br/santoamaro/docs/cultura_afro_brasileira/carolina_maria_de_jesus_biografia.pdf>. Acesso em: 19/08/2015.

SILVA, Laerte Costa; FERNANDES, Pedro José Farias. O Discurso Ambiental e o Controle das Favelas na Cidade do Rio de Janeiro. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, 17., 2012, Belo Horizonte. Espaço de Diálogos e Práticas do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://plutao.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/plutao/2012/06.21.19.17.28/doc/O%20Discurso%20Ambiental%20e%20o%20Controle%20das%20Favelas%20na%20Cidade%20do%20.pdf>>. Acesso em: 07/03/2014.

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e Justiça: racismo ambiental no contexto brasileiro. In: **Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, 11., 2011, Salvador/BA. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

(CONLAB) - Diversidades e (Des)Igualdades. Salvador/BA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306222361_ARQUIVO_racismoambientalsalvador.pdf>. Acesso em: 03/12/2014.

SILVA, Marcella Carvalho de Araújo. Segurança e espaço urbano: sobre a construção social de espaços seguros na cidade do Rio de Janeiro. In: **Conferencias.cies.iscte, Second International Conference of Young Urban Researchers**, Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/271>>. Acesso em: 29/10/2014.

SILVA, Maria Lais Pereira. A Batalha do Rio de Janeiro: combatentes e combatidos nas favelas cariocas, 1947-1948. In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 6., 2000, Natal/RN. Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - 5 séculos de cidade no Brasil. Natal, 2000.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres Negras, Pobreza e Desigualdade de Renda. In: MARCONDES, Mariana Mazzini [et al.] (Orgs.). **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

SMH. Prefeitura entrega mais de 520 imóveis do bairro carioca em Triagem. **Habitação em Foco: Informativo da Secretaria Municipal de Habitação**, Rio de Janeiro, Ano V, nº 43, 2014. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/180365/4114942/News_HABITACAOEMFOCO_43.pdf>. Acesso em: 16/08/2015.

SOARES, Claudete Gomes. Raça, classe, gênero e trajetórias militantes. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 36., 2012, Águas de Lindóia/SP. Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS - GT15 - Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia. Águas de Lindóia/SP, ANPOCS, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8351&Itemid=76>. Acesso em: 11/07/2014.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. **Internet na f@vela: quantos, quem, onde, para quê**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

SOUZA, José Nilton de. A Exclusão Pela Urbanização: Favela - Governo e Conflito na Cidade do Rio de Janeiro. **GEOgraphia**, Niterói, v. 5, n. 10, p. 45-77, 2003.

SOUZA, Lorena Francisco; RATTS, Alecsandro J.P. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n 1, p. ,143-156, 2008. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4907>>. Acesso em: 05/09/2014.

TASCHNER, Gisela. Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais. **Ciências Sociais – Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 46, n 1, p. 47-52, 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/170>. Acesso em: 04/09/2015.

TAVARES, Rossana Brandão. Uma análise das desigualdades de gênero em favelas do Rio de Janeiro: Perspectivas de reconhecimento para o urbanismo. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v.12, n. 2, p. 48-67, 2012. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/view/tavares.2012.2>>. Acesso em: 23/10/2013.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: **Encontro Nacional da ANPUR**, 14., 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2874>>. Acesso em: 11/08/2015.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Revista Tempo**. Niterói, v. 4, n. 8, p. 1-12, 1999. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-1.pdf>. Acesso em: 06/08/2014.

VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n.1, p. 75-131, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012005000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 27/07/2015.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; PASTUK, Marília; DEGANI, Ana Paula. (Coords.). **Favela é Cidade: Plano de Desenvolvimento de Favelas para a sua Inclusão Socioeconômica: Cidade de Deus, Salgueiro, Turano e Formiga**. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2014.

VÉRAS, Maura Pardini Bikudo; BONDUKI, Nabil Georges. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In: COVRE, Maria de Lourdes M (Org.). *A cidadania que temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Pp. 39-72.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 8-17, 2010. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>>. Acesso em: 09/08/2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). Um século de favela. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

Anexos

1. Roteiro de entrevista



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA - CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ETNICORRACIAIS

Roteiro de entrevista

Pesquisador de campo: Jessica Mara Raul

Data da entrevista: ___/___/___

I. Informações Gerais

a) Nome: _____

—

b) Idade: _____ Ano de Nascimento: _____

c) Em que estado e cidade você nasceu:

d) Tipo de Moradia: () casa () apartamento () outros _____

e) Qual a sua raça/cor: _____

f) Sexo: () feminino () masculino

g) Orientação Sexual: _____

h) Estado Civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () Viúvo (a) () Desquitado
(a) () Separado (a) () Mora junto com alguém numa relação estável ()
Outros _____

i) Você tem filhos? () Sim. Quantos? _____ () Não.

2. Qual a sua escolaridade?

- a) Nenhuma
- b) Ensino Fundamental incompleto
- c) Ensino Fundamental completo
- d) Ensino Médio incompleto
- e) Ensino Médio completo
- f) Superior incompleto

- g) Superior completo
- h) Especialização
- i) Mestrado
- j) Doutorado
- k) Pós-doutorado

Ainda estuda

() sim, o que? _____ ()
 não

3. Você trabalha?

- () Sim
- () Não. Caso tenha escolhido esta opção vá direto para a pergunta No. 4

3.1. Se sim, qual a sua ocupação?

OBS: se você respondeu as perguntas Nos.3 e 3.1 vá direto para pergunta No. 5.

4. Se você respondeu que não trabalha. Como você se sustenta financeiramente?

4.1. Quando está sem dinheiro, a que(m) recorre:

- () Pai
- () Mãe
- () Irmão(a)
- () Amigo(a)
- () Parente
- () Vizinho(a)
- () Empréstimo no banco
- () Organização de apoio
- () Outros
- () Não recorre

5. Você tem religião?

a. () Sim. Qual?

b. () Não

Mas já pertenceu a ...

Fale-me um pouco sobre você (quem é você?)

II. Ainda no Morro do Turano

1. Quanto tempo você morou no Turano? De que época a que época, mais ou menos?
2. Fale um pouco da sua vida no Morro do Turano, suas principais atividades cotidianas (trabalho, com quem você morava na época, com quem deixava os filhos, se estudava...).
3. Você possuía espaços de lazer perto de onde você morava? Ou maior facilidade a estes espaços em outros locais?
4. Você lembra quando recebeu a notificação de que deveria se mudar? Fala-me um pouco sobre isso? (aqui a ideia é a pessoa falar de que maneira se deu

essa notificação, da reação e o tempo que demorou desde a notificação até a remoção).

5. Quais eram suas principais expectativas quanto ao novo local de moradia? (eles te falaram pra onde você iria? Você já conhecia o local? Tinha alguma informação sobre o novo local? Se era bom ou ruim?)
6. E seus filhos? Como foi a mudança e a reação das crianças?
7. Quais eram os planos para a organização da nova vida?
8. Que dificuldades você previu de imediato?

III. A mudança

1. Algum parente ou amigo próximo foi removido com você?
2. Em sua opinião, aconteceu alguma alteração significativa no seu cotidiano diretamente relacionada à sua mudança de local de moradia? Se sim, quais?
3. Como seus filhos estão reagindo?
4. Houve alguma dificuldade imediata? Conseguiu superar? Como?
5. Como é a sua relação com os novos vizinhos?
6. O que você poderia me dizer sobre a adaptação da sua família – e a sua – a esse novo espaço?
7. Como você descreveria o sentimento geral das pessoas removidas do morro?
8. Você acha que após a mudança houve melhoria na qualidade de vida das pessoas?
9. Qual é a contribuição dos vizinhos para uma melhor reorganização da sua vida cotidiana e da sua família?
10. Como é o acesso aos serviços públicos essenciais (saneamento básico, saúde, educação)?
11. E o lazer? Você acha que tem mais lazer agora do que antes?
12. Durante o processo de mudança e de adaptação ao novo local de moradia você contou com algum apoio? De quem e de que tipo (de que natureza)?

IV. Estratégias

1. Você acredita que as remoções têm ameaçado ou contribuído para que as pessoas tenham uma vida melhor?
2. Baseado na sua experiência, você diria que houve resistências às remoções?
3. Você acha que as pessoas deveriam ter reagido diferente à notícia da remoção?
4. Como você avalia a sua nova maneira de se organizar na vida cotidiana (mais fácil, mais difícil)?

5. Você considera que o fato de ter sido removida alterou de alguma maneira sua atuação no mercado de trabalho? Se sim, dê exemplos.
6. O que você considera mais impactante nessas mudanças? Por quê?
7. Se fosse possível, dizer algo para as pessoas em processo de remoção, o que você diria?
8. Você conhece algum grupo que tenha lutado contra as remoções ou que ainda lute?
9. Em sua opinião, qual é a importância dos grupos que lutam contra as remoções?
10. Quais são os principais desafios para as famílias removidas?
11. E os vários tipos de organizações sociais (coletivos, partidos, ONGs, etc.)? Você considera que existe alguma forma deles poderem colaborar para que os direitos da população favelada sejam garantidos e respeitados?
12. Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre o assunto e que não te perguntei? Algo que você ache marcante ou importante mencionar?

2. Termo de consentimento livre e esclarecido

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA - CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ETNICORRACIAIS

PROJETO: Segregação sócio-espacial e interseccionalidade na cidade-mercadoria: mulheres negras e a luta pela sobrevivência em uma favela carioca

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Jessica Mara Raul

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Vimos, através deste, convidá-lo (a) a participar, como entrevistado (a), voluntário (a), de nossa pesquisa, cujo tema, objetivos e metodologia encontram-se explicitados nas linhas que se seguem.

A investigação tem o objetivo de identificar os efeitos das remoções na cidade do Rio de Janeiro para as famílias chefiadas por mulheres negras, procurando caracterizar suas estratégias de enfrentamento político no decorrer desse processo. A pesquisa apoia-se no conceito interseccionalidade de opressões de raça, gênero e classe. O projeto envolverá pessoas removidas do Morro do Turano, na cidade do Rio de Janeiro e será realizado a partir de três metodologias diferentes:

A) Observação B) Entrevistas C) Análise de dados coletados e documentais.

Esperamos com esta pesquisa contribuir com o campo da geografia e políticas urbanas ampliando as discussões sobre os efeitos dessas remoções nas famílias chefiadas por mulheres negras.

A participação não apresenta qualquer risco moral ou físico aos participantes da pesquisa, uma vez que as entrevistas serão direcionadas para a identificação de suas estratégias de enfrentamento político. Suas identidades serão mantidas em sigilo.

Você receberá uma via deste termo com o e-mail de contato dos

pesquisadores que participarão da pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa que a aprovou, para maiores esclarecimentos.

Pelo presente documento, aceito o convite tendo conhecimento dos objetivos e das metodologias que serão no referido estudo, coordenado pela Prof.^a. Dr.^a. Maria Renilda Nery Barreto (renildabarreto@hotmail.com / Tel: 55 21 2569-4495) do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Tecnológico Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, conduzido pela mestrandia Jessica Mara Raul e sob a responsabilidade do CEP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (Rua Lúcio Tavares, 1045 – Rio de Janeiro/RJ / E-mail: cep@ifrj.edu.br).

Estou informado(a) de que em caso de dúvida a respeito dos procedimentos que serão utilizados obterei explicações, assim como terei total liberdade para questionar, ou mesmo me retirar desta pesquisa, quando assim julgar conveniente.

Meu consentimento está fundamentado na garantia de que serei respeitado (a) em todos os sentidos, com destaque para os seguintes aspectos:

- a) Meu nome não será divulgado; todas as informações individuais tem caráter confidencial; a apresentação de resultados em congressos e artigos científicos utilizará os dados de grupos e codinomes, de modo a não permitir a identificação individual dos (as) participantes. (Para garantir sigilo sugerimos que forneça abaixo um codinome para ser utilizado nas situações relatadas acima);
- b) A eventual tomada de audiogravação é parte do processo de registros e ocorrerá com meu consentimento, não sendo permitida sua divulgação pública, com exceção da utilização em contextos estritamente acadêmicos;
- c) Todas as entrevistas ocorrerão em datas e horários sugeridos e/ou avaliados por mim, de modo que minha atuação e rotina não sejam prejudicadas;
- d) A pesquisadora está obrigada a prestar esclarecimentos sobre o processo de pesquisa, os fins atribuídos às entrevistas a qualquer

momento e sobre os resultados produzidos, na ocasião do término da pesquisa;

- e) De modo que a pesquisa seja precisa e confiável, devo guardar sob sigilo as questões a mim propostas nas entrevistas, uma vez que outras pessoas poderão ser entrevistados (as).

Autorizo, abaixo, minha participação neste estudo.

Nome do (a) entrevistado (a): _____

Codinome (opcional): _____

Assinatura: _____

Rio de Janeiro,de..... de 2016.

Instituição: Programa de Pós-Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ

Nome do Pesquisador: Jessica Mara Raul - Tel: 21 991525167 / E-mail: jraul.prof@gmail.com

CEP Responsável pela pesquisa - CEP IFRJ - Rua Pereira de Almeida, 88 - Praça da Bandeira - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20260-100 / Tel: (21) 32936026 / Email-cep@ifrj.edu.br